

**Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, da Quinta Emissão da**



**LOJAS RENNER S.A.**

Companhia Aberta de Capital Autorizado - CVM nº 8133

Avenida Joaquim Porto Villanova, nº 401, Porto Alegre - RS

CNPJ nº 92.754.738/0001-62 - NIRE 43300004848

Código ISIN da Primeira Série: BRLRENDBS029

Código ISIN da Segunda Série: BRLRENDBS037

Classificação de Risco das Debêntures pela Standard & Poor's: "brAA+"

Registros na CVM nº CVM/SRE/DEB/2012/[•] (1ª Série) e nº CVM/SRE/DEB/2012/[•] (2ª Série), concedidos em [•] de 2012

**R\$300.000.000,00**

A **LOJAS RENNER S.A.** ("Companhia" ou "Emissora") está realizando uma oferta pública de distribuição de 30.000 (trinta mil) debêntures, simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, da quinta emissão da Emissora, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), perfazendo o montante total de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) na data de emissão, qual seja 15 de junho de 2012 ("Data de Emissão", "Oferta" ou "Emissão", respectivamente), sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série ("Debêntures da Primeira Série" e "Debêntures da Segunda Série", respectivamente, e em conjunto "Debêntures") foi definida de comum acordo entre a Companhia e os Coordenadores (conforme abaixo definido), conforme a demanda pelas Debêntures apurada por meio de procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") ("Procedimento de Bookbuilding"). A alocação das Debêntures entre as séries foi definida após a conclusão do Procedimento de Bookbuilding, observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorreu no sistema de vasos comunicantes ("Sistema de Vasos Comunicantes"), sendo certo que a quantidade de Debêntures de uma das séries foi abatida da quantidade de Debêntures total da Emissão, definindo, portanto, a quantidade de Debêntures a ser alocada na outra série, conforme apurado no Procedimento de Bookbuilding, que foi ratificado por meio de aditamento à Escritura (conforme abaixo definida).

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme, com a intermediação do Banco Itaú BBA S.A., na qualidade de instituição intermediária líder ("Coordenador Líder" ou "Itaú BBA") e do HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("HSBC" e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores"), todos integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Instrução CVM 400, observado especialmente o procedimento de concessão automática de registro de oferta pública de distribuição de valores mobiliários emitidos por emissoras com grande exposição ao mercado, conforme o disposto nos artigos 6º-A e 6º-B, bem como das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Para atender a um eventual excesso de demanda, a Emissora concedeu aos Coordenadores opção para distribuição de lote suplementar de até 4.500 (quatro mil e quinhentas) Debêntures, correspondentes a até 15% (quinze por cento) da quantidade de Debêntures inicialmente ofertada ("Debêntures do Lote Suplementar"), excluída a Opção de Debêntures Adicionais (conforme abaixo definido), nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, nas mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas ("Opção de Lote Suplementar"). A Opção de Lote Suplementar não foi exercida.

Sem prejuízo das Debêntures do Lote Suplementar, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada poderia ser aumentada, a critério da Emissora, em comum acordo com os Coordenadores, em até 6.000 (seis mil) Debêntures, correspondentes a até 20% (vinte por cento) da quantidade de Debêntures inicialmente ofertada ("Debêntures Adicionais"), nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, nas mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas ("Opção de Debêntures Adicionais"). A Opção de Debêntures Adicionais não foi exercida.

As Debêntures foram registradas para distribuição no mercado primário e para negociação no mercado secundário, respectivamente: (i) por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND - Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e negociação liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) por meio do DDA - Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA") e do sistema de negociação da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") e "Sistema de Negociação da BM&FBOVESPA", respectivamente), ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA, sendo as Debêntures liquidadas financeiramente e custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA.

A Oferta e a Emissão das Debêntures foram aprovadas com base nas deliberações da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 11 de junho de 2012 ("RCA"), cuja ata foi devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul ("JUCERGS") em 12 de junho de 2012, sob o nº 3640798, e foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul ("DOERGS") e no "Jornal do Comércio de Porto Alegre", em 19 de junho de 2012, nos termos da legislação em vigor.

A Emissão das Debêntures será regulada pela "Escritura Particular da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Até Duas Séries, em Regime de Garantia Firme de Distribuição, da Lojas Renner S.A." ("Escritura"), celebrada em 20 de junho de 2012 entre a Emissora e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures ("Agente Fiduciário"), anexa a este Prospecto (conforme abaixo definido).

Data de Início da Oferta: [25] de julho de 2012.

Este Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Até Duas Séries, da Quinta Emissão da Lojas Renner S.A. ("Prospecto") não é, nem deve ser em nenhuma circunstância, considerado uma recomendação de investimento nas Debêntures. Ao decidir investir nas Debêntures,

Este Prospecto Definitivo deve ser lido em conjunto com as informações apresentadas no formulário de referência da Emissora, elaborado nos termos da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Formulário de Referência"). O Formulário de Referência, na sua versão nº 3, enviada à CVM em 13 de julho de 2012, encontra-se disponível para consulta nos *websites* da Emissora, da CVM e da BM&FBOVESPA. Para mais informações de acesso em cada um destes *websites*, vide seção "Informações sobre a Oferta - Informações Complementares" na página 57 deste Prospecto.

PARA AVALIAÇÃO DOS RISCOS ASSOCIADOS À OFERTA, OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA", NAS PÁGINAS 65 A 67 DESTE PROSPECTO. PARA AVALIAÇÃO DOS RISCOS ASSOCIADOS À COMPANHIA, OS INVESTIDORES DEVEM LER OS ITENS "4. FATORES DE RISCO" E "5. RISCOS DE MERCADO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, INCORPORADO POR REFERÊNCIA A ESTE PROSPECTO DEFINITIVO, CUJO CAMINHO PARA ACESSO ESTÁ INDICADO NA SEÇÃO "FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA INCORPORADO POR REFERÊNCIA A ESTE PROSPECTO", NA PÁGINA 12 DESTE PROSPECTO.

"A Companhia é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Debêntures".

A presente Oferta não é adequada aos investidores que: (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; (ii) necessitem de liquidez considerável com relação aos títulos adquiridos, uma vez que a negociação de Debêntures no mercado secundário brasileiro é restrita; e/ou (iii) não estejam dispostos a correr risco de crédito de empresa do setor privado do setor de varejo.

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos pela Companhia, as Debêntures e a Oferta poderão ser obtidos juntos à Companhia, aos Coordenadores e/ou à CVM.

O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS DEBÊNTURES A SEREM DISTRIBUÍDAS.

COORDENADOR LÍDER



COORDENADOR



A data deste Prospecto Definitivo é 16 de julho de 2012

## ÍNDICE

<b>PARTE 1 – INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>Definições .....</b>	<b>6</b>
<b>Documentos e Informações Incorporados ao Prospecto .....</b>	<b>12</b>
<i>Formulário de Referência .....</i>	<i>12</i>
<i>Demonstrações Financeiras.....</i>	<i>12</i>
<i>Informações Trimestrais.....</i>	<i>12</i>
<b>Sumário da Emissora.....</b>	<b>13</b>
<i>Breve histórico.....</i>	<i>13</i>
<i>Descrição das Atividades da Emissora.....</i>	<i>14</i>
<i>Atividades das Controladas.....</i>	<i>15</i>
<i>Cinco principais Fatores de Risco relativos à Emissora.....</i>	<i>15</i>
<i>Declaração sobre o Agente Fiduciário.....</i>	<i>17</i>
<b>Informações Cadastrais da Emissora .....</b>	<b>18</b>
<b>Identificação da Emissora, dos Coordenadores, dos Assessores Legais, do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário, do Agente Escriturador e do Auditor Independente .....</b>	<b>20</b>
<i>Emissora .....</i>	<i>20</i>
<i>Coordenador Líder.....</i>	<i>20</i>
<i>Coordenador.....</i>	<i>20</i>
<i>Assessores Legais .....</i>	<i>20</i>
<i>Assessor Legal da Emissora .....</i>	<i>20</i>
<i>Assessor Legal dos Coordenadores .....</i>	<i>21</i>
<i>Agente Fiduciário .....</i>	<i>21</i>
<i>Banco Mandatário.....</i>	<i>21</i>
<i>Agente Escriturador.....</i>	<i>21</i>
<i>Auditor Independente.....</i>	<i>21</i>
<i>Declarações do Artigo 56 da Instrução CVM 400.....</i>	<i>21</i>
<b>PARTE 2 - INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA.....</b>	<b>22</b>
<b>Sumário da Oferta.....</b>	<b>23</b>
<b>Informações Sobre a Oferta .....</b>	<b>33</b>
<i>Composição do Capital Social.....</i>	<i>33</i>
<i>Autorizações Societárias.....</i>	<i>33</i>
<i>Características da Oferta.....</i>	<i>33</i>
<i>Registro para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário .....</i>	<i>33</i>
<i>Coleta de Intenções de Investimento (Procedimento de Bookbuilding).....</i>	<i>34</i>
<i>Características da Emissão Comuns às Duas Séries .....</i>	<i>34</i>
<i>Número da Emissão e Valor Total da Emissão .....</i>	<i>34</i>
<i>Valor Nominal Unitário .....</i>	<i>34</i>
<i>Quantidade de Debêntures e Número de Séries .....</i>	<i>34</i>
<i>Forma e Comprovação de titularidade.....</i>	<i>35</i>
<i>Conversibilidade.....</i>	<i>35</i>
<i>Espécie .....</i>	<i>35</i>
<i>Data de Emissão .....</i>	<i>35</i>
<i>Colocação das Debêntures .....</i>	<i>35</i>
<i>Preço de Subscrição .....</i>	<i>35</i>
<i>Integralização .....</i>	<i>35</i>
<i>Local de Pagamento .....</i>	<i>35</i>
<i>Imunidade dos Debenturistas .....</i>	<i>36</i>
<i>Prorrogação dos Prazos.....</i>	<i>36</i>
<i>Encargos Moratórios .....</i>	<i>36</i>
<i>Decadência do Direito aos Acréscimos .....</i>	<i>36</i>

Publicidade .....	36
Repactuação .....	36
Banco Mandatário e Agente Escriturador .....	36
Período de Capitalização .....	37
<i>Características da Emissão Aplicáveis às Debêntures da Primeira Série .....</i>	<i>37</i>
Remuneração das Debêntures da Primeira Série.....	37
Prazo e Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série .....	39
Amortização das Debêntures da Primeira Série.....	40
Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série .....	40
<i>Características da Emissão Aplicáveis às Debêntures da Segunda Série .....</i>	<i>40</i>
Remuneração das Debêntures das Debêntures da Segunda Série .....	40
Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série .....	40
Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série.....	43
Prazo e Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série .....	43
Amortização das Debêntures da Segunda Série.....	44
Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série .....	44
<i>Negociação de Debêntures pela Emissora .....</i>	<i>44</i>
Aquisição Facultativa.....	44
Resgate Antecipado Facultativo .....	44
Oferta de Resgate Antecipado .....	44
<i>Vencimento Antecipado .....</i>	<i>45</i>
<i>Assembleia Geral de Debenturistas.....</i>	<i>48</i>
Matérias de Interesse Específico.....	49
Quorum de Instalação .....	50
Mesa Diretora .....	50
<i>Contrato de Distribuição .....</i>	<i>50</i>
Plano de Distribuição .....	50
Do Regime, Preço e Prazo de Colocação das Debêntures.....	53
Remuneração dos Coordenadores.....	53
<i>Custos Estimados da Oferta .....</i>	<i>54</i>
Custo Unitário de Distribuição .....	55
<i>Inadequação da Oferta a Certos Investidores .....</i>	<i>55</i>
<i>Da Revogação e Modificação da Oferta.....</i>	<i>55</i>
<b>Informações Complementares .....</b>	<b>57</b>
<b>Relacionamento Entre a Emissora e os Coordenadores .....</b>	<b>59</b>
<i>Apresentação do Coordenador Líder .....</i>	<i>59</i>
<i>Relacionamento entre a Emissora e o Coordenador Líder .....</i>	<i>60</i>
<i>Apresentação do HSBC.....</i>	<i>60</i>
<i>Relacionamento entre a Emissora e o HSBC.....</i>	<i>62</i>
<b>Operações Vinculadas à Oferta .....</b>	<b>64</b>
<b>Fatores de Risco relacionados a Oferta.....</b>	<b>65</b>
<b>Cronograma das Etapas da Oferta .....</b>	<b>68</b>
<b>Destinação dos Recursos .....</b>	<b>69</b>
<b>Capacidade de Pagamento da Emissora .....</b>	<b>70</b>
<b>Capitalização.....</b>	<b>71</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>73</b>
Estatuto Social da Emissora.....	75
Deliberações Societárias Sobre a Emissão e a Oferta .....	97
Escritura de Emissão e Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão .....	109
Relatório de Classificação de Risco das Debêntures .....	171
Declaração da Emissora, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400.....	175
Declaração do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 .....	179

## **PARTE 1 - INTRODUÇÃO**

---

- Definições
- Documentos e Informações Incorporados ao Prospecto
- Sumário da Emissora
- Informações Cadastrais da Emissora
- Identificação da Emissora, dos Coordenadores, dos Assessores Legais, do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário, do Agente Escriturador e do Auditor Independente.

## DEFINIÇÕES

Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos nesta seção salvo referência diversa neste Prospecto:

<b>AGD</b>	Assembleia Geral dos Debenturistas. A AGD da Primeira Série e a AGD da Segunda Série, quando referidas em conjunto.
<b>Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série</b>	Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série.
<b>Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série</b>	Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série.
<b>Agência de Classificação de Risco ou Standard &amp; Poor's Rating Services</b>	Standard & Poor's Ratings Services, divisão da McGraw Hill, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 201, 18º andar.
<b>Agente Escriturador</b>	Itaú Corretora de Valores S.A.
<b>Agente Fiduciário</b>	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
<b>ANBIMA</b>	ANBIMA – Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
<b>Anúncio de Encerramento</b>	Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Debêntures de emissão da Companhia, informando acerca do resultado final da Oferta, a ser imediatamente publicado após a distribuição das Debêntures, nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400.
<b>Anúncio de Início</b>	Anúncio de Início da Oferta Pública de Debêntures de emissão da Companhia, informando acerca do início do período de colocação das Debêntures, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400.
<b>Auditor Independente</b>	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e de 2011 e para os trimestres encerrados em 31 de março de 2011 e 2012 e Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.
<b>Aviso ao Mercado</b>	Aviso ao mercado sobre a Oferta, nos termos do artigo 53 da Instrução CVM 400, publicado no DOERGS e no “Jornal do Comércio de Porto Alegre” em 25 de junho de 2012.
<b>Banco Central ou BACEN</b>	Banco Central do Brasil.
<b>Banco Mandatário</b>	Itaú Unibanco S.A.
<b>BM&amp;FBOVESPA</b>	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
<b>Brasil</b>	República Federativa do Brasil.

<b>CETIP</b>	CETIP S.A. – Mercados Organizados
<b>Contrato de Distribuição</b>	Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, da Quinta Emissão Pública da Lojas Renner S.A., celebrado entre a Emissora e os Coordenadores.
<b>Coordenador Líder ou Itaú BBA</b>	Banco Itaú BBA S.A.
<b>Coordenador ou HSBC</b>	HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
<b>Coordenadores</b>	Itaú BBA e HSBC, quando referidos em conjunto.
<b>CVM</b>	Comissão de Valores Mobiliários.
<b>Data de Emissão</b>	15 de junho de 2012.
<b>Data de Integralização</b>	A data em que ocorrer a integralização das Debêntures, no ato da subscrição.
<b>Data de Liquidação</b>	A liquidação financeira da Oferta, com a respectiva prestação de contas e pagamentos, até o último dia do Prazo de Subscrição.
<b>Data de Vencimento das Debêntures</b>	A Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série e a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, quando referidas em conjunto.
<b>Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série</b>	15 de junho de 2018.
<b>Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série</b>	15 de junho de 2019.
<b>DDA</b>	Sistema de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA.
<b>Debêntures</b>	Serão emitidas 30.000 (trinta mil) Debêntures, sendo que a quantidade de Debêntures alocada em cada série foi definida conforme a demanda pelas Debêntures apurada por meio do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> .
<b>Debêntures em Circulação</b>	Significam todas as Debêntures da Primeira Série ou Debêntures da Segunda Série, respectivamente, inscritas e integralizadas, em circulação no mercado, excluídas as Debêntures da Primeira Série ou Debêntures da Segunda Série, respectivamente, que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges, companheiro, ascendentes, descendentes ou colateral até o segundo grau.

<b>Debêntures da Primeira Série</b>	22.000 (vinte e duas mil) Debêntures da primeira série, objeto da Oferta.
<b>Debêntures da Segunda Série</b>	8.000 (oito mil) Debêntures da segunda série, objeto da Oferta.
<b>Debêntures Adicionais</b>	A distribuição de debêntures adicionais, a critério da Emissora, em comum acordo com os Coordenadores, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.
<b>Debêntures do Lote Suplementar</b>	A opção de distribuição de lote suplementar que a Emissora poderia conceder aos Coordenadores, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400.
<b>Debenturistas</b>	Os titulares das Debêntures.
<b>Dias Úteis</b>	Significa qualquer dia, que não seja sábado, domingo ou feriado nacional.
<b>EBITDA</b>	O EBITDA consiste no lucro líquido do exercício antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e participações estatutárias, depreciações e amortizações, resultado de baixas de ativos fixos e despesas com plano de compra de ações. O EBITDA não é uma medida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”), nem representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido, como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa como um indicador de liquidez. O EBITDA não possui um significado padronizado, e, portanto, a nossa definição de EBITDA pode não ser comparável ao EBITDA utilizado por outras empresas.
<b>Emissão</b>	A presente emissão de Debêntures da Companhia.
<b>Emissora, Renner ou Companhia</b>	Lojas Renner S.A.
<b>Escritura de Emissão</b>	Escritura Particular da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, em Regime de Garantia Firme de Distribuição, da Lojas Renner S.A., celebrada entre a Emissora e o Agente Fiduciário, em 20 de junho de 2012, devidamente registrada na JUCERGS sob o nº ED000752000 em 26 de junho de 2012. A Escritura foi alterada por meio do “Instrumento Particular de Primeiro Aditamento à Escritura Particular da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, da Lojas Renner S.A.”, celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário em 16 de julho de 2012, e protocolado na JUCERGS em 16 de julho de 2012.
<b>Estatuto Social</b>	Estatuto social da Emissora.



<b>Formulário de Referência</b>	O Formulário de Referência da Emissora, cujo caminho para acesso está indicado no item “Documentos e Informações Incorporados ao Prospecto”, na página 12 deste Prospecto.
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
<b>Instrução CVM 28</b>	Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 400</b>	Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 409</b>	Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 480</b>	Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
<b>IPCA</b>	Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE.
<b>JUCERGS</b>	Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul.
<b>Lei 11.638</b>	Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007.
<b>Lei 11.941</b>	Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009.
<b>Lei das Sociedades por Ações</b>	Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
<b>Novo Mercado</b>	Trata-se de segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
<b>Oferta</b>	A presente oferta pública das Debêntures.
<b>Opção de Debêntures Adicionais</b>	A opção da Emissora, em comum acordo com os Coordenadores, em aumentar a quantidade de Debêntures em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade de Debêntures originalmente oferecida, excluída eventual Opção de Lote Suplementar, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.
<b>Opção de Lote Suplementar</b>	A opção que a Emissora poderia conceder aos Coordenadores para distribuição de lote suplementar correspondente a, no máximo, 15% (quinze por cento) da quantidade de Debêntures originalmente oferecida, excluída eventual Opção de Debêntures Adicionais, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400.
<b>Período de Ausência do IPCA</b>	A ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para sua respectiva apuração e/ou divulgação.
<b>Período de Ausência de Taxa DI</b>	A ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para sua respectiva apuração e/ou divulgação.

<b>Período de Capitalização</b>	Significa o intervalo de tempo que se inicia na Data da Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures, ou na data do efetivo pagamento Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme aplicável para cada série, no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures, e termina na data do efetivo pagamento de Remuneração das Debêntures correspondente ao período em questão, conforme aplicável para cada série. Cada Período de Capitalização das Debêntures sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento das Debêntures.
<b>Pessoas Vinculadas</b>	Investidores que sejam (a) controladores ou administradores da Emissora; (b) controladores ou administradores dos Coordenadores; e (c) outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como os cônjuges ou companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nos itens (a), (b) ou (c).
<b>Preço de Subscrição</b>	As Debêntures serão subscritas no mercado primário por seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, ou da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, calculada <i>pro rata temporis</i> , desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização.
<b>Procedimento de <i>Bookbuilding</i></b>	Procedimento de coleta de intenções de investimento conduzido pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400. Para descrição completa do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , ver seção “Informações sobre a Oferta” a partir da página 33 deste Prospecto.
<b>Prospecto Preliminar</b>	O prospecto preliminar desta Oferta, disponibilizado aos investidores na data de publicação do Aviso ao Mercado.
<b>Prospecto Definitivo ou Prospecto</b>	Este prospecto definitivo da Oferta.
<b>Prospectos</b>	O Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, conjuntamente considerados.
<b>RCA</b>	A Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 11 de junho de 2012, cuja ata foi registrada na JUCERGS sob o n.º 3640798 em 12 de junho de 2012 e publicada nos jornais “Jornal do Comércio de Porto Alegre” e “Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul” em 19 de junho de 2012.
<b>Real ou R\$</b>	A moeda corrente do Brasil.
<b>SDT</b>	Módulo de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP, utilizado para a distribuição das Debêntures no mercado primário.

<b>SND</b>	Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP, utilizado para a negociação das Debêntures no mercado secundário.
<b>Taxa DI</b>	Variação das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na <i>Internet</i> ( <a href="http://www.cetip.com.br">http://www.cetip.com.br</a> ).
<b>Taxa Substitutiva das Debêntures Primeira Série</b>	O novo parâmetro a ser aplicado para o cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série no Período de Ausência de Taxa DI ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares à época.
<b>Taxa Substitutiva das Debêntures Segunda Série</b>	O novo parâmetro a ser aplicado para o cálculo da Remuneração das Debêntures da Segunda Série no Período de Ausência do IPCA ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares à época.
<b>Valor Nominal Unitário</b>	Valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, correspondente a R\$10.000,00.

## DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS AO PROSPECTO

### Formulário de Referência

Informações detalhadas sobre a Emissora, resultados, negócios e operações da Emissora poderão ser encontradas no Formulário de Referência, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, na sua versão n.º 3, enviado dia 13 de julho de 2012, que se encontra disponível para consulta nas seguintes páginas da Internet: **Lojas Renner S.A.**, [www.lojasrenner.com.br/ri](http://www.lojasrenner.com.br/ri) nessa página acessar, “Arquivos CVM”, “ITR, DFP, FR e outros” e, em seguida, o item “Formulários Cadastral e de Referência 2012”; **Comissão de Valores Mobiliários – CVM**, [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br), neste *website* acessar “Acesso Rápido” e, posteriormente, “ITR, DFP, IAN, IPE, FC, FR e outras informações”. No link buscar por “Lojas Renner S.A.” e clicar em “Formulário de Referência”; e da **BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros**, [www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br), neste *website* acessar, na página inicial, “Empresas Listadas” e digitar “Lojas Renner S.A.” no campo disponível. Em seguida acessar “Informações Relevantes” e, posteriormente “Formulário de Referência”. As informações constantes do Formulário de Referência são parte integrante deste Prospecto, sendo nele incorporadas por referência.

### Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, da Emissora em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011, com os respectivos pareceres dos auditores independentes e relatórios da administração, relativas aos três últimos exercícios sociais encerrados, que se encontram disponíveis para consulta nas seguintes páginas da Internet: **Lojas Renner S.A.**, [www.lojasrenner.com.br/ri](http://www.lojasrenner.com.br/ri) nessa página acessar, “Balanços Anuais”; **Comissão de Valores Mobiliários – CVM**, [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br), neste *website* acessar “Acesso Rápido” e, posteriormente, “ITR, DFP, IAN, IPE, FC, FR e outras informações”. No link buscar por “Lojas Renner S.A.” e clicar em “Dados Econômico-Financeiros”; e da **BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros**, [www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br), neste *website* acessar, na página inicial, “Empresas Listadas” e digitar “Lojas Renner S.A.” no campo disponível. Em seguida acessar “Informações Relevantes” e, posteriormente “Dados Econômico-Financeiros”. As Demonstrações Financeiras são parte integrante deste Prospecto, sendo nele incorporadas por referência.

### Informações Trimestrais

O Formulário de Informações Trimestrais da Emissora referentes ao trimestre encerrado em 31 de março de 2012, que se encontra disponível para consulta nas seguintes páginas da Internet: **Lojas Renner S.A.**, [www.lojasrenner.com.br/ri](http://www.lojasrenner.com.br/ri) nessa página acessar, “Informações Trimestrais”; **Comissão de Valores Mobiliários – CVM**, [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br), neste *website* acessar “Acesso Rápido” e, posteriormente, “ITR, DFP, IAN, IPE, FC, FR e outras informações”. No link buscar por “Lojas Renner S.A.” e clicar em “Dados Econômico-Financeiros”; e da **BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros**, [www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br), neste *website* acessar, na página inicial, “Empresas Listadas” e digitar “Lojas Renner S.A.” no campo disponível. Em seguida acessar “Informações Relevantes” e, posteriormente “Dados Econômico-Financeiros”. O Formulário de Informações Trimestrais referente ao trimestre encerrado em 31 de março de 2012 é parte integrante deste Prospecto, sendo nele incorporado por referência.

### Eventos subsequentes

O Conselho de Administração da Emissora, em reunião realizada em 19.06.2012, declarou a distribuição e aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio pela Companhia, relativo ao exercício de 2012, no valor bruto de R\$ 20.672.860,89 (vinte milhões, seiscentos e setenta e dois mil, oitocentos e sessenta reais e oitenta e nove centavos), correspondentes, na data, a R\$ 0,1675 por ação. O pagamento será efetuado até 10 (dez) dias após a Assembléia Geral Ordinária de 2013 e sujeita-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) de acordo com a legislação vigente.

## SUMÁRIO DA EMISSORA

**ESTE SUMÁRIO É APENAS UM RESUMO DAS INFORMAÇÕES DA EMISSORA. AS INFORMAÇÕES COMPLETAS SOBRE A EMISSORA ESTÃO NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA. LEIA-O ANTES DE ACEITAR A OFERTA.**

*As informações contidas neste sumário são consistentes com o Formulário de Referência, nos termos do inciso II, parágrafo 3º do artigo 40 da Instrução CVM 400.*

*Este sumário contém um resumo das atividades e das informações financeiras da Emissora, não pretendendo ser completo nem substituir o restante deste Prospecto e do Formulário de Referência. Este sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir nas Debêntures. Antes de tomar sua decisão de investir nas Debêntures, o investidor deve ler todo o Prospecto e o Formulário de Referência cuidadosamente, bem como as demonstrações financeiras da Emissora e suas respectivas notas explicativas.*

### Breve histórico

Antônio Jacob Renner foi quem começou a escrever a história do nome Renner. Descendente de alemães começou a trabalhar ainda menino na fábrica de banha da família em São Sebastião do Caí, RS. Em 1912, iniciou o grupo A. J. Renner, indústria fabril instalada no bairro Navegantes, em Porto Alegre, RS. Inaugurou em 1922, na capital gaúcha, seu primeiro ponto-de-venda para a comercialização de artigos têxteis. Comercializava capas de pura lã e capas do vestuário masculino – conhecidas como Capa Ideal –, resistentes ao frio, ao vento e às chuvas, tornando-se uma peça de roupa indispensável, tanto para o gaúcho da Campanha e caixeiros-viajantes, como também ao homem da cidade.

A partir de 1940, com a comercialização de um mix mais amplo de produtos, tornou-se uma loja de departamentos. Em 1965, houve a constituição de Lojas Renner S.A. que a partir de 1967, tornou-se uma empresa de capital aberto.

Ao final de 1991, a Companhia passou por uma completa reestruturação. O modelo de loja de departamentos completa foi substituído pelo conceito de loja de departamentos com especialização em moda.

A partir de 1994, iniciou-se o plano de expansão da Companhia. Plenamente reestruturada, a Companhia inaugurou lojas além das fronteiras do Rio Grande do Sul, passando então a atuar no estado de Santa Catarina. Em 1996, com o sucesso da iniciativa, a operação é estendida também ao estado do Paraná.

Em 1997, foi dado outro grande passo: a entrada da Companhia no Estado de São Paulo, principal centro econômico do país. Em 1998, foram inauguradas mais três lojas, consolidando a atuação em São Paulo.

Em 22 de dezembro de 1998, foi transferido o controle acionário da Companhia para J.C. Penney Brazil, Inc., dos Estados Unidos, através de sua subsidiária, J.C. Penney Brasil Investimentos Ltda., que após reorganização societária, o controle da Companhia passou a ser denominada J.C. Penney Brasil Comercial Ltda.

Em 1999, começou um forte processo de expansão, entrando nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Distrito Federal. Em 2000, inaugurou uma loja no Estado de Goiás. Em 2003, 2004 e 2005, abriu filiais nos Estados de Espírito Santo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, respectivamente.

No dia 25 de maio de 2005, em Assembleia Geral de Acionistas, foi aprovada a conversão da totalidade das ações preferenciais em ações ordinárias. Também foi aprovado o grupamento de ações da Companhia. Essas alterações foram necessárias para que a Companhia passasse a fazer parte do segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA. Nesta mesma Assembleia, a Companhia incorporou seu acionista controlador JCPenney Brasil Comercial Ltda., ficando suas ações para a J.C. Penney Brazil, Inc. Em 1º de julho de 2005, a JCPenney Brazil, Inc., vendeu todas as ações na BM&FBOVESPA, ficando a Companhia sem acionista controlador. Com 100% (cem por cento) das suas ações em circulação, a Companhia foi considerada a primeira *corporation* do Brasil (Fonte: Jornal Valor Econômico). Nesse mesmo dia, a Companhia passou a integrar o segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, o qual exige compromisso com práticas mais rigorosas de governança corporativa. Em 3 de outubro de 2006, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o desdobramento de ações passando uma ação ordinária da Companhia a corresponder a cinco ações ordinárias, visando aumentar a liquidez das ações da Companhia, assim como facilitar o acesso, por pequenos investidores e/ou

investidores não-profissionais, nas negociações envolvendo ações de emissão da Companhia em circulação no mercado.

Em 2006, dando continuidade ao seu processo de expansão, a Companhia inaugurou suas primeiras unidades na região Nordeste do País, nos Estados de Pernambuco, Ceará e Bahia. Em 2007, inaugurou a primeira loja da região Norte, no Estado do Amazonas, bem como uma em Sergipe e outra na Paraíba. Em 2008, inaugurou uma loja no Estado de Rondônia, e em 2009 inaugurou lojas nos Estados do Rio Grande do Norte e Pará.

Em julho de 2009, a Companhia lançou três novas marcas próprias: “A Collection”, dirigida ao público feminino adulto, a “Maternity Renner”, voltada para gestantes e a “Satinato”, primeira marca exclusiva de calçados da Renner, com modelos para o público feminino. No ano de 2010, a Companhia foi inovadora ao lançar os cartões *co-branded* com Mastercard e Visa, sem o apoio de uma instituição financeira. A Companhia também lançou o projeto de lojas compactas e vendas pela *web* e inaugurou lojas em mais dois Estados: Alagoas e Tocantins. Em 2011, a Companhia inaugurou loja no Estado do Acre. Em 04 de maio de 2011, a Companhia adquiriu, por meio de sua subsidiária Renner Empreendimentos Ltda., a empresa Maxmix Comercial Ltda., nome fantasia *Camicado Houseware*, que atua no segmento de casa & decoração, com 27 lojas e um centro de distribuição. A aquisição foi aprovada pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral nessa mesma data.

A Companhia atualmente é a segunda maior rede de lojas de departamentos de vestuário no Brasil em termos de faturamento bruto (Fontes: Diário Comércio, Indústria & Serviços e Euromonitor International Ltd.) e contava com 197 lojas (164 lojas Renner, 30 Camicado e 3 Blue Steel), em 31 de dezembro de 2011, instaladas em Shopping Centers e em pontos centrais de cidades, nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste e ainda opera dois centros de distribuição, localizados nos Estados de Santa Catarina e São Paulo. A Companhia oferece também serviços financeiros, tais como vendas financiadas em 0+8 parcelas com encargos, empréstimos pessoais, títulos de capitalização e seguros através da rede de lojas e do cartão Renner.

#### **Descrição das Atividades da Emissora**

A Companhia desenvolve e vende roupas, calçados e moda íntima de qualidade para mulheres, homens, adolescentes e crianças sob diversas marcas próprias de vestuário e afins, das quais 6 são representativas do conceito Lifestyle. A Companhia também vende acessórios e cosméticos por meio de duas marcas próprias e oferece mercadorias em determinadas categorias sob marcas de terceiros. A Companhia oferece a seus clientes produtos de moda em vários estilos, com qualidade e preços competitivos, em ambientes práticos e agradáveis. O conceito Lifestyle torna a combinação de peças individuais de roupas mais conveniente para a clientela, formando um conjunto coordenado por estilo de vida, consistente em cada uma das marcas. A Companhia busca manter sua linha de produtos continuamente renovada, sempre apresentando modelos novos para acompanhar e ajudar a formar as preferências de estilo do consumidor. A missão de cada um dos colaboradores não é meramente satisfazer, mas encantar os clientes, isto é, superar suas expectativas. A Companhia oferece também serviços financeiros, tais como vendas financiadas em 0+8 parcelas com encargos, empréstimos pessoais, títulos de capitalização e seguros através da rede de lojas.

O melhor aproveitamento dos serviços financeiros e da base de cartões existente, através da oferta dos cartões embandeirados, do projeto de revitalização do tradicional cartão Renner, que teve início em 2011, da continuidade do crédito nas formas e prazos de pagamento vigentes, apontam significativos nichos de expansão do negócio fortalecendo o relacionamento com os clientes e a lembrança da marca.

O crescimento da Companhia em volume de negócios e rentabilidade passa pela expansão do número de lojas nas diversas regiões brasileiras, novos formatos e o incremento dos serviços, apoiados em forte infraestrutura de tecnologia da informação.

Em 2010, foi lançado o projeto de lojas compactas, com a inauguração de suas 3 primeiras unidades. Já em 2011, foram abertas outras 18 unidades nesse formato. As lojas compactas, com área de vendas em torno de 1.200m<sup>2</sup>, irão facilitar a abertura de pontos em mercados menores, localizações em ruas e pequenos centros comerciais, além da tradicional abertura em shoppings.

Em 2011, foram ainda inauguradas 3 lojas piloto da Blue Steel, marca jovem da Renner que está sendo testada para um modelo de loja especializada.

A operação de vendas online teve em 2010 a introdução de um mix mais amplo, com a venda de artigos de vestuário, calçados e acessórios, além dos produtos já ofertados como linhas de perfumaria, relógios e

lingerie. Esta introdução de um mix mais amplo e melhorias na operação de vendas, feitas em 2011, visam expandir e agregar valor a este negócio.

Além disso, a consolidação da marca, a crescente aceitação do mercado em relação ao conceito *Lifestyle*, a evolução de modelos e segmentos de produtos dentro das marcas próprias, também somam valor aos negócios. Trabalhando constantemente para aumentar a produtividade, com receita líquida de R\$ 9,7 mil por m<sup>2</sup> em 2011, a Companhia vê, no aprimoramento e padronização de processos operacionais, uma grande contribuição para a expansão dos negócios, através da sistematização das melhores práticas.

A Companhia entende que possui diversas vantagens competitivas, tais como:

*Coleções completas de vestuário a preços competitivos*

Oferecer coleções completas de vestuário, acessórios e calçados a preços competitivos faz a Companhia ser percebida como uma opção diferenciada no varejo brasileiro, com a renovação frequente dos itens das coleções.

*Experiência de compra agradável e conveniente*

A organização das lojas por marcas que compõem os estilos de vida proporciona experiência de compra agradável, estimulando maior volume de vendas, pois os clientes podem, rápida e confortavelmente, encontrar o que desejam para compor o estilo almejado.

*Foco dedicado ao atendimento do cliente*

O foco da Companhia no “encantamento” do cliente inspira os cuidados para que este tenha uma experiência de compras prazerosa, com a apresentação ordenada dos produtos.

*Cultura corporativa sólida*

Os princípios e valores da Companhia e uma sólida política de Recursos Humanos fazem parte da cultura da Renner, que atrai gerentes talentosos e colaboradores comprometidos, conhecedores do negócio.

*Opções atrativas de crédito*

Além das formas de pagamento tradicionais, em dinheiro, cheque, cartões de débito e principais cartões de crédito de terceiros, as compras com o cartão Renner podem ser efetuadas em até cinco pagamentos mensais pelo preço à vista ou em oito parcelas fixas, com encargos. No Cartão Renner, os clientes sempre têm 30 dias para efetuar o primeiro pagamento.

**Atividades das Controladas:**

A atividade da controlada Dromegon Participações Ltda. se limita ao aluguel de imóveis de sua propriedade à Companhia, enquanto a controlada Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. opera o cartão *co-branded*, denominado **Meu Cartão** e realiza operações de intermediação de concessão de empréstimos pessoais e intermediação de venda de títulos de capitalização, aos clientes da Companhia.

A Renner Empreendimentos Ltda. participa do capital social de outras empresas e, em 04 de maio de 2011, adquiriu a Camicado Houseware, nome fantasia da Maxmix Comercial Ltda., que atua no segmento de casa & decoração e contava, no final de 2011, com 30 lojas e um centro de distribuição.

**Cinco principais Fatores de Risco relativos à Emissora**

***A Emissora Pode enfrentar dificuldades em inaugurar e/ou operar novas lojas, o que poderá afetar de maneira adversa suas vendas e resultado operacional***

O crescimento da Emissora depende de sua capacidade de abrir e operar com êxito novas lojas, de forma está sujeita a riscos e incertezas quanto a eventos futuros que podem reduzir ou mesmo impedir a abertura e/ou operação de novas lojas, inicialmente planejadas, podendo gerar um impacto negativo no seu resultado operacional e no valor das suas ações ordinárias. A Emissora espera continuar inaugurando novas lojas no futuro, bem como reformar periodicamente parte das lojas existentes, mas não há certeza de que será capaz de abrir o número planejado de novas lojas, nem que consiga reformar as existentes. A capacidade da Emissora de inaugurar e operar novas lojas com êxito depende de inúmeros fatores, muitos dos quais estão além de seu controle. Esses fatores incluem a capacidade da Emissora em identificar locais apropriados para novas lojas, o que também implica em reunir e analisar dados demográficos e de mercado

para determinar se há demanda suficiente para seus produtos nos locais escolhidos e a negociação de contratos de aluguel em termos aceitáveis. As obras também podem sofrer atrasos, interrupções ou aumento de custos. A Emissora pode, ainda, ter dificuldades em promover suas marcas e seu conceito *Lifestyle* (Estilos de Vida) a novos clientes e em oferecer mercadorias que atendam às necessidades e preferências em novas regiões. A abertura de novas lojas também demandará a manutenção de um nível crescente de estoques a um custo aceitável para atender às demandas das novas lojas e também a contratação, treinamento e retenção de pessoal qualificado para as lojas, especialmente em nível gerencial. Além disso, a Emissora pode não ser capaz de integrar as novas lojas às suas operações atuais de forma satisfatória, de obter financiamento, se necessário, em termos aceitáveis, ou de obter as licenças e autorizações governamentais necessárias. Ademais, aproximadamente 94% das lojas da Emissora, que foram responsáveis, em 2011, por 91,7% de suas vendas líquidas, estão localizadas em shopping centers. Portanto, o sucesso da estratégia de expansão da Emissora pode depender do número de novos shopping centers que serão abertos nos próximos anos ou da disponibilidade de espaço nos shopping centers existentes. Além disso, muitas das novas lojas da Emissora devem ser abertas em estados do Brasil onde atualmente possui poucas ou nenhuma loja. A expansão para estes mercados pode apresentar desafios em termos de concorrência, comercialização e distribuição que podem ser diferentes daqueles com que a Emissora lida nos nossos mercados atuais. Qualquer um destes desafios pode afetar negativamente os negócios da Emissora e o resultado de suas operações.

***A estratégia de crescimento da Emissora envolve a abertura e a operação de um número considerável de novas lojas a cada ano, o que pode sobrecarregar seus recursos e ocasionar uma queda no desempenho das lojas existentes***

A proposta de expansão de lojas da Emissora gerará demandas crescentes sobre seus recursos operacionais, gerenciais e administrativos. Essas demandas crescentes podem resultar numa queda de eficiência na gestão dos negócios da Emissora, o que por sua vez pode levar a uma deterioração no desempenho financeiro de suas lojas individualmente e de seu negócio como um todo. Ademais, quando a inauguração de novas lojas ocorrer em mercados onde a Emissora já possui lojas, poderá sofrer uma redução nas suas vendas das lojas pré-existentes nesses mercados em função do deslocamento de vendas ou canibalização.

***A Emissora pode não ser capaz de manter o mesmo ritmo de crescimento de vendas***

Em 2011, as vendas de lojas comparáveis (lojas a partir do décimo terceiro mês de operação) cresceram 7,2% em comparação com 2010. A Emissora acredita que os principais fatores que podem impactar as suas vendas de lojas comparáveis são: (i) apelo contínuo de nossas marcas e do seu conceito de *Lifestyle* (Estilos de Vida); (ii) sua capacidade de prever e responder às novas tendências da moda e de consumo em tempo hábil; (iii) sua capacidade de atrair novos clientes e manter os atuais; (iv) a confiança do consumidor; (v) situação econômica nas áreas onde suas lojas estão localizadas; (vi) o ciclo da moda; (vii) o impacto que a abertura de novas lojas pode gerar sobre as lojas preexistentes nestes mesmos mercados, (viii) mudanças em suas políticas de crédito, propaganda e marketing; (ix) concorrência, (x) datas festivas; e (xi) variações climáticas. Como resultado dos fatores acima elencados, dentre outros, a Emissora pode não ser capaz de manter o mesmo ritmo de crescimento de vendas por lojas no futuro, o que pode impactar negativamente os seus negócios e resultados operacionais.

***A Emissora precisa identificar e responder de forma rápida e bem sucedida às mudanças nas tendências da moda e nas preferências do consumidor***

As vendas e resultado operacional da Emissora dependem de sua habilidade em gerenciar seus estoques e prever, identificar e responder com rapidez às mudanças nas tendências da moda e nas preferências do consumidor. A Emissora não pode prever as preferências dos consumidores com certeza e tais preferências mudam ao longo do tempo. Ao mesmo tempo em que seus pedidos de mercadorias devem ser submetidos com antecedência em relação à estação de vendas aplicável, a Emissora precisa reagir com agilidade às tendências do mercado oferecendo mercadorias atrativas e desejáveis, a preços competitivos. A demora entre a ordem de compra e a disponibilização de certos produtos em suas lojas pode tornar difícil uma resposta rápida às novas tendências. Se não for capaz de prever, identificar ou responder às tendências emergentes de estilo ou de preferências do consumidor, ou se analisar incorretamente o mercado para suas mercadorias ou qualquer nova linha de produtos, as vendas da Emissora poderão sofrer e poderão ter um volume substancial de estoques não vendidos. Em resposta a essas situações, a Emissora pode ser forçada a



baixar os preços de sua mercadorias ou fazer vendas promocionais para acabar com os estoques, o que afetaria negativamente seus resultados operacionais.

#### ***A Emissora depende fortemente de sistemas de gerenciamento de informação para operar seus negócios***

As operações da Emissora dependem da funcionalidade, disponibilidade, integridade, estabilidade operacional de seu Data Center e de vários sistemas, entre os quais sistemas de ponto-de-venda em lojas, de crédito, de logística, de comunicação e vários aplicativos para controlar os estoques e gerar relatórios de desempenho comercial e financeiro. Ao longo dos últimos anos, a Emissora fez melhorias e implementou novos sistemas, além de investimento em atualização e novos equipamentos de tecnologia da informação. Se estes ou quaisquer outros sistemas e software não funcionarem de maneira eficaz, isso poderá afetar negativamente a disponibilidade e precisão de seu processamento de transações, contabilização e geração de relatórios comerciais e financeiros, bem como sua capacidade de gerenciar nossos negócios e prever adequadamente os resultados operacionais e necessidades de caixa. Para gerenciar o crescimento previsto de suas operações, a Emissora pode precisar continuar a aperfeiçoar seus sistemas operacionais e financeiros, processamento de transações, procedimentos e controles, gerando despesas adicionais substanciais ou problemas de integração, o que poderia prejudicar seus resultados financeiros.

#### **Dados sobre a 4ª emissão de debêntures da Emissora**

Foram emitidas 30.000 (trinta mil) debêntures na quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries da Emissora, sendo 21.510 (vinte e uma mil quinhentas e dez) debêntures alocadas na primeira série e 8.490 (oito mil quatrocentas e noventa) debêntures alocadas na segunda série, no valor total de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). O prazo de vencimento das debêntures da primeira série da quarta emissão é de 5 (cinco) anos contados da data de emissão, qual seja 15 de julho de 2011, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2016. O prazo de vencimento das debêntures da segunda série da quarta Emissão é de 6 (seis) anos contados da data de emissão, qual seja 15 de julho de 2011, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2017. Os recursos resultantes da quarta emissão de debêntures da Emissora estão sendo destinados ao financiamento da estratégia de expansão orgânica da Emissora na seguinte proporção: (i) aproximadamente 60% (sessenta por cento) para abertura de novas lojas; (ii) aproximadamente 20% (vinte por cento) para reformas de lojas existentes; e (iii) aproximadamente 20% (vinte por cento) para implantação de um centro de distribuição na região Sudeste, nos termos da Escritura de Emissão e do Prospecto Definitivo daquela emissão de debêntures.

#### **Declaração sobre o Agente Fiduciário**

Nos termos do § 2º do artigo 10 da Instrução CVM 28, a Companhia informa que o Agente Fiduciário também atua como agente fiduciário da 4ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, da Companhia. Foram emitidas 30.000 (trinta mil) debêntures na 4ª emissão, sendo 21.510 (vinte e uma mil quinhentas e dez) debêntures alocadas na primeira série e 8.490 (oito mil quatrocentas e noventa) debêntures alocadas na segunda série, no valor total de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). O prazo de vencimento das debêntures da primeira série da 4ª emissão é de 5 (cinco) anos contados da data de emissão, qual seja 15 de julho de 2011, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2016. O prazo de vencimento das debêntures da segunda série da 4ª Emissão é de 6 (seis) anos contados da data de emissão, qual seja 15 de julho de 2011, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2017. Não houve qualquer evento de resgate, amortização, repactuação ou inadimplemento até a presente data.

## INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA

<b>Identificação</b>	Lojas Renner S.A., constituída em 10 de junho de 1965, com seus atos constitutivos arquivados na JUCERGS sob o NIRE 43300004848, registrada como companhia aberta na CVM sob o n.º 8133, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 92.754.738/0001-62.
<b>Sede</b>	Avenida Joaquim Porto Villanova, n.º 401, Bairro Jardim Carvalho, CEP 91.410-400, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.
<b>Data de Registro da Emissora na CVM como Companhia Aberta</b>	20 de julho de 1977.
<b>Diretor de Relações com Investidores</b>	Adalberto Pereira dos Santos, com endereço na sede da Emissora. Contato por meio de endereço eletrônico <a href="mailto:ri_lojasrenner@lojasrenner.com.br">ri_lojasrenner@lojasrenner.com.br</a> ou por telefone (51) 2121 7045 ou (51) 2121 7183.
<b>Atendimento aos acionistas e debenturistas</b>	Contato por meio de endereço eletrônico <a href="mailto:ri_lojasrenner@lojasrenner.com.br">ri_lojasrenner@lojasrenner.com.br</a> ou por telefone (51) 2121 7045 ou (51) 2121 7183.
<b>Objeto social</b>	A Companhia tem por objeto: (a) o comércio e a confecção de artigos de vestuário, bem como o comércio de perfumaria, cosméticos, produtos de higiene, correlatos, relógios, utilidades domésticas, artigos de esportes, artigos elétricos e eletrônicos e outros próprios de lojas de departamentos; (b) a importação e a exportação das mercadorias referidas nas alíneas anteriores; (c) a prestação de serviços de agência de viagens, operadora de turismo e outros serviços similares; (d) a prestação de serviços de cartão de crédito; (e) a prestação de serviços de recebimento de contas e títulos por conta e ordem de terceiros; (f) a prestação de serviços de processamento de dados; (g) a prestação de serviços de controle e processamento de vendas financiadas; (h) participação no capital social de outras sociedades; (i) a propriedade e manutenção de marcas e patentes; e (j) as operações de intermediações de serviços financeiros, tais como empréstimos pessoais, títulos de capitalização e corretagem de seguros.
<b>Auditor Independente</b>	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e de 2011 e para os trimestres encerrados em 31 de março de 2011 e 2012 e Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.
<b>Jornais de Publicação</b>	As informações referentes à Emissora, inclusive seus atos societários, são divulgadas no “Diário Oficial do Estado do

Rio Grande do Sul” e no “Jornal do Comércio de Porto Alegre”.

**Site na Internet**

[www.lojasrenner.com.br/ri](http://www.lojasrenner.com.br/ri). Informações detalhadas sobre a Emissora, resultados, negócios e operações da Emissora poderão ser encontradas no seu Formulário de Referência, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, que se encontra disponível, em sua versão n.º 3, enviada à CVM em 13 de julho de 2012, no site da Emissora ora indicado. Ao abrir o *site*, acessar “Arquivos CVM”, “ITR, DFP, FR e outros” e, em seguida, o item “Formulário de Referência”.

**Declarações do Artigo 56 da Instrução CVM 400**

As declarações da Emissora e do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, encontram-se anexas ao presente Prospecto, nas páginas 165 e 169, respectivamente.

**IDENTIFICAÇÃO DA EMISSORA, DOS COORDENADORES, DOS ASSESSORES LEGAIS, DO AGENTE  
FIDUCIÁRIO, DO BANCO MANDATÁRIO, DO AGENTE ESCRITURADOR E DO AUDITOR INDEPENDENTE**

**Emissora**

**Lojas Renner S.A.**

Avenida Joaquim Porto Villanova, n.º 401

CEP. 91410-400, Porto Alegre, RS

At.: Sra. Paula Melo

Telefone: (51) 2121-7153

Fac-símile: (51) 2121-7161

Correio Eletrônico: paula.melo@lojasrenner.com.br

Internet: [www.lojasrenner.com.br/ri](http://www.lojasrenner.com.br/ri) (Nessa página acessar “Arquivos CVM”, “Debêntures”, e, no quadro 2012, clicar em “Debêntures - Prospecto Definitivo da 5ª Emissão de Debêntures”)

**Coordenador Líder**

**Banco Itaú BBA S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 4º andar

CEP. 04538-132, São Paulo, SP

At.: Sr. Laércio Boaventura

Telefone: (11) 3708-8328

Fac-símile: (11) 3708-2533

Correio Eletrônico: laercio.boaventura@itaubba.com

Internet: <http://www.itaubba.com.br/portugues/atividades/prospectos.asp> (nesta página clicar em “Lojas Renner S.A. - Prospecto Definitivo da 5ª Emissão de Debêntures”)

A pessoa acima é a responsável designada pelo Coordenador Líder, de acordo com o artigo 33, parágrafo 3º, inciso III, da Instrução CVM 400.

**Coordenador**

**HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 4º andar

Itaim Bibi, CEP 01451-000

São Paulo – SP

At.: Sr. Antonio Marques de Oliveira Neto

Telefone: (11) 3847-5078

Fac-símile: (11) 3847-9818

Correio Eletrônico: antonio.m.oliveira@hsbc.com.br

Internet: <http://www.hsbc.com.br/1/2/portal/pt/para-sua-empresa/investimento/operacoes-especiais/operacoes-especiais-mais-informacoes> (Neste website acessar “Lojas Renner - Prospecto da 5ª Emissão de Debêntures”)

**Assessores Legais**

**Assessor Legal da Emissora**

**Trench, Rossi e Watanabe Advogados**

Avenida Borges de Medeiros, 2233, 4º andar

90110-150, Porto Alegre, RS

At.: Sr. Cláudio M. Moretti

Telefone: (51) 3200-0900

Fac-símile: (51) 3220-0901

Internet: [www.trenchrossiwatanabe.com.br](http://www.trenchrossiwatanabe.com.br)

### **Assessor Legal dos Coordenadores**

#### **Souza, Cescon, Barriau & Flesch Advogados**

Rua Funchal, nº 418, 11º andar

04551-060, São Paulo – SP

At.: Sr. Joaquim Oliveira

Telefone: (11) 3089- 6508

Fac-símile: (11) 3089-6565

Internet: [www.scbf.com.br](http://www.scbf.com.br)

### **Agente Fiduciário**

#### **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida das Américas, n.º 500, Bloco 13, Grupo 205

CEP 22640-100, Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Gustavo Dezouart Teixeira Pinto e Sra. Monique Garcia

Telefone: (21) 3514-0000

Fac-símile: (21) 3514-0099

Correio Eletrônico: [gustavo@oliveiratrust.com.br](mailto:gustavo@oliveiratrust.com.br) e [ger3.agente@oliveiratrust.com.br](mailto:ger3.agente@oliveiratrust.com.br)

### **Banco Mandatário**

#### **Itaú Unibanco S.A.**

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 10º Andar - Lado Azul

CEP 04309-010, São Paulo, SP

At.: Sra. Claudia A. Germano Vasconcellos

Telefone: (11) 5029-1910

Fac-símile: (11) 5029-1920

Correio Eletrônico: [claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br](mailto:claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br)

### **Agente Escriturador**

#### **Itaú Corretora de Valores S.A.**

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 10º Andar - Lado Azul

CEP 04309-010, São Paulo, SP

At.: Sra. Claudia A. Germano Vasconcellos

Telefone: (11) 5029-1910

Fac-símile: (11) 5029-1920

Correio Eletrônico: [claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br](mailto:claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br)

### **Auditor Independente**

#### **PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes**

Rua Mostardeiro, n.º 800, 9º andar

CEP 90430-000, Porto Alegre, RS

At.: Sr. Carlos Biedermann

Telefone: (51) 3378-1700

Fac-símile: (51) 3378-1609

Correio Eletrônico: [carlos.biedermann@br.pwc.com](mailto:carlos.biedermann@br.pwc.com)

### **Declarações do Artigo 56 da Instrução CVM 400**

As declarações da Emissora e do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, encontram-se anexas a este Prospecto, nas páginas 165 e 169, respectivamente.

## **PARTE 2 - INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA**

---

- Sumário da Oferta
- Informações Sobre a Oferta
- Relacionamento entre a Emissora e os Coordenadores
- Operações Vinculadas à Oferta
- Fatores de Risco
- Destinação dos Recursos
- Capacidade de Pagamento da Emissora
- Capitalização

## SUMÁRIO DA OFERTA

Esta seção é um sumário de determinadas informações da Oferta contidas em outras partes deste Prospecto e não contém todas as informações sobre a Oferta que devem ser analisadas pelo investidor antes deste tomar sua decisão de investimento nas Debêntures. O Prospecto deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta”, na página 65 deste Prospecto, e juntamente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Emissora e suas respectivas notas explicativas, e nos itens “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência incorporado por referência a este Prospecto, cujo acesso está indicado na seção “Formulário de Referência Incorporado por Referência a este Prospecto”, na página 12 deste Prospecto.

Recomenda-se aos investidores interessados que contatem seus consultores jurídicos e financeiros antes de investirem nas Debêntures.

<b>Companhia e/ou Emissora</b>	Lojas Renner S.A.
<b>Coordenador Líder</b>	Banco Itaú BBA S.A.
<b>Coordenadores</b>	O Coordenador Líder e a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
<b>Agente Fiduciário</b>	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
<b>Banco Mandatário</b>	Itaú Unibanco S.A.
<b>Agente Escriturador</b>	Itaú Corretora de Valores S.A.
<b>Oferta</b>	A quinta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, da Emissora, para o valor total da emissão.
<b>Valor Total da Emissão</b>	O valor total da Emissão é de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), na Data de Emissão.
<b>Agência de Classificação de Risco ou Standard &amp; Poor’s Rating Services</b>	<p>A Emissora contratou a Standard &amp; Poor’s Ratings Services para a elaboração do relatório de classificação de risco para esta Emissão, e para a revisão anual da classificação de risco até o vencimento das Debêntures.</p> <p>A Standard &amp; Poor’s Rating Services atribuiu <i>rating</i> “brAA+” às Debêntures (para mais informações sobre a classificação de risco da Emissora, ver o Anexo “Relatório de Classificação de Risco das Debêntures”, na página 171 deste Prospecto).</p>
<b>Debêntures</b>	Serão emitidas 30.000 (trinta mil) Debêntures, sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série foi definida conforme a demanda pelas Debêntures apurada por meio do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> .
<b>Opção de Debêntures do Lote Suplementar</b>	A Emissora concedeu aos Coordenadores, para atender um eventual excesso de demanda, opção para distribuição de Lote Suplementar de até 4.500 (quatro mil e quinhentas) Debêntures, correspondentes a até 15% (quinze por cento) da quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400. A Opção de Lote Suplementar não foi

	exercida.
<b>Opção de Debêntures Adicionais</b>	Sem prejuízo das Debêntures do Lote Suplementar, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada poderia ter sido aumentada, a critério da Emissora, em comum acordo com os Coordenadores, em até 6.000 (seis mil) Debêntures, correspondentes a até 20% (vinte por cento) da quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, excluídas as Debêntures do Lote Suplementar, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400. A Opção de Debêntures Adicionais não foi exercida.
<b>Séries</b>	<p>A Emissão será realizada em duas séries.</p> <p>A alocação das Debêntures entre as séries foi definida após a conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorreu no Sistema de Vasos Comunicantes, sendo certo que a quantidade de Debêntures de uma das séries foi abatida da quantidade de Debêntures total da Emissão, definindo, portanto, a quantidade de Debêntures alocada na outra série conforme apurado em Procedimento de <i>Bookbuilding</i>.</p>
<b>Destinação dos Recursos</b>	Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Oferta serão destinados à otimização da estrutura do capital da Emissora, conforme detalhado na página 69 deste Prospecto.
<b>Valor Nominal Unitário</b>	O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão.
<b>Data de Emissão</b>	Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de junho de 2012.
<b>Preço de Subscrição</b>	As Debêntures serão subscritas no mercado primário por seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série ou da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, calculada <i>pro rata temporis</i> , desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização.
<b>Registro para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário</b>	As Debêntures da presente Emissão foram registradas para distribuição no mercado primário e para negociação no mercado secundário, respectivamente: (i) por meio do SDT e do SND, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a distribuição e negociação liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) por meio do DDA e do Sistema de Negociação da BM&FBOVESPA, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA, sendo as Debêntures liquidadas financeiramente e custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA.
<b>Procedimento de <i>Bookbuilding</i></b>	Foi realizado procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos dos



parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição da quantidade de séries a ser emitida, da quantidade de Debêntures a serem alocadas em cada uma das séries e as taxas finais aplicáveis às Debêntures, observado o disposto nos itens “Quantidade de Debêntures e Número de Séries”, “Remuneração das Debêntures da Primeira Série” e “Remuneração das Debêntures da Segunda Série”, na seção “Informações Sobre a Oferta”, na página 33 deste Prospecto.

Poderiam participar do Procedimento de *Bookbuilding* os investidores do público alvo da Oferta, incluindo Pessoas Vinculadas, até o limite de 10% (dez por cento) das Debêntures inicialmente ofertadas. No Procedimento de *Bookbuilding* não houve a participação de Pessoas Vinculadas. Caso houvesse participação de Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, as ordens de Pessoas Vinculadas seriam automaticamente canceladas com a verificação, pelos Coordenadores, de excesso de demanda superior em um terço da quantidade de Debêntures total ofertadas, em observância ao artigo 55 da Instrução CVM 400.

O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* foi ratificado por meio de aditamento à Escritura e foi divulgado por meio do Anúncio de Início, nos termos do artigo 23, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.

#### **Período de Capitalização**

Define-se “Período de Capitalização” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data da Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures, ou na data do efetivo pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme aplicável para cada série, no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures, e termina na data do efetivo pagamento da Remuneração das Debêntures correspondente ao período em questão, conforme aplicável para cada série. Cada Período de Capitalização das Debêntures sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento das Debêntures.

#### **Remuneração das Debêntures da Primeira Série**

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado monetariamente. Sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida exponencialmente de 0,97% (noventa e sete centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, definido de acordo com

o Procedimento de *Bookbuilding*, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Para mais informações sobre a Remuneração das Debêntures da Primeira Série, vide “Características Da Emissão Aplicáveis Às Debêntures Da Primeira Série - Remuneração das Debêntures da Primeira Série” na página 37 deste Prospecto.

**Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série**

O saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série será atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação acumulada do IPCA. O produto da Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série será automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série. Para mais informações sobre a atualização monetária das debêntures da segunda série, vide “Características Da Emissão Aplicáveis Às Debêntures Da Segunda Série - Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série” na página 40 deste Prospecto.

**Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série**

Sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série, incidirão juros prefixados, correspondentes a 5,70% (cinco inteiros e setenta centésimos por cento) ao ano, definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento.

**Remuneração das Debêntures da Segunda Série**

Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série em conjunto com a Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série. Para mais informações sobre a Remuneração das Debêntures da Segunda Série, vide “Características Da Emissão Aplicáveis às Debêntures Da Segunda Série - Remuneração das Debêntures da Segunda Série” na página 40 deste Prospecto.

**Amortização das Debêntures da Primeira Série**

Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série, o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será realizado em três parcelas iguais, anuais e consecutivas, a partir do 4º (quarto) ano contado da Data de Emissão, sendo a primeira parcela devida em 15 de junho de 2016, a segunda devida em 15 de junho de 2017 e a terceira parcela na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série.

**Amortização das Debêntures da Segunda Série**

Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Segunda Série, o pagamento do Valor Nominal Unitário

	<p>Atualizado das Debêntures da Segunda Série será realizado em três parcelas iguais, anuais e consecutivas, a partir do 5º (quinto) ano contado da Data de Emissão, sendo a primeira parcela devida em 15 de junho de 2017, a segunda devida em 15 de junho de 2018 e a terceira parcela na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série.</p>
<b>Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série</b>	<p>O pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série será realizado semestralmente, sempre nos dias 15 do mês de junho e do mês de dezembro de cada ano, em parcelas sucessivas, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de dezembro de 2012 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série.</p>
<b>Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série</b>	<p>O pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série será realizado anualmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15 de junho de cada ano, em parcelas sucessivas, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de junho de 2013 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série.</p>
<b>Prazo e Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série</b>	<p>O prazo de vencimento das Debêntures da Primeira Série será de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2018, data em que será devida a totalidade do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ainda não amortizado, juntamente com a última parcela da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, em moeda corrente nacional.</p>
<b>Prazo e Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série</b>	<p>O prazo de vencimento das Debêntures da Segunda Série será de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2019, data em que será devida a totalidade do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série ainda não amortizado, juntamente com o valor da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, em moeda corrente nacional.</p>
<b>Repactuação</b>	<p>As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação.</p>
<b>Resgate Antecipado Facultativo</b>	<p>Não será permitido o resgate antecipado facultativo das Debêntures, seja total ou parcial.</p>
<b>Oferta de Resgate Antecipado</b>	<p>A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures de qualquer uma das Séries, com o consequente cancelamento de tais Debêntures da Primeira e/ou da Segunda Série, endereçada a todos os titulares de Debêntures da(s) respectiva(s) Série(s), sem distinção, assegurado a todos os Debenturistas da(s) respectiva(s) Série(s) igualdade de condições para aceitar ou não o resgate das Debêntures da Primeira e/ou da Segunda Série de que forem titulares.</p>
<b>Aquisição Facultativa</b>	<p>A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em</p>

Circulação, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, sendo que tal(is) aquisição(ões) poderá(ão) ser: (a) por valor superior ao Valor Nominal Unitário ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data de vencimento do último Período de Capitalização, conforme aplicável, até a data do seu efetivo pagamento, desde que observe as regras expedidas pela CVM; ou (b) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data de vencimento do último Período de Capitalização, conforme aplicável, até a data do seu efetivo pagamento, devendo tal(is) aquisição(ões) constar(em) do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora, (ii) permanecer em tesouraria, ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures de suas respectivas séries que ainda estiverem em circulação.

#### **Quorum de Deliberação**

Nas deliberações das AGDs, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em AGD da Primeira Série ou em AGD da Segunda Série dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série da Emissão. Não estão incluídos nos quora mencionados acima:

- (i) os quora expressamente previstos na Escritura de Emissão, inclusive com relação a assuntos de interesse comum aos Debenturistas das séries da presente Emissão;
- (ii) as alterações relativas: (a) a qualquer das condições de Remuneração das Debêntures; (b) às datas de pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, conforme previsto na Escritura; e/ou; (c) à espécie das Debêntures, devendo qualquer alteração com relação às matérias mencionadas neste subitem (ii) ser aprovada, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas da Primeira Série ou Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série da Emissão; e
- (iii) quaisquer alterações relativas aos Eventos de

Inadimplemento, que deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

As alterações das disposições estabelecidas acima deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD, seja em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

**Contrato de Distribuição**

Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, da Quinta Emissão da Lojas Renner S.A.

**Anúncio de Início**

Anúncio de Início da Oferta Pública de Debêntures de emissão da Companhia, informando acerca do início do período de colocação das Debêntures, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400.

**Anúncio de Encerramento**

Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Debêntures de emissão da Companhia, informando acerca do resultado final da Oferta, a ser imediatamente publicado após a distribuição das Debêntures, nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400.

**Capital Social**

O capital social da Emissora atualmente encontra-se dividido em 123.420.065 (cento e vinte e três milhões, quatrocentas e vinte mil e sessenta e cinco) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

**Público Alvo**

O público alvo da Oferta é composto por investidores pessoas físicas e jurídicas, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, fundos de pensão, administradores de recursos de terceiros registrados na CVM, instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM 409, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.

Poderiam participar do Procedimento de *Bookbuilding* os investidores do público alvo da Oferta, incluindo Pessoas Vinculadas, até o limite de 10% (dez por cento) das Debêntures inicialmente ofertadas. No Procedimento de *Bookbuilding* não houve participação de Pessoas Vinculadas. Caso houvesse participação de Pessoas Vinculadas no Procedimento de

Bookbuilding, as ordens de Pessoas Vinculadas seriam automaticamente canceladas com a verificação, pelos Coordenadores, de excesso de demanda superior em um terço da quantidade de Debêntures total ofertadas, em observância ao artigo 55 da Instrução CVM 400.

#### **Inadequação da Oferta**

A presente Oferta não é adequada aos investidores que: (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; e (ii) necessitem de liquidez considerável com relação aos títulos adquiridos, uma vez que a negociação de Debêntures no mercado secundário brasileiro é restrita; e/ou (iii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor de varejo. Para uma avaliação adequada dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, os investidores deverão ler a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta”, nas páginas 65 à 67 deste Prospecto, e os itens “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência incorporado por referência a este Prospecto, e cujo acesso está indicado na seção “Formulário de Referência Incorporado por referência a este Prospecto”, na página 12 deste Prospecto.

#### **Fatores de Risco Relacionados à Oferta**

Para uma avaliação acerca dos fatores de risco que devem ser cuidadosamente analisados pelos investidores antes da decisão de investimento nas Debêntures, ver a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta”, nas páginas 65 à 67 deste Prospecto, bem como os itens “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência incorporado por referência a este Prospecto, além de outras informações incluídas neste Prospecto.

#### **Demonstrações Financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 e cartas de conforto**

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas anuais em conformidade com os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”) e as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”). As demonstrações financeiras individuais da Lojas Renner S.A. (Controladora) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações individuais anuais em conformidade com os CPCs.

A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 e o IFRS 1 na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas, e os CPCs 37 e 43 na preparação destas demonstrações financeiras individuais, respectivamente. Conforme descrito na nota 34 às demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2010, na preparação do balanço patrimonial na data de transição, definida como 1º de janeiro de 2009, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva. Como consequência, as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foram reapresentadas refletindo esta aplicação completa retrospectiva e diferem das demonstrações

financeiras originalmente apresentadas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil aplicáveis na data da sua publicação.

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, originalmente apresentadas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis na data da sua publicação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores, que emitiram relatório de auditoria com data de 28 de janeiro de 2010, sem ressalvas. Estes outros auditores não foram contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2009, reapresentadas para refletir a aplicação completa retrospectiva dos novos CPCs e dos IFRS e, portanto, não expressaram, nem expressam nenhuma opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2009 reapresentadas.

Como parte do exame das demonstrações financeiras de 2010, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes examinou também os ajustes descritos na referida Nota 34 que foram efetuados para reapresentar as demonstrações financeiras de 2009, os quais foram considerados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes apropriados e corretamente efetuados. Entretanto, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes não foi contratada para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2009 e, portanto, não expressou opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2009.

As informações que constam deste Prospecto e do Formulário de Referência, no que se refere ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, são oriundas das demonstrações financeiras, consolidadas e individuais, da Emissora relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, onde são apresentadas para fins comparativos e, portanto, refletem a reapresentação para refletir da aplicação completa retrospectiva dos novos CPCs e dos IFRS.

O auditor que examinou as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, originalmente apresentadas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis na data da sua publicação, não é o mesmo que examinou os ajustes descritos na referida Nota 34 que foram efetuados para reapresentar as demonstrações financeiras de 2009. Portanto, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes forneceu, no âmbito da Oferta, carta de conforto na qual se manifesta, por escrito, acerca da consistência de certas informações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, constantes dos documentos da Oferta, principalmente na seção

de análise e discussão das demonstrações financeiras da Emissora, relativamente às demonstrações financeiras publicadas, conforme previsto no artigo 6º, inciso XII, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários. Essa manifestação, no entanto, ficou restrita exclusivamente à comparação das referidas informações financeiras com aquelas apresentadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, apresentadas para fins comparativos nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, as quais correspondem àquelas originalmente apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, ajustadas nos termos descritos na Nota 34 acima mencionada.

#### **Informações Adicionais**

Para descrição completa das condições aplicáveis à Oferta, ver seção “Informações sobre a Oferta” a partir da página 33 deste Prospecto.



## INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

### Composição do Capital Social

Na data deste Prospecto, o capital social da Emissora é de R\$ 437.855.602,50 (quatrocentos e trinta e sete milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e dois reais e cinquenta centavos), totalmente subscrito e integralizado, representado por 123.420.065 (cento e vinte e três milhões, quatrocentas e vinte mil e sessenta e cinco) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. O capital social da Emissora poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária, até o limite de 225.000.000 ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão, a quantidade de ações ordinárias a serem emitidas e as demais condições de subscrição e integralização das ações dentro do capital autorizado.

Na data deste Prospecto, a composição do capital social da Emissora é a seguinte:

Espécie e Classe	Capital Social Subscrito e Integralizado
	Quantidade de Ações
Ordinárias	123.420.065
<b>Total</b>	<b>123.420.065</b>

A tabela abaixo demonstra a distribuição do capital social da Emissora entre os acionistas com participação relevante em seu capital social na data deste Prospecto:

Acionistas <sup>(1)</sup>	Na Data deste Prospecto	
	Ações	Capital Social Total (%)
BlackRock Inc.	8.999.153	7,29%
Schroder Investment Management Limited	6.167.300	5,00%
Aberdeen Asset Management PLC	17.858.786	14,47%
Trow Price	6.872.800	5,57%
Outros	83.522.026	67,67%
<b>Total</b>	<b>123.420.065</b>	<b>100,0%</b>

<sup>(1)</sup> Para uma descrição mais detalhada sobre nossos acionistas titulares de mais de 5% do capital social da Emissora, inclusive sua composição societária, ver seção “15. Controle”, no Formulário de Referência.

### Autorizações Societárias

A Emissão e a Oferta foram aprovadas pela RCA, registrada na JUCERGS, em 12 de junho de 2012, sob o nº 3640798, e publicada no DOERGS e no “Jornal do Comércio de Porto Alegre”, em 19 de junho de 2012, em conformidade com o artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

### Características da Oferta

#### Registro para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário

As Debêntures da presente Emissão foram registradas para distribuição no mercado primário e para negociação no mercado secundário, respectivamente: (i) por meio do SDT e do SND, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a distribuição e negociação liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) por meio do DDA e do Sistema de Negociação da BM&FBOVESPA, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA, sendo as Debêntures liquidadas financeiramente e custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA.

### ***Coleta de Intenções de Investimento (Procedimento de Bookbuilding)***

Foi realizado procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição da quantidade de séries a ser emitida, da quantidade de Debêntures a serem alocadas em cada uma das séries e as taxas finais aplicáveis às Debêntures, observado o disposto nos itens “Quantidade de Debêntures e Número de Séries”, “Remuneração das Debêntures da Primeira Série” e “Remuneração das Debêntures da Segunda Série” abaixo.

Poderiam participar do Procedimento de *Bookbuilding* os investidores do público alvo da Oferta, incluindo Pessoas Vinculadas (conforme abaixo definidas), até o limite de 10% (dez por cento) das Debêntures inicialmente ofertadas. No Procedimento de *Bookbuilding* não houve a participação de Pessoas Vinculadas. Caso houvesse participação de Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, as ordens de Pessoas Vinculadas seriam automaticamente canceladas com a verificação, pelos Coordenadores, de excesso de demanda superior em um terço da quantidade de Debêntures total ofertadas, em observância ao artigo 55 da Instrução CVM 400.

O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* foi ratificado por meio de aditamento à Escritura e foi divulgado por meio do Anúncio de Início, nos termos do artigo 23, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.

A Emissão foi registrada na CVM, na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei das Sociedades por Ações e nos termos da Instrução CVM 400, observado especialmente o procedimento de concessão automática de registro de oferta pública de distribuição de valores mobiliários emitidos por emissoras com grande exposição ao mercado, conforme o disposto nos artigos 6º-A e 6º-B, bem como das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

### ***Características da Emissão Comuns às Duas Séries***

#### ***Número da Emissão e Valor Total da Emissão***

A Oferta representa a 5ª (quinta) emissão pública de debêntures da Emissora. O valor total da Emissão é de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), na Data de Emissão.

#### ***Valor Nominal Unitário***

O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

#### ***Quantidade de Debêntures e Número de Séries***

A Emissão será realizada em duas séries. Serão emitidas 30.000 (trinta mil) Debêntures, sendo alocadas 22.000 (vinte e duas mil) Debêntures para a Primeira Série e 8.000 (oito mil) Debêntures para a Segunda Série, conforme definido de comum acordo entre a Emissora e os Coordenadores, de acordo com a demanda pelas Debêntures apurada por meio do Procedimento de *Bookbuilding*. A alocação das Debêntures entre as séries foi definida após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorreu no sistema de vasos comunicantes (“Sistema de Vasos Comunicantes”), sendo certo que a quantidade de Debêntures de uma das séries deverá ser abatida da quantidade de Debêntures total da Emissão, definindo, portanto, a quantidade de Debêntures a ser alocada na outra série, conforme apurado no Procedimento de *Bookbuilding*.

Para atender a um eventual excesso de demanda, a Emissora concedeu aos Coordenadores, opção para distribuição de lote suplementar de até 4.500 (quatro mil e quinhentas) Debêntures, correspondentes a até 15% (quinze por cento) da quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, excluída eventual Opção de Debêntures Adicionais, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400. A Opção de Lote Suplementar não foi exercida. Sem prejuízo das Debêntures do Lote Suplementar, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada poderia ter sido aumentada, a critério da Emissora, em comum acordo com os Coordenadores, em até 6.000 (seis mil) Debêntures, correspondentes a até 20% (vinte por cento) da quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, excluídas as Debêntures do Lote Suplementar, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400. A Opção de Debêntures Adicionais não foi exercida.

### **Forma e Comprovação de titularidade**

As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados representativos das Debêntures.

Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato em nome do Debenturista, emitido pela CETIP, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no SND e/ou o extrato em nome do Debenturista emitido pela BM&FBOVESPA, quando as Debêntures estiverem depositadas na BM&FBOVESPA, conforme aplicável.

### **Conversibilidade**

As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

### **Espécie**

As Debêntures serão da espécie quirografária, não conferindo qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, e sem qualquer segregação de bens da Emissora em particular para garantir os Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e da Escritura.

### **Data de Emissão**

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de junho de 2012.

### **Colocação das Debêntures**

As Debêntures inicialmente ofertadas serão objeto de distribuição pública, sob o regime de Garantia Firme, com intermediação dos Coordenadores, no valor de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, da Quinta Emissão da Lojas Renner S.A. ("Contrato de Distribuição"). Caso viessem a ser emitidas Debêntures do Lote Suplementar e/ou Debêntures Adicionais, estas seriam colocadas em regime de melhores esforços de colocação.

Para fins da Garantia Firme disposta acima, entende-se que, caso as Debêntures alocadas para os investidores no Procedimento de *Bookbuilding* não sejam devidamente integralizadas pelos mesmos no prazo estipulado pelos Coordenadores, os Coordenadores deverão integralizar as respectivas Debêntures, na mesma série definida no Procedimento de *Bookbuilding*, observado o limite da Garantia Firme de colocação de cada Coordenador.

### **Preço de Subscrição**

As Debêntures serão subscritas no mercado primário por seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série ou da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização ("Preço de Subscrição").

### **Integralização**

A integralização das Debêntures será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição.

### **Local de Pagamento**

Observado o previsto na Cláusula 3.11 da Escritura, os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento, utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; (ii) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures registradas no Sistema de Negociação BM&FBOVESPA; e/ou (iii) por meio do Agente Escriturador, para as Debêntures que não estiverem registradas no SND e no Sistema de Negociação BM&FBOVESPA.

### ***Imunidade dos Debenturistas***

Caso quaisquer Debenturistas gozem de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, conforme definido adiante, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária julgada apropriada pelo Banco Mandatário, conforme definido adiante, sob pena de ter descontados da Remuneração das Debêntures os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

O Debenturista que apresentar documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal, ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Mandatário ou pela Emissora.

### ***Prorrogação dos Prazos***

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da Escritura, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP ou da BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

### ***Encargos Moratórios***

Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

### ***Decadência do Direito aos Acréscimos***

O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas na Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento da obrigação pecuniária.

### ***Publicidade***

Todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver os interesses dos Debenturistas serão obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no Jornal do Comércio de Porto Alegre, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – internet ([www.lojasrenner.com.br/ri](http://www.lojasrenner.com.br/ri)).

### ***Repactuação***

As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação.

### ***Banco Mandatário e Agente Escriturador***

O Itaú Corretora de Valores S.A. é a responsável pela escrituração das Debêntures, sendo o Banco Mandatário das Debêntures o Itaú Unibanco S.A..

### **Período de Capitalização**

Define-se “Período de Capitalização” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data da Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures, ou na data do efetivo pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme aplicável para cada série, no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures, e termina na data do efetivo pagamento da Remuneração das Debêntures correspondente ao período em questão, conforme aplicável para cada série. Cada Período de Capitalização das Debêntures sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento das Debêntures.

### **Características da Emissão Aplicáveis às Debêntures da Primeira Série**

#### **Remuneração das Debêntures da Primeira Série**

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado monetariamente. Sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de 0,97% (noventa e sete centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding* ("Sobretaxa das Debêntures da Primeira Série", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração das Debêntures da Primeira Série"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNb \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

onde:

J = Valor unitário da Remuneração das Debêntures da Primeira Série devida ao final do Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNb = Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido do *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator Juros} = \text{Fator DI} \times \text{Fator Spread}$$

Fator DI = Produtório dos fatores das Taxas DI da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data do término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

n = Número total de Taxas DI, sendo “n” um número inteiro;

k = número de ordem dos fatores das Taxas DI, variando de 1 a “n”;

$TDI_k$  = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$DI_k$  = Taxa DI, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

onde:

spread = 0,97, conforme apurado em Procedimento de *Bookbuilding*;

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, e a data atual, exclusive, sendo “n” um número inteiro.

Observações:

- (a) O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (b) Efetua-se o produtório dos fatores  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (c) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (d) O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações

financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Primeira Série, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ("AGD da Primeira Série") (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e Escritura, conforme definida na Cláusula X da Escritura), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva das Debêntures da Primeira Série"). A AGD da Primeira Série será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada.

Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD da Primeira Série, a referida AGD da Primeira Série não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures da Primeira Série, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Primeira Série. .

Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva das Debêntures da Primeira Série entre a Emissora e Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 2 (dois) dias, contados a partir da data da realização da respectiva AGD da Primeira Série, qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, consequentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures da Primeira Série, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva AGD da Primeira Série, pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado nos termos da Escritura, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série devida até a data do efetivo resgate e consequente cancelamento, calculada pro rata temporis, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série aplicável às Debêntures da Primeira Série a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência da Taxa DI será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada; ou
- (b) a Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures da Primeira Série em Circulação, não excedendo o prazo de vencimento final e o prazo médio de amortização das Debêntures da Primeira Série. Durante o prazo de amortização das Debêntures da Primeira Série pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série continuará sendo a estabelecida na Cláusula 4.1 da Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures da Primeira Série será utilizada a Taxa Substitutiva das Debêntures da Primeira Série. Caso a Taxa Substitutiva das Debêntures da Primeira Série seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

#### ***Prazo e Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série***

O prazo de vencimento das Debêntures da Primeira Série será de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 15 de junho de 2018 ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série"), data em que será devida a totalidade do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ainda não amortizado, juntamente com a última parcela da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, em moeda corrente nacional.

#### ***Amortização das Debêntures da Primeira Série***

Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série, nos termos previstos abaixo, o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado conforme a tabela a seguir:

<b>Data da Amortização</b>	<b>Percentual do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado</b>
15 de junho de 2016	33,3333%
15 de junho de 2017	33,3333%
15 de junho de 2018	33,3334%

#### ***Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série***

O pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série será realizado semestralmente, a partir da Data de Emissão, sempre no dia 15 (quinze) do mês de junho e do mês de dezembro de cada ano, em parcelas sucessivas, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de dezembro de 2012 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série.

#### ***Características da Emissão Aplicáveis às Debêntures da Segunda Série***

#### ***Remuneração das Debêntures da Segunda Série***

A partir da Data de Emissão, as Debêntures da Segunda Série farão jus à seguinte remuneração, composta pela Atualização Monetária da Segunda Série (conforme definida abaixo) e pelos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série.

#### ***Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série***

O saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série será atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA" e "Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série", respectivamente). O produto da Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série será automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ("Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série"), segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:



- VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (valor nominal unitário remanescente após amortização de principal, incorporação, atualização monetária a cada período, ou pagamento da atualização monetária, se houver), informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

Onde:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

- n = número total de índices considerados na Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série, sendo "n" um número inteiro;
- NI<sub>k</sub> = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Segunda Série após a data de aniversário, o "NI<sub>k</sub>" corresponderá ao valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;
- NI<sub>k-1</sub> = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";
- dup = número de dias úteis entre Data de Emissão ou a última data de aniversário das Debêntures da Segunda Série e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do IPCA, sendo "dup" um número inteiro;
- dut = número de dias úteis contidos entre a última data de aniversário e a próxima data de aniversário das Debêntures da Segunda Série, sendo "dut" um número inteiro.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

Caso no mês de atualização o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizado o último número-índice disponível do índice de preços em questão.

- i. O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo;
- ii. Considera-se "data de aniversário" todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja dia útil, o primeiro dia útil subsequente;
- iii. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas das Debêntures da Segunda Série;

iv. O fator resultante da expressão:  $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}}\right)^{\frac{dup}{dut}}$  é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

v. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;

vi. Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do dia útil subsequente, apropriando o pro rata do último dia útil anterior.

No caso de indisponibilidade temporária do IPCA quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura para as Debêntures da Segunda Série, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Segunda Série, quando da divulgação posterior do IPCA.

Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência do IPCA") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial, o IPCA deverá ser substituído pelo seu substituto legal ou no caso de inexistir substituto legal para o IPCA, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série ("AGD da Segunda Série"), (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na Escritura), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva das Debêntures da Segunda Série").

A AGD da Segunda Série será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência do IPCA ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal do IPCA, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura, a mesma taxa produzida pelo último IPCA divulgado.

Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da AGD da Segunda Série, a referida AGD da Segunda Série não será mais realizada, e o IPCA a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo dos juros remuneratórios integrantes do cálculo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Segunda Série.

Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva das Debêntures da Segunda Série entre a Emissora e os Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 2 (dois) dias, contados a partir da data da realização da respectiva AGD da Segunda Série, qual a alternativa escolhida.

- (a) a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, consequentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures da Segunda Série, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva AGD da Segunda Série, pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado nos termos da Escritura, acrescido da Remuneração das Debêntures da Segunda Série devida até a data do efetivo resgate e consequente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures da Segunda Série aplicável às Debêntures da Segunda Série a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência do IPCA será utilizada a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado; ou
- (b) a Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures da Segunda Série em Circulação, não excedendo o prazo de vencimento final e o prazo médio de amortização das Debêntures da Segunda Série. Durante o prazo de amortização das Debêntures da Segunda Série pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série continuará sendo a estabelecida neste Prospecto, observado que, até a amortização

integral das Debêntures da Segunda Série, será utilizada a Taxa Substitutiva das Debêntures da Segunda Série. Caso a Taxa Substitutiva das Debêntures da Segunda Série seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

#### **Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série**

Sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série, incidirão juros prefixados, correspondentes a 5,70% (cinco inteiros e setenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento ("Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com a Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série, "Remuneração das Debêntures da Segunda Série", e a Remuneração das Debêntures da Segunda Série, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série, "Remuneração das Debêntures").

O cálculo da Remuneração das Debêntures da Segunda Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização das Debêntures da Segunda Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left\{ \left( \frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right\}$$

onde:

taxa = 5,70, conforme apurada no segundo dia útil imediatamente anterior ao Procedimento de *Bookbuilding*, conforme disposto na Cláusula 5.1.3.1. da Escritura;

DP = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou data do último pagamento de juros, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

#### **Prazo e Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série**

O prazo de vencimento das Debêntures da Segunda Série será de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 15 de junho de 2019 ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série"), data em que será devida a totalidade do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série ainda não amortizado, juntamente com o valor da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, em moeda corrente nacional.

### ***Amortização das Debêntures da Segunda Série***

Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Segunda Série, nos termos previstos abaixo, o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série será amortizado conforme a tabela a seguir:

<b>Data da Amortização</b>	<b>Percentual do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado</b>
15 de junho de 2017	33,3333%
15 de junho de 2018	33,3333%
15 de junho de 2019	33,3334%

### ***Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série***

O pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série será realizado anualmente, a partir da Data de Emissão, sempre no dia 15 (quinze) do mês de junho de cada ano, em parcelas sucessivas, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de junho de 2013 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série.

### ***Negociação de Debêntures pela Emissora***

#### ***Aquisição Facultativa***

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em Circulação, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, sendo que tal(is) aquisição(ões) poderá(ão) ser: (a) por valor superior ao Valor Nominal Unitário ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário, atualizado, no caso das Debêntures da Segunda Série, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculado pro rata temporis, desde a Data de Emissão ou da data de vencimento do último Período de Capitalização, conforme aplicável, até a data da aquisição facultativa, desde que observe as regras expedidas pela CVM; ou (b) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, atualizado, no caso das Debêntures da Segunda Série, ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures, calculado pro rata temporis, desde a Data de Emissão ou da data de vencimento do último Período de Capitalização, conforme aplicável, até a data da aquisição facultativa, devendo tal(is) aquisição(ões) constar(em) do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora, (ii) permanecer em tesouraria, ou (iii) ser novamente colocadas no mercado.

As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação, observadas as características de sua respectiva série.

#### ***Resgate Antecipado Facultativo***

Não será permitido o resgate antecipado facultativo das Debêntures, seja total ou parcial.

#### ***Oferta de Resgate Antecipado***

A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures de qualquer uma das Séries, com o consequente cancelamento de tais Debêntures da Primeira e/ou da Segunda Série, endereçada a todos os titulares de Debêntures da(s) respectiva(s) Série(s), sem distinção, assegurado a todos os Debenturistas da(s) respectiva(s) Série(s) igualdade de condições para aceitar ou não o resgate das Debêntures da Primeira e/ou da Segunda Série de que forem titulares, da seguinte forma ("Oferta de Resgate Antecipado"):

- I. a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 3.16 acima ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo (a) a(s) Série(s) objeto da Oferta de Resgate Antecipado; (b) se o resgate será total ou parcial, observadas, nesta hipótese, as regras previstas no item IV abaixo; (c) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (d) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas; (e) a forma de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado; (f) se a Oferta de Resgate Antecipada estará condicionada a aceitação de um percentual mínimo dos Debenturistas, e (g) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures;
- II. após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar nesse sentido ao Agente Fiduciário até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, findo o qual, a Emissora terá o prazo de 3 (três) dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data;
- III. a Emissora poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado à aceitação deste por um percentual mínimo de Debêntures, a ser definido e divulgado por meio do Edital de Oferta de Resgate Antecipado;
- IV. caso se verifique a adesão à Oferta de Resgate Antecipado parcial de Debenturistas representando um volume maior de Debêntures das que poderão ser resgatadas, com base no Edital de Oferta de Resgate Antecipado parcial, deverá ser realizado procedimento de sorteio, conforme previsto no artigo 55, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações; e
- V. o valor a ser pago aos Debenturistas a título da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo do Valor Nominal das Debêntures objeto do resgate, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, e no caso das Debêntures da Segunda Série, acrescido ainda da Atualização Monetária da Segunda Série, até a data do seu efetivo pagamento; e (b) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, prêmio de resgate esse que não poderá ser negativo.

Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate antecipado parcial deverá ocorrer através de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP, observado que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalização do resgate antecipado parcial, não haverá a necessidade de aditamento a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

Para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA o resgate antecipado parcial deverá ocorrer através de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da BM&FBOVESPA, observado que, caso a BM&FBOVESPA venha a implementar outra funcionalidade para operacionalização do resgate antecipado parcial, não haverá a necessidade de aditamento a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

A CETIP, a BM&FBOVESPA, o Banco Mandatário e o Agente Escriturador, deverão ser comunicadas através de correspondência da Emissora com o de acordo do Agente Fiduciário, da realização do resgate antecipado total, com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência.

#### *Vencimento Antecipado*

Respeitado o disposto nas Cláusulas 7.2 e 7.5 da Escritura, as obrigações da Emissora constantes dos instrumentos relacionados à Emissão poderão ser declaradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, na ocorrência dos eventos estabelecidos abaixo ("Eventos de Vencimento Antecipado"):

- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 1 (um) dia útil de seu vencimento;

- (b) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada a esta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 7 (sete) dias úteis contados da data de recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Emissora, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- (c) ocorrência de (i) extinção, liquidação, dissolução ou insolvência da Emissora; (ii) pedido de recuperação judicial feito pela Emissora; (iii) propositura, pela Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores; (iv) pedido de autofalência da Emissora, (v) pedido de falência da Emissora não elidido no prazo legal; ou (vi) decretação de falência da Emissora;
- (d) ocorrência de (i) extinção, liquidação ou dissolução de qualquer das controladas da Emissora, exceto se (i.1) houver publicação pela agência classificadora de risco de relatório de classificação de risco das Debêntures atualizado e contemplando o fato em até 30 (trinta) dias da ocorrência do evento, sem prejuízo do disposto na alínea (t) abaixo ou (i.2) tal extinção, liquidação ou dissolução for realizada por meio de incorporação da referida controlada pela Emissora; (ii) insolvência de qualquer das controladas da Emissora; (iii) pedido de recuperação judicial feito por qualquer das controladas da Emissora; (iv) propositura, por qualquer das controladas da Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores; (v) pedido de autofalência de qualquer das controladas da Emissora, (vi) pedido de falência de qualquer das controladas da Emissora não elidido no prazo legal; ou (vii) decretação de falência de qualquer das controladas da Emissora;
- (e) protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou qualquer de suas controladas cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), e por cujo pagamento a Emissora seja responsável, salvo se no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data de sua ocorrência for comprovado, pela Emissora, que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) o protesto foi sustado ou cancelado, ou ainda; (iii) o protesto foi objeto de medida judicial que o tenha suspenso;
- (f) vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora ou de qualquer controlada da Emissora em relação a terceiros, em valor, individual ou agregado, superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), ou equivalente em outras moedas;
- (g) não pagamento, na respectiva data de vencimento, de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora ou de qualquer controlada da Emissora em relação a terceiros, em valor, individual ou agregado, superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou equivalente em outras moedas, salvo se no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data de sua ocorrência (i) for comprovado, pela Emissora, que o inadimplemento ocorreu indevidamente; (ii) for sanado pela Emissora ou por qualquer controlada da Emissora, ou (iii) sejam suspensos os efeitos do inadimplemento por meio de qualquer medida judicial ou arbitral;
- (h) não atendimento, pela Emissora, de qualquer dos índices e limites financeiros relacionados a seguir ("Índices Financeiros"), a serem verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) dias úteis contados da disponibilização dos documentos descritos na cláusula 8.2 (a) (ii) abaixo, com base nas informações trimestrais constantes do Formulário de Informações Trimestrais - ITR e/ou das Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP apresentadas pela Emissora à CVM, sendo que a primeira verificação para fins deste subitem ocorrerá com relação ao terceiro trimestre de 2012:
  - (a) Dívida Líquida Consolidada / EBITDA menor ou igual a 3,0 (três);
  - (b) EBITDA / Resultado Financeiro Líquido Consolidado maior ou igual a 2,0 (dois), ou menor que 0 (zero), sendo que neste último caso o EBITDA deverá ser maior que 0 (zero);

Para os efeitos do disposto na alínea "g" da Cláusula 7.1 da Escritura, aplicar-se-ão as seguintes definições:

"Dívida Líquida Consolidada" significa o somatório de todas as dívidas consolidadas da Emissora perante pessoas físicas e/ou jurídicas, limitando-se a (i) empréstimos e financiamentos com terceiros, (ii) dívidas oriundas de quaisquer emissões de títulos de renda fixa, em circulação no mercado de capitais local e/ou internacional, (iii) saldo líquido de operações de derivativos (i.e., passivos menos ativos de operações com derivativos), e (iv) o saldo das quotas subordinadas emitidas pelo Fundo de investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner; menos (a) o saldo das quotas seniores de titularidade de terceiros emitidas pelo Fundo de investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner; (b) o numerário disponível em caixa da Emissora; (c) os saldos líquidos de contas correntes bancárias da Emissora; e (d) os saldos de aplicações financeiras da Emissora.

"EBITDA" significa o lucro líquido da Emissora, relativo aos últimos 12 (doze) meses, antes das despesas financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, depreciação, amortização, despesas com plano de opções de compra de ações, resultado das baixas de ativos fixos, participação estatutária e despesas extraordinárias.

"Resultado Financeiro Líquido Consolidado" significa os encargos de dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida Financeira Líquida acima e calculados pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses, em bases consolidadas.

- (i) comprovação de inveracidade, insuficiência, incorreção ou inconsistência de qualquer declaração feita pela Emissora na Escritura, no Contrato de Distribuição, ou de qualquer informação constante do prospecto preliminar da Emissão ("Prospecto Preliminar") e/ou do prospecto definitivo da Emissão ("Prospecto Definitivo", e em conjunto com o Prospecto Preliminar "Prospectos"), na data em que foram prestadas, que afete de forma relevante e adversa as Debêntures;
- (j) pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra forma de pagamento aos seus acionistas, tal como participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas na Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das S.A.;
- (k) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora ou qualquer controlada da Emissora, em valor unitário ou agregado, na data da referida decisão, igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou o seu valor correspondente em outras moedas, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data estipulada para pagamento;
- (l) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, necessárias para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas que impactem, comprovadamente de maneira significativa as condições econômicas, financeiras e/ou operacionais da Emissora, exceto se, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
- (m) recompra de ações, no caso da Emissora estar inadimplente com suas obrigações pecuniárias descritas na Escritura, sem prejuízo do disposto na cláusula 7.1. (a) acima;
- (n) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das S.A.;
- (o) realização de redução de capital social da Emissora por seus acionistas com outra finalidade que não a absorção de prejuízos, após a data de registro da Emissão junto à CVM, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas;
- (p) se as obrigações de pagar da Emissora previstas na Escritura deixarem de concorrer, no mínimo, em condições pari passu com as demais dívidas quirográficas da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal;

- (q) cisão, fusão ou incorporação da Emissora, sem a prévia e expressa anuência de Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em assembleia especialmente convocada para esse fim, exceto se referida cisão, fusão ou incorporação não implicar em redução da classificação de risco da Emissão ou da Emissora, quando comparada à classificação de risco existente na data imediatamente anterior à data de publicação do fato relevante referente à respectiva aprovação;
- (r) alteração ou modificação relevante do objeto social da Emissora, de maneira que altere substancialmente as atividades atualmente praticadas e o ramo de negócios atualmente explorados pela Emissora.
- (s) descumprimento de qualquer decisão administrativa ou governamental contra a qual não seja obtido efeito suspensivo dentro do prazo regulamentar para tal obtenção, e que possa, comprovadamente, impactar de maneira significativa as condições econômicas, financeiras e/ou operacionais da Emissora; ou
- (t) redução da classificação de risco da Emissão ou da Emissora em duas notas quando comparadas à classificação de risco da época da Emissão.

A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (c), (e), (f), (g), (j), (k), (m), (n), (p) e (q), do acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures sendo que o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, através de notificação a ser enviada para a Companhia no mesmo dia útil da sua ciência acerca de ocorrência do vencimento antecipado. Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas demais alíneas acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 3 (três) dias úteis contado da data em que tomar conhecimento do evento, uma AGD para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das debêntures. A AGD a que se refere este item deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se necessária.

Na AGD mencionada acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quorum previsto na Cláusula 10 da Escritura, os titulares das Debêntures poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

Na hipótese: (i) de não instalação da AGD mencionada acima por falta de quorum; ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item acima por titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures em Circulação, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série e da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura, em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolizada no endereço constante do item 12.2 (a) da Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 3.14. da Escritura.

Observado o item 9.3 (v) da Escritura, para fins do disposto na alínea (h) acima, fica desde já acordado que os índices Financeiros serão apurados pela Emissora e revisados pelo Agente Fiduciário em até 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento pelo Agente Fiduciário dos documentos previstos no item 8.2 (a) (iii) da Escritura.

#### *Assembleia Geral de Debenturistas*

Os Debenturistas de cada uma das séries poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão



dos Debenturistas da respectiva série, sendo que poderá ser realizada uma AGD comum a ambas às séries caso possuam a mesma ordem do dia, observado sempre o disposto nas Cláusulas 9.3.1(j) e 10.2.3 da Escritura.

A AGD de cada uma das séries pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação da respectiva Série, conforme definido abaixo, ou pela CVM.

A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no Jornal do Comércio de Porto Alegre, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e da Escritura.

Aplica-se às AGDs, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações para a assembleia geral de acionistas.

As AGDs serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e na Escritura, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, ou dos titulares de todas as Debêntures de cada série, conforme o caso.

Nas deliberações da AGD, cada Debênture em Circulação dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não. Exceto pelo disposto abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em AGD da Primeira Série ou em AGD da Segunda Série dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série da Emissão.

Não estão incluídos nos quora mencionados no parágrafo acima:

- (a) os quora expressamente previstos na Escritura, inclusive com relação a assuntos de interesse comum aos Debenturistas das séries da presente Emissão;
- (b) as alterações relativas: (i) a qualquer das condições de Remuneração das Debêntures; (ii) às datas de pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, conforme previsto neste Prospecto; e/ou; (iii) à espécie das Debêntures, devendo qualquer alteração com relação às matérias mencionadas neste subitem (b) ser aprovada, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas da Primeira Série ou Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série da Emissão; e
- (c) quaisquer alterações relativas aos Eventos de Inadimplemento, que deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos na Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD. Não será admitida na AGD a presença de quaisquer pessoas que não comprovem sua condição de Debenturistas ou seu mandatário, mediante a prévia apresentação de documentos regulares de identificação, societários e procurações, com exceção da presença de assessores legais da Emissora e/ou dos Debenturistas, conforme aprovado pelos Debenturistas presentes. Documentos estrangeiros serão aceitos desde que devidamente consularizados.

#### ***Matérias de Interesse Específico***

Na hipótese de instalação de AGD para deliberar sobre matérias de interesse específico de Debenturistas de uma respectiva série, as disposições acima aplicar-se-ão somente aos Debenturistas de tal série, sendo que

as matérias de interesse específico dos Debenturistas de cada uma das séries da Emissão somente poderão ser deliberadas por Debenturistas da respectiva série.

### ***Quorum de Instalação***

A AGD de cada uma das séries se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação da Primeira Série e a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação da Segunda Série, conforme o caso, e em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas, sendo que em caso de AGD comum a ambas às Séries, nos termos da Cláusula 10.1.1 da Escritura, para fins de cálculo de quorum de instalação, será considerada a totalidade das Debêntures em Circulação, independentemente da Série a que pertença.

Exclusivamente para fins da instalação da AGD para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, o quorum de instalação em primeira convocação será de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; e em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas, sendo que para fins de cálculo de quorum de instalação, será considerada a totalidade das Debêntures em Circulação, independentemente da série a que pertença.

Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da AGD previstos na Escritura, considera-se “Debêntures em Circulação da Primeira Série” todas as Debêntures da Primeira Série subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas coligadas à Emissora, controladoras (ou grupo de controle) ou administradores da Emissora ou de controladas da Emissora (ou grupo de controle), incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, tais como, cônjuge, companheiro, ascendentes, descendentes ou colateral até o segundo grau. Adicionalmente, entende-se como “Debêntures em Circulação da Segunda Série” todas as Debêntures da Segunda Série subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas coligadas à Emissora, controladoras (ou grupo de controle) ou administradores da Emissora ou de controladas da Emissora (ou grupo de controle), incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, tais como, cônjuge, companheiro, ascendentes, descendentes ou colateral até o segundo grau. As Debêntures em Circulação da Primeira Série, em conjunto com as Debêntures em Circulação da Segunda Série, são denominadas “Debêntures em Circulação”.

Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGDs, que poderá participar e discutir os assuntos levados à deliberação, desde que sem prejudicar a dinâmica dos trabalhos.

### ***Mesa Diretora***

A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito no mínimo pela maioria dos Debenturistas da respectiva série presentes à AGD ou àquele que for designado pela CVM.

O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

### ***Contrato de Distribuição***

O Contrato de Distribuição está disponível para consulta nos endereços dos Coordenadores e da Companhia indicados na seção “Informações Complementares” na página 57 deste Prospecto. De acordo com o Contrato de Distribuição, a Oferta foi realizada conforme as condições descritas a seguir.

### ***Plano de Distribuição***

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição, os Coordenadores iniciarão a colocação das Debêntures após o Registro da Oferta, a disponibilização deste Prospecto Definitivo aos investidores, nos termos da Instrução CVM 400, e a publicação do Anúncio de Início. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT (administrado e operacionalizado pela CETIP, e/ou do DDA, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA), bem como com o plano de distribuição organizado pelos Coordenadores de acordo com o parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, conforme estabelecido no Contrato de Distribuição.

Anteriormente ao Registro da Oferta, os Coordenadores disponibilizaram ao público o Prospecto Preliminar, precedido da publicação do Aviso ao Mercado de que trata o artigo 53 da Instrução CVM 400.

A colocação será pública, de 30.000 (trinta mil) Debêntures, sob o regime de garantia firme de colocação nos termos da Cláusula 6.1 do Contrato de Distribuição, perfazendo o montante de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) (“Garantia Firme”). A quantidade de Debêntures alocada em cada série foi definida de comum acordo entre a Companhia e os Coordenadores, conforme a demanda pelas Debêntures apurada por meio de Procedimento de *Bookbuilding*, sendo que caso haja a necessidade de exercício da Garantia Firme pelos Coordenadores no Procedimento de *Bookbuilding*, tal Garantia Firme (i) poderá ser exercida em qualquer uma das séries a critério de cada um dos Coordenadores e (ii) será exercida na Taxa Teto, conforme abaixo definida.

Para fins da Garantia Firme disposta no parágrafo anterior, entende-se que, caso as Debêntures alocadas para os investidores no Procedimento de *Bookbuilding* não sejam devidamente integralizadas pelos mesmos no prazo estipulado pelos Coordenadores, os Coordenadores deverão integralizar as respectivas Debêntures, na mesma série definida no Procedimento de *Bookbuilding*, observado o limite da Garantia Firme de cada Coordenador.

Havendo exercício da Garantia Firme, as Debêntures poderão ser colocadas em qualquer das empresas que integram o conglomerado financeiro dos Coordenadores.

O plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores levará em consideração suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Emissora, observados os termos estabelecidos no Contrato de Distribuição.

Observadas as disposições da regulamentação aplicável e a prestação de informações à Emissora, quando por ela solicitado, os Coordenadores deverão realizar a distribuição pública das Debêntures, de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos seus clientes, e (iii) que os seus representantes de venda recebam previamente o exemplar dos Prospectos para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada para tal.

Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos investidores interessados em adquirir Debêntures.

O público alvo da Oferta é composto por investidores pessoas físicas e jurídicas, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM 409, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta

O prazo de colocação das Debêntures será de até 06 (seis) meses, nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início ou até a data da publicação Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro (“Prazo de Colocação”). O prazo de subscrição e integralização das Debêntures será de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início.

As Debêntures serão subscritas no mercado primário por seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, ou da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, calculada pro rata temporis, desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização (“Preço de Subscrição”).

Os Coordenadores estarão obrigados, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início, a subscrever e integralizar, nos termos da Cláusula 6.1 do Contrato de Distribuição, a totalidade das Debêntures que porventura não tenham sido colocadas junto a investidores até a Data de Liquidação definida na Cláusula 10.1 do Contrato de Distribuição, observados os limites de Garantia Firme individual e não solidária de cada um dos Coordenadores, conforme indicado no item “Do Regime, Preço e Prazo de Colocação das Debêntures” abaixo. Será publicado, então, Anúncio de Encerramento.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, caso os Coordenadores eventualmente (i) venham a subscrever Debêntures por força da Garantia Firme prestada nos termos indicados acima, e (ii) tenham interesse em vender tais Debêntures antes da publicação do Anúncio de Encerramento, o preço de revenda de tais Debêntures será limitado ao Valor Nominal Unitário acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da respectiva venda. A revenda das Debêntures pelos Coordenadores, após a publicação do Anúncio de Encerramento, poderá ser feita por preço a ser apurado de acordo com as condições de mercado verificadas à época. A revenda das Debêntures, conforme aqui mencionada, deverá ser efetuada respeitada a regulamentação aplicável.

Durante todo o Prazo de Colocação, as Debêntures serão integralizadas pelo Preço de Subscrição, à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

Não será (i) constituído fundo de sustentação de liquidez; (ii) firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures, nem (iii) firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures. Os Coordenadores, em atendimento ao disposto no artigo 6º, inciso XV, do Código ANBIMA, recomendam à Emissora a contratação de instituição para exercer a atividade de formador de mercado para as Debêntures, com a finalidade de (i) realizar operações destinadas a fomentar a liquidez de valores mobiliários com registro para negociação; e (ii) proporcionar um preço de referência para a negociação de tais valores mobiliários.

Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

Caso a distribuição pública das Debêntures não seja finalizada, por qualquer motivo, os recursos eventualmente depositados por investidores para a subscrição das Debêntures deverão ser devolvidos aos respectivos depositantes, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, na forma e condições estabelecidas nos Prospectos, ficando, porém, desde já estabelecido que os recursos depositados serão devolvidos aos investidores sem adição de juros ou correção monetária, sem dedução de encargos ou tributos, de qualquer natureza.

Havendo alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de distribuição pública das Debêntures, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta, a Emissora e os Coordenadores poderão solicitar à CVM, cancelamento, suspensão, modificação ou revogação da Oferta.

Na hipótese da Oferta ser cancelada, revogada ou suspensa, tal fato deverá ser imediatamente divulgado, ao menos pelos mesmos meios utilizados para sua divulgação. Os investidores que já tenham aceitado a Oferta, no caso de sua suspensão, terão o direito de revogar sua aceitação em até 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva comunicação. Os investidores terão direito a restituição integral, sem adição de juros ou correção monetária, do valor dado em contrapartida às Debêntures, no prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua manifestação, em conformidade com os termos do Contrato de Distribuição: (a) todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento ou revogação; e (b) os investidores que tenham revogado a sua aceitação no prazo acima mencionado, na hipótese de suspensão da Oferta.

A eventual modificação dos termos e condições da Emissão, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400, deverá ser divulgada imediatamente ao menos pelos mesmos meios utilizados para sua divulgação e os Coordenadores deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Nesta hipótese, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da alteração dos termos e condições das Debêntures, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio. Caso, após notificados, os investidores decidam revogar sua aceitação da Oferta, deverão ser estes restituídos, sem adição de juros ou correção monetária, do valor dado em contrapartida às Debêntures, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de sua manifestação.

No caso de restituição de valores nos termos acima descritos, os investidores deverão fornecer um recibo de quitação aos Coordenadores referente aos valores restituídos. Ainda, caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e deste Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento; ou (b) a Oferta seja

suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400, o investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão aos Coordenadores (1) no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de disponibilização deste Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (2) no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que foi comunicada por escrito a suspensão da Oferta, no caso da alínea (b) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Subscrição, referido Preço de Subscrição será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da respectiva revogação.

#### ***Do Regime, Preço e Prazo de Colocação das Debêntures***

Observadas as condições do Contrato de Distribuição, os Coordenadores realizarão a distribuição pública das Debêntures, no Prazo de Subscrição, sob regime de Garantia Firme, de forma não solidária, totalizando o montante de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), de acordo com a tabela abaixo:

<b>Coordenador</b>	<b>Garantia Firme Prestada (em R\$ na Data de Emissão)</b>	<b>Proporção da Garantia Firme</b>
Itaú BBA	200.000.000,00	2/3
HSBC	100.000.000,00	1/3
<b>Total</b>	<b>300.000.000,00</b>	<b>100%</b>

A Garantia Firme será válida até o dia 01 de outubro de 2012, podendo tal prazo ser prorrogado a exclusivo critério dos Coordenadores, mediante comunicação prévia por escrito pelos Coordenadores à Emissora.

Na hipótese de aumento da quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, os Coordenadores fariam a colocação das Debêntures Adicionais e das Debêntures do Lote Suplementar em regime de melhores esforços, não estando as Debêntures integrantes dos referidos lotes incluídos na garantia firme de colocação prestada pelos Coordenadores.

Os Coordenadores, com expressa anuência da Emissora, organizaram a colocação das Debêntures perante os investidores interessados, levando em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, sendo permitida, inclusive, a coleta de intenções de investimento, nos termos da Instrução CVM 400, por meio do *Procedimento de Bookbuilding* conduzido pelos Coordenadores.

Caso haja a necessidade de exercício da Garantia Firme pelos Coordenadores, tal Garantia Firme (i) poderá ser exercida em qualquer uma das séries a critério de cada um dos Coordenadores e (ii) será exercida na Taxa Teto (conforme abaixo definido) do Procedimento na taxa inicial do Procedimento do Bookbuilding.

#### ***Remuneração dos Coordenadores***

Pela execução dos serviços descritos no Contrato de Distribuição, a Emissora pagará diretamente aos Coordenadores a remuneração detalhada abaixo, assumindo que a divisão entre os Coordenadores será feita na mesma proporção do montante da garantia firme prestada por cada um dos Coordenadores:

- (a) **Comissão de Coordenação, Estruturação e Distribuição:** a este título a Emissora pagará aos Coordenadores, na proporção da Garantia Firme prestada por cada um, na Data de Liquidação, uma comissão no montante de 0,07% (sete centésimos por cento), incidente sobre o valor total das Debêntures emitidas, calculado com base no preço de subscrição das mesmas;
- (b) **Comissão de Colocação:** a este título a Emissora pagará aos Coordenadores, na proporção da Garantia Firme prestada por cada um, uma comissão no montante de 0,07% (sete centésimos por cento), incidente sobre o valor total das Debêntures emitidas, calculado com base no preço de subscrição das mesmas;

- (c) **Prêmio de Prestação de Garantia Firme:** a este título a Emissora pagará aos Coordenadores, na proporção da Garantia Firme prestada por cada um, um prêmio no montante de 0,11% (onze centésimos por cento), incidente sobre o valor total de Debêntures objeto de Garantia Firme, calculado com base no preço de subscrição, sendo este Prêmio de Prestação de Garantia Firme devido pela Emissora aos Coordenadores independentemente do efetivo exercício da Garantia Firme pelos Coordenadores; e
- (d) **Comissão de Sucesso:** a este título a Emissora pagará aos Coordenadores, na proporção da Garantia Firme prestada nos termos deste Contrato, na Data de Liquidação, uma comissão de sucesso pela colocação equivalente a 15% (quinze por cento) da diferença positiva entre (A) o valor presente do fluxo de pagamento (juros mais principal, considerando as taxas máximas mencionadas no item “Remuneração das Debêntures da Primeira Série” e no item “Remuneração das Debêntures da Segunda Série” na Cláusula 3.1 acima) das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série descontadas pelas taxas máximas anteriores ao Procedimento de Bookbuilding (“Taxa Teto”), e (B) o valor presente do fluxo de pagamento (juros mais principal, considerando as taxas máximas mencionadas no item “Remuneração das Debêntures da Primeira Série” e no item “Remuneração das Debêntures da Segunda Série” na Cláusula 3.1 acima) das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série descontadas pelas taxas finais das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, conforme estabelecidas no Procedimento de Bookbuilding (“Taxa Final”).

#### *Custos Estimados da Oferta*

A tabela abaixo demonstra o custo estimado da Oferta, calculado com base no valor da Oferta na Data de Emissão, assumindo a colocação da totalidade das Debêntures:

<b>Custos</b>	<b>Montante (em R\$)</b>	<b>% em relação ao valor total da Emissão</b>
Comissão de Estruturação e Coordenação <sup>(1)</sup>	210.000,00	0,07%
Comissão de Colocação <sup>(1)</sup>	210.000,00	0,07%
Prêmio de Garantia Firme <sup>(2)</sup>	330.000,00	0,11%
Comissão de Sucesso <sup>(3)</sup>	381.665,00	0,13%
Impostos	120.870,00	0,04%
Auditores	160.000,00	0,05%
Assessores Legais (2 escritórios)	265.000,00	0,09%
Agência de Classificação de Risco	36.000,00	0,01%
Taxa para registro na CVM	165.740,00	0,06%
Despesas com Publicidade	100.000,00	0,03%
Outros Custos <sup>(4)</sup>	91.671,00	0,03%
<b>Total dos Custos</b>	<b>2.070.946,00</b>	<b>0,69%</b>
<b>Montante Líquido para a Companhia</b>	<b>297.929.054,00</b>	<b>99,31%</b>

<sup>(1)</sup> Foi calculada sobre o valor total das Debêntures emitidas na Data de Emissão.

<sup>(2)</sup> Foi calculada sobre o valor total de Debêntures objeto de Garantia Firme, sendo este Prêmio de Prestação de Garantia Firme devido pela Emissora aos Coordenadores independentemente do efetivo exercício da Garantia Firme pelos Coordenadores.

<sup>(3)</sup> Foi calculada com base na diferença positiva entre (A) o valor presente do fluxo de pagamento (juros mais principal, considerando as taxas máximas mencionadas no item “Remuneração das Debêntures da Primeira Série” e no item “Remuneração das Debêntures da Segunda Série” acima) das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série descontadas pela taxa final das Debêntures da Primeira Série e pela taxa final das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, estabelecida no Procedimento de *Bookbuilding* (“Taxa Final”), e (B) o valor presente do fluxo de pagamento (juros mais principal, considerando as taxas máximas mencionadas no item “Remuneração das Debêntures da Primeira Série” e no item “Remuneração das Debêntures da Segunda Série” acima) das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série descontadas as taxas máximas (“Taxa Teto”) apresentadas no Procedimento de *Bookbuilding* conforme mencionado acima

- <sup>(4)</sup> Inclui despesas com taxa de registro da escritura, viagens, reuniões de *roadshow*, fotocópias no âmbito da Emissão, entre outros.

#### ***Custo Unitário de Distribuição***

A tabela a seguir apresenta o custo unitário de distribuição das Debêntures objeto da Emissão:

<b>Nº de Debêntures</b>	<b>Preço por Debênture (R\$)</b>	<b>Custos da Oferta (R\$)</b>	<b>Custo Por Debênture (R\$)</b>	<b>% em relação ao Valor Nominal Unitário de distribuição</b>
30.000	10.000,00	2.070.946,00	69,03	0,69%

#### ***Inadequação da Oferta a Certos Investidores***

A presente Oferta não é adequada aos investidores que: (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; e (ii) necessitem de liquidez considerável com relação aos títulos adquiridos, uma vez que a negociação de Debêntures no mercado secundário brasileiro é restrita; e/ou (iii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor de varejo. Para a adequada avaliação dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, os investidores deverão ler a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta”, na página 65 deste Prospecto e as seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência, cujo acesso está indicado na seção “Formulário de Referência Incorporado por Referência a este Prospecto”, na página 12 deste Prospecto.

#### ***Da Revogação e Modificação da Oferta***

Na hipótese da Oferta ser cancelada, revogada ou suspensa, tal fato deverá ser imediatamente divulgado ao menos pelos mesmos meios utilizados para sua divulgação. Os investidores que já tenham aceitado a Oferta, no caso de sua suspensão, terão o direito de revogar sua aceitação em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva comunicação. Terão direito a restituição integral, sem adição de juros ou correção monetária, do valor dado em contrapartida às Debêntures, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis de sua manifestação, em conformidade com os termos do Contrato de Distribuição: (a) todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento ou revogação; e (b) os investidores que tenham revogado a sua aceitação no prazo acima mencionado, na hipótese de suspensão da Oferta.

A eventual modificação dos termos e condições da Emissão, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400, deverá ser divulgada imediatamente ao menos pelos mesmos meios utilizados para sua divulgação e os Coordenadores deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Nesta hipótese, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da alteração dos termos e condições das Debêntures, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio. Caso, após notificados, os investidores decidam revogar sua aceitação da Oferta, deverão ser estes restituídos, sem adição de juros ou correção monetária, do valor dado em contrapartida às Debêntures, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua manifestação.

No caso de restituição de valores nos termos acima descritos, os investidores deverão fornecer um recibo de quitação aos Coordenadores referente aos valores restituídos.

Ainda, caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e deste Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento; ou (b) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da

Instrução CVM 400; o investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão aos Coordenadores (1) no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de disponibilização deste Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (2) no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que foi comunicada por escrito a suspensão da Oferta, no caso da alínea (b) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Subscrição, referido Preço de Subscrição será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da respectiva revogação.



## INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Para maiores informações a respeito da Oferta e das Debêntures os interessados deverão dirigir-se à CVM, à CETIP, ou à sede da Emissora, nos endereços abaixo indicados ou aos Coordenadores, no endereço indicado acima:

### Emissora

**Lojas Renner S.A.** Avenida Joaquim Porto Villanova, n.º 401  
CEP. 91410-400, Porto Alegre - RS

At.: Sra. Paula Melo

Telefone: (51) 2121-7153

Fax: (51) 2121-7161

E-mail: paula.melo@lojasrenner.com.br

Internet: [www.lojasrenner.com.br/ri](http://www.lojasrenner.com.br/ri) - neste website acessar “Arquivos CVM” e, em seguida, “ITR, DFP, FR e outros”.

### Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar, Rio de Janeiro, RJ

Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º, 3º e 4º andares, São Paulo, SP

Internet: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) – neste website acessar “Acesso Rápido” e, posteriormente, “ITR, DFP, IAN, IPE, FC, FR e outras informações”. No link buscar por “Lojas Renner S.A.” e clicar em “Prospecto de Distribuição Pública” e/ou “Formulário de Referência”.

### CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar, CEP: 20031-170, Rio de Janeiro, RJ

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 1º andar, CEP: 01452-001 São Paulo, SP

Site: [http://www.cetip.com.br/informacao\\_tecnica/prospectos\\_debentures.asp](http://www.cetip.com.br/informacao_tecnica/prospectos_debentures.asp) (Neste website acessar “Prospecto” na linha “Lojas Renner S.A.”).

### BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Praça Antônio Prado, n.º 48, São Paulo, SP

Internet: [www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br) - neste website acessar, na página inicial, “Empresas Listadas” e digitar “Lojas Renner S.A.” no campo disponível. Em seguida acessar “Informações Relevantes” e, posteriormente, “Prospecto”.

### DEMAIS PARTICIPANTES DA OFERTA:

#### Agente Fiduciário:

#### **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida das Américas, n.º 500, Bloco 13, Grupo 205

CEP 22640-100, Rio de Janeiro – RJ

At.: Sr. Gustavo Dezouart Teixeira Pinto e Sra. Monique Garcia

Telefone: (21) 3514-0000

Fax: (21) 3514-0099

E-mail: [gustavo@oliveiratrust.com.br](mailto:gustavo@oliveiratrust.com.br) e [ger3.agente@oliveiratrust.com.br](mailto:ger3.agente@oliveiratrust.com.br)

**Banco Mandatário****Itaú Unibanco S.A.**

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 10º Andar - Lado Azul  
CEP 04309-010, São Paulo, SP

At.: Sra. Claudia A. Germano Vasconcellos

Telefone: (11) 5029-1910

Fac-símile: (11) 5029-1920

Correio Eletrônico: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

**Agente Escriurador****Itaú Corretora de Valores S.A.**

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 10º Andar - Lado Azul  
CEP 04309-010, São Paulo, SP

At.: Sra. Claudia A. Germano Vasconcellos

Telefone: (11) 5029-1910

Fac-símile: (11) 5029-1920

Correio Eletrônico: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

## RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E OS COORDENADORES

### Apresentação do Coordenador Líder

Banco Itaú BBA S.A, instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN, constituída sob a forma de sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 3º ao 8º andar, CEP 04538-132, bairro Itaim Bibi.

O Itaú BBA é um banco de atacado brasileiro com ativos na ordem de R\$184 bilhões, uma carteira de crédito de R\$142 bilhões, e patrimônio líquido de R\$6 bilhões em 31 de março de 2012. O banco faz parte do grupo Itaú Unibanco, sendo controlado diretamente pelo Itaú Unibanco Holding S.A. O Itaú BBA é responsável por prover serviços financeiros para grandes empresas. O Itaú BBA possui sucursais no Rio de Janeiro, Campinas, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador, Montevidéu, Buenos Aires, Santiago, Lisboa, além de escritórios de representação em Lima, Bogotá, Nova Iorque, Frankfurt, Paris, Luxemburgo, Madri, Londres e Xangai.

A área de Investment Banking oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda fixa, renda variável, além de fusões e aquisições.

De acordo com a ANBIMA, o Itaú BBA tem apresentado liderança consistente no ranking de distribuição de operações de renda fixa no mercado doméstico, tendo ocupado o primeiro lugar nos anos de 2004 a 2011, com participação de mercado entre 19% e 46%. Adicionalmente, o Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento do Brasil por instituições como Global Finance, Latin Finance e Euromoney. Nos últimos três anos, foi considerado o melhor Banco de Investimento no Brasil, pela revista Global Finance, publicação americana especializada em análises sobre empresas e instituições financeiras dos cinco continentes.

Dentre as emissões de debêntures coordenadas pelo Banco Itaú BBA recentemente, destacam-se as ofertas de debêntures do BNDESPar (R\$2,0 bilhões), SulAmérica (R\$500 milhões), do Grupo Pão de Açúcar (R\$1.2 bilhões), da BR Malls (R\$405 milhões), da Fleury (R\$450 milhões) e da Contax (R\$400 milhões). Em operações de notas promissórias recentemente coordenadas pelo Banco Itaú BBA, destacam-se as operações da Natura (R\$400 milhões), Contax (R\$ 120 milhões), BR Malls (R\$ 200 milhões), da Autoban (R\$950 milhões) e da Contax (R\$230 milhões). Destacam-se ainda as operações de FIDC da CEDAE (R\$1,14 bilhões), FIDC Insumos Básicos da Indústria Petroquímica II (R\$500 milhões), FIDC Intermedium (R\$150 milhões), CRI RB Capital com risco Petrobrás Distribuidora (R\$ 405 milhões), CRI Brazilian Securities com risco Siemens (R\$26 milhões), CRI PDG Securitizadora com risco PDG Realty (R\$ 200 milhões). No segmento de renda fixa internacional, em 2012 o Itaú BBA participou como joint-bookrunner de 15 ofertas de bonds, cujo montante total alcançou mais de US\$13 bilhões. Entre 2001 e 2010 o Itaú BBA participou de 32 ofertas, com um montante total de quase US\$28 bilhões. Dentre as operações recentemente em que o Itaú atuou como sole bookrunner ou joint-bookrunner, destacam-se as ofertas da OGX (R\$1,0 bilhão), Braskem (US\$250 milhões), Minerva (US\$350 milhões), Virgolino de Oliveira (US\$300 milhões), Petrobras (US\$7,0 bilhões), Codere (US\$300 milhões), Banco Itaú (US\$550 milhões), Arauco (US\$500 milhões) e República Federativa do Brasil (US\$825 milhões).

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de deposit receipts, ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais e possui reconhecida e premiada estrutura independente de pesquisa.

Em 2011, o Itaú BBA atuou como coordenador e bookrunner de ofertas públicas iniciais e subsequentes que totalizaram R\$15,5 bilhões. No ranking da ANBIMA, o banco fechou o ano de 2011 em primeiro lugar em número de ofertas com participação no mercado de 82,6%. No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes diversos produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, commercial papers, fixed e floating rate notes, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e certificados de recebíveis imobiliários (CRI). Em 2011, o Itaú BBA participou de operações de debêntures, notas promissórias de securitização que totalizaram R\$15,8

bilhões. De acordo com o ranking da ANBIMA, o Itaú BBA foi classificado em primeiro lugar no ranking 2011 de distribuição de operações em renda fixa e securitização. A participação de mercado somou 28,9%. Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções eficientes para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. A área detém acesso amplo e privilegiado a investidores estratégicos e financeiros para assessorar clientes na viabilização de movimentos societários.

De acordo com o ranking de fusões e aquisições da Thomson Finance, com base no número de operações realizadas em 2011, o Itaú BBA ficou em segundo lugar, com 38 transações.

#### **Relacionamento entre a Emissora e o Coordenador Líder**

Para atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritas abaixo as relações da Emissora (e das sociedades de seu grupo econômico, conforme aplicável) com o Coordenador Líder e seu conglomerado econômico, além do relacionamento referente à presente Oferta.

A Companhia e seu conglomerado econômico mantêm relacionamento comercial com o Coordenador Líder e/ou com as sociedades de seu conglomerado econômico. Na data deste Prospecto, destacam-se o somatório das seguintes operações:

Operações de financiamento a vendas com montante de aproximadamente R\$38.000.000,00, tendo sido contratadas a partir de abril de 2012 e tendo vencimentos pulverizados, sendo que o último deles será em 30 de julho de 2012. As taxas desses financiamentos variam de 0,7% a.m a 0,82% a.m.

Fianças que totalizam aproximadamente R\$43.000.000,00 tendo como finalidade garantir processos que envolvem discussões fiscais. A primeira delas foi contratada em agosto de 2010 e quase a totalidade tem prazo de vencimento indeterminado pela natureza das discussões.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em “Informações Sobre a Oferta – Demonstrativo de Custos da Oferta” na página 54 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pela Emissora ao Coordenador Líder ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta.

A Emissora e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão vir a contratar, no futuro, o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações comerciais usuais, incluindo, entre outras, assessoria em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

A Emissora entende que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da sua Oferta.

#### **Apresentação do HSBC**

A HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é indiretamente controlada pelo HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, parte do grupo SBC, corporação internacional sediada em Londres, na Inglaterra, presente em 86 países e territórios. Constituído no Brasil em 1997.

No Brasil, o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo conta com uma carteira composta por aproximadamente 5,4 milhões clientes pessoas físicas e 358 mil clientes pessoas jurídicas, e possui mais de 2,3 mil agências e postos de atendimento bancários e eletrônicos em 564 municípios. O HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo possui uma infra estrutura de 5,2 mil caixas automáticos e 2,4 mil ambientes de auto atendimento, além de canais de conveniência, tais como o internet banking e o Phone Centre do HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo – Serviços Bancários.

O grupo HSBC, por meio de suas diversas empresas e escritórios, tem atuação global no mercado de estruturação e distribuição de títulos de dívidas corporativas.

No mercado de dívidas local, em 2008, a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. participou de 12 operações de emissões de notas promissórias comerciais, debêntures e cotas de fundo de investimento em direitos creditórios, no valor total de R\$ 3,325 bilhões, atuando como coordenador líder nas emissões de R\$ 530,0 milhões em notas promissórias pela TCO-IP S.A., R\$ 105,0 milhões em debêntures simples do BIC Banco Arrendamento Mercantil S.A. e R\$ 220 milhões em debêntures simples pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP. Participou da terceira emissão de notas promissórias da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A., no valor de R\$ 400 milhões, da quinta emissão de notas promissórias da Vivo Participações S.A., no valor de R\$ 550 milhões, da emissão de quotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Athos Farma – Distribuição Farmacêutica, no valor de R\$ 190 milhões, da primeira emissão de debêntures da Unidas S.A., no valor de R\$ 250 milhões, da primeira emissão de debêntures da MRV Engenharia e Participações S.A., no valor de R\$ 300 milhões, da primeira emissão de debêntures da Trisul S.A., no valor de R\$ 200 milhões, da terceira emissão de debêntures do BIC Arrendamento Mercantil S.A., no valor de R\$ 200 milhões, da segunda emissão de debêntures da Klabin Segall S.A., no valor de R\$ 230 milhões e da terceira emissão de debêntures da Energisa S.A., no valor de R\$ 150 milhões.

Em 2009, a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. participou de 28 operações de emissões de notas promissórias comerciais, debêntures simples e cotas de fundo de investimento em direitos creditórios no valor total de R\$ 14,991 bilhões, atuando como coordenador líder nas emissões de R\$ 230 milhões de notas promissórias da Bandeirante Energia S.A., de R\$ 495 milhões de notas promissórias simultaneamente por seis empresas controladas pela CPFL Energia S.A., de R\$ 1 bilhão de debêntures simultaneamente por sete empresas controladas pela CPFL Energia S.A., e de R\$ 208 milhões em cotas de fundo de investimento em direitos creditórios que tem como cedente o Banco GMAC S.A.. Participou da segunda emissão de debêntures primeira emissão de notas promissórias da Battistella Administração e Participações S.A., no valor total de R\$ 162,2 milhões, da primeira emissão de debêntures da Natura Cosméticos S.A., no valor de R\$ 350 milhões, da segunda emissão de debêntures da Camargo Corrêa S.A., no valor de R\$ 1,0 bilhão, da quarta emissão de debêntures da Even Construtora e Incorporadora S.A., no valor de R\$ 75 milhões, da quarta emissão de notas promissórias da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, no valor de R\$ 900 milhões, da terceira emissão de notas promissórias da Terna Participações S.A., no valor de R\$ 550 milhões, da terceira emissão de notas promissórias da Cemig Geração e Transmissão S.A., no valor de R\$ 2,7 bilhões, da primeira emissão de notas promissórias da Galvão Engenharia S.A., no valor de R\$ 120 milhões, da terceira emissão de notas promissórias da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, no valor de R\$ 200 milhões, da terceira emissão de notas promissórias da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, no valor de R\$ 600 milhões, da segunda emissão de notas promissórias da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, no valor de R\$ 200 milhões, da terceira emissão de debêntures da Tractebel Energia S.A., no valor de R\$ 600 milhões e da segunda emissão de debêntures da Rio Grande Energia S.A., no valor de R\$ 160 milhões.

Em 2010, a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. participou de 28 operações de emissão de notas promissórias e debêntures no valor de, aproximadamente, R\$ 17,686 bilhões, atuando como coordenador líder na primeira e na segunda emissão de notas promissórias da Camargo Corrêa S.A., ambas com o montante individual de R\$ 3 bilhões, na sétima emissão de debêntures da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA, no valor de R\$ 80 milhões, na terceira emissão de debêntures da Julio Simões Logística S.A., no valor de R\$ 250 milhões, na primeira emissão de notas promissórias da State Grid Brazil Holding S.A., no valor de R\$ 300 milhões, na primeira emissão de notas promissórias e na terceira emissão de debêntures da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A., no valor de R\$ 50 milhões e R\$ 75 milhões, respectivamente, na segunda emissão de debêntures da Editora Abril S.A., no valor de R\$ 100 milhões, na primeira emissão de debêntures da Ouro Verde Transporte e Locação S.A., no valor de R\$ 75 milhões, e na quinta emissão de notas promissórias da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, no valor de R\$ 600 milhões.

Em 2011, a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. participou de 49 operações de emissão de notas promissórias, debêntures e cotas de fundo de investimento em direitos creditórios no valor de, aproximadamente, R\$ 17,480 bilhões, atuando como coordenador líder na quinta emissão de debêntures da Camargo Correa, no valor de R\$ 810 milhões, na décima terceira emissão de debêntures da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, no valor de R\$ 600 milhões, na quarta emissão de notas promissórias da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, no valor de R\$ 200 milhões, na primeira emissão de debêntures da Inpar S.A., no valor de R\$ 300 milhões, na primeira emissão de debêntures da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A., no valor de R\$ 360 milhões, na

primeira emissão de debêntures da ECTE- Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A., no valor de R\$ 75 milhões, na primeira emissão de debêntures da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A., no valor de R\$ 190 milhões, na quarta emissão de debêntures da Hypermarcas S.A., no valor de R\$ 400 milhões, na primeira emissão de notas promissórias da Andrade Gutierrez Concessões S.A., no valor de R\$ 55 milhões, na segunda emissão de debêntures da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. no valor de R\$ 1,8 bilhão, na primeira emissão de notas promissórias da Interligação Elétrica Serra do Japi S.A., no valor de R\$ 70 milhões, na primeira emissão de notas promissórias da Interligação Elétrica Serra do Madeira S.A., no valor de R\$ 180 milhões, na primeira emissão de debêntures da State Grid Brazil Holding S.A., no valor de R\$ 300 milhões, na primeira emissão de debêntures da Prolagos S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, no valor de R\$ 75 milhões, na terceira emissão de debêntures da Battistella Administração e Participações S.A., no valor de R\$ 120 milhões, na quarta emissão de debêntures da Brookfield Incorporações S.A., no valor de R\$ 300 milhões, na segunda emissão de notas promissórias da State Grid Brazil Holding S.A., no valor de R\$ 50 milhões, na primeira série de cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Barigui Crédito Consignado, no valor de R\$ 70 milhões, na primeira série de cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantil Crédito Consignado INSS, no valor de R\$ 300 milhões na 2ª emissão de debêntures do Hospital e Maternidade São Luiz S.A., no valor de R\$ 100 milhões, na 1ª emissão de notas promissórias da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., no valor de R\$ 130 milhões e na 4ª emissão de notas promissórias da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., no valor de R\$ 1,17 bilhão.

Em 2012, até a presente data, a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. participou de 3 operações de emissão de notas promissórias e debêntures no valor de, aproximadamente, R\$ 1,458 bilhão, atuando como coordenador líder na primeira emissão de notas promissórias da Andrade Gutierrez S.A., no valor de R\$ 300 milhões, na 4ª emissão de notas promissórias da CEMIG Geração e Transmissão S.A. – CEMIG GT, no valor de R\$ 1,0 bilhão, e na 3ª emissão de debêntures da CEMIG Geração e Transmissão S.A. – CEMIG GT, no valor de R\$ 1,35 bilhão.

#### **Relacionamento entre a Companhia e o HSBC**

Para atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritas abaixo as relações da Emissora (e das sociedades de seu grupo econômico, conforme aplicável) com o HSBC e seu conglomerado econômico, além do relacionamento referente à presente Oferta.

A Companhia e seu conglomerado econômico mantêm relacionamento comercial com o HSBC e/ou com as sociedades de seu conglomerado econômico. Na data deste Prospecto, destacam-se o somatório das seguintes operações:

Emissão de garantias internacionais (standby) no valor total de R\$ 16.137.114,00, com a finalidade de garantir pagamentos das Lojas Renner com as bandeiras VISA e MASTERCARD no exterior, com datas de contratação a partir de 09 de outubro de 2009, com vencimentos a partir de julho de 2012, apresentando taxas de 1,75% ao ano.

Contratos de swap cambial no valor total de R\$ 4.961.338,23, com a finalidade de hedge cambial, com datas de contratação a partir de 5 de junho de 2012, com vencimentos em dezembro de 2012, apresentando taxas de 2,08% a 2,11% ao ano.

Financiamento à Importação (FINIMP) no valor total de US\$ 548.030,11, com a finalidade de proporcionar prazo de pagamento à importação de bens, com datas de contratação a partir de junho de 2012, com vencimentos em dezembro de 2012, apresentando taxas de 2,7086% ao ano.

Cartas de crédito no valor total de R\$ 6.676.709,00, com a finalidade de garantir pagamentos de importação ao exportador, com datas de contratação a partir de 17/02/2012, com vencimentos entre 01/07/2012 e 05/11/2012, apresentando taxas de 0,5% aa e/ou comissão mínima de USD 300.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em “Informações Sobre a Oferta – Demonstrativo de Custos da Oferta” na página 54 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pela Emissora ao HSBC ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta.

A Emissora e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão vir a contratar, no futuro, o HSBC e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações comerciais usuais, incluindo, entre outras, assessoria em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

A Emissora entende que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do HSBC como instituição intermediária da sua Oferta.

### **OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA**

A seção “Informações sobre a Oferta – Relacionamento entre a Emissora e os Coordenadores da Oferta”, nas páginas 59 a 63 deste Prospecto, trata dos relacionamentos existentes entre a Emissora e os Coordenadores, além do proveniente da presente Oferta.

Exceto pela remuneração prevista na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos Estimados da Oferta”, na página 54 deste Prospecto, nenhuma outra comissão ou prêmio serão contratados ou pagos pela Emissora aos Coordenadores, direta ou indiretamente, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço de Subscrição.



## **FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA**

*O investimento nas Debêntures de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Debêntures de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência, incluindo os riscos mencionados abaixo e os riscos constantes das seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia podem ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco mencionados abaixo e nas seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto. O preço de mercado das Debêntures de emissão da Companhia pode diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial ou a totalidade de seu investimento nas debêntures de nossa emissão. Os riscos descritos abaixo e nas seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência são aqueles que a Companhia conhece e que acredita que atualmente podem afetá-la de maneira adversa, de modo que riscos adicionais não conhecidos pela Companhia atualmente ou que a Companhia considera atualmente irrelevantes também podem afetá-la de forma adversa.*

*Para os fins desta seção, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia, bem como no preço das Debêntures. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.*

*Esta seção inclui apenas os principais fatores de risco relativos à Oferta e às Debêntures. Para os demais fatores de risco, ver seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia”, na página 15 deste Prospecto, “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto.*

### **Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures**

***A percepção de riscos em outros países, especialmente em outros países de economia emergente, poderá afetar o valor de mercado e a liquidez de títulos e de valores mobiliários brasileiros, incluindo as Debêntures.***

Investir em títulos de mercados emergentes, tais como o Brasil, envolve um risco maior do que investir em títulos de emissores de países mais desenvolvidos. Os investimentos em valores mobiliários brasileiros, tal como as Debêntures, estão sujeitos a riscos econômicos e políticos, envolvendo, dentre outros:

- mudanças nos ambientes regulatório, fiscal, econômico e político que podem afetar a capacidade dos investidores de receber pagamentos, no todo ou em parte, com relação a seus investimentos; e
- restrições a investimentos estrangeiros e a repatriação de capital investido.

Os mercados de títulos e valores mobiliários brasileiros são substancialmente menores, menos líquidos, mais concentrados e mais voláteis do que os principais mercados de títulos e valores mobiliários americanos e europeus, e não são tão regulamentados ou supervisionados como estes. Desta forma, uma alteração adversa no mercado brasileiro ou internacional, ainda que para parâmetros norte-americanos ou europeus possa ser considerada uma alteração não material, poderá causar impactos adversos relevantes no mercado brasileiro e afetar materialmente o valor das Debêntures ou a sua liquidez.

***As obrigações constantes na Escritura de Emissão assumidas pela Emissora estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado.***

A Escritura de Emissão estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações da Emissora com relação às Debêntures. Caso ocorra a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, todas as obrigações da Emissora objeto da Escritura de Emissão deverão ser declaradas antecipadamente vencidas e deverá ocorrer o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário, para o caso das Debêntures da Primeira Série, e do Valor Nominal Unitário atualizado, para o caso das Debêntures da

Segunda Série, das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série e da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, calculada *pro rata temporis*. Para hipóteses de vencimento antecipado que não sejam automáticas, há de se respeitar um quorum para que haja a declaração do vencimento antecipado, de forma que o interesse de um determinado debenturista em se declarar ou não o vencimento antecipado das Debêntures dependerá, nestas hipóteses, do interesse dos demais debenturistas. Em caso de vencimento antecipado, os debenturistas receberão da Emissora o pagamento das Debêntures atualizado e remunerado até a data da ocorrência do referido vencimento antecipado, ou seja, um valor menor do que o investidor receberia caso não ocorresse uma hipótese de vencimento antecipado. Ademais, não há garantias de que a Emissora possuirá recursos suficientes em caixa para fazer face ao pagamento das Debêntures na hipótese de ocorrência de vencimento antecipado das obrigações, hipótese na qual a Emissora poderá sofrer um impacto negativo relevante aos seus resultados e suas operações.

***Eventual rebaixamento na classificação de risco das Debêntures poderá acarretar sua redução de liquidez para negociação no mercado secundário.***

Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos à Emissora são levados em consideração, tais como a sua condição financeira, administração e desempenho. São analisadas, também, características da Oferta e das Debêntures, assim como as obrigações assumidas pela Emissora e os fatores político-econômicos que podem afetar sua condição financeira. Dessa forma, as avaliações representam uma opinião quanto às condições da Emissora em honrar seus compromissos financeiros, tais como pagamento do principal e juros no prazo estipulado. A classificação de risco atribuída à Emissão baseou-se na atual condição da Emissora e nas informações presentes neste Prospecto, da data deste Prospecto. Não existe garantia de que a classificação de risco permanecerá inalterada durante a vigência das Debêntures. Um eventual rebaixamento na classificação de risco da Emissão durante a vigência das Debêntures poderá afetar negativamente o preço desses valores mobiliários e sua negociação no mercado secundário. Adicionalmente, alguns dos principais investidores que adquirem valores mobiliários por meio de ofertas públicas no Brasil (tais como entidades de previdência complementar) estão sujeitos a regulamentações específicas que condicionam seus investimentos em valores mobiliários a determinadas classificações de risco. Assim, o rebaixamento da classificação de risco da Emissão pode obrigar esses investidores a alienar suas Debêntures no mercado secundário, podendo vir a afetar negativamente o preço dessas Debêntures e sua negociação no mercado secundário.

***A baixa liquidez do mercado secundário brasileiro para negociação de debêntures poderá dificultar a venda das Debêntures.***

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de debêntures apresenta historicamente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Debêntures que permita aos seus subscritores sua alienação caso estes assim decidam. Dessa forma, os titulares de Debêntures podem ter dificuldade em realizar a venda desses títulos, caso assim decidam, no mercado secundário.

***Possibilidade de não validação da estipulação da Taxa DI divulgada pela CETIP caso se faça necessária a cobrança judicial das Debêntures.***

A Súmula n.º 176 editada pelo STJ enuncia que é nula a cláusula que sujeita o devedor ao pagamento de juros de acordo com a Taxa DI, divulgada pela CETIP. Referida Súmula não vincula as decisões do Poder Judiciário. No entanto, caso o Poder Judiciário considere inválida a utilização da Taxa DI como fator de remuneração das Debêntures, o índice que vier a ser indicado para substituir a Taxa DI poderá conceder aos titulares das Debêntures uma remuneração inferior à remuneração inicialmente estabelecida para as Debêntures.

***A Espécie das Debêntures é Quirografária***

As Debêntures são quirografárias e não contam com nenhuma garantia ou preferência. Desta forma, em caso de caso de falência ou procedimento similar, o pagamento das Debêntures estará subordinado ao pagamento de todas as obrigações com garantia real e/ou privilégio da Emissora. Assim, na hipótese de liquidação da Emissora, a liquidação dos créditos relativos às Debêntures pela Emissora estará subordinada à liquidação de todos os créditos com garantia real e/ou privilégio da Emissora, preferindo, apenas, (i) às

dívidas subordinadas da Emissora e (ii) ao acionista da Emissora na realização do ativo remanescente, se houver. Portanto, em caso de liquidação da Emissora, não há como garantir que os titulares das Debêntures receberão a totalidade ou mesmo parte dos seus créditos.

***As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado em caso de extinção e não substituição da Taxa DI e/ou do IPCA.***

As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado em caso de extinção e não substituição da Taxa DI e/ou do IPCA, hipótese em que as Debêntures da Primeira Série, no caso da extinção da Taxa DI, e as Debêntures da Segunda Série, no caso da extinção do IPCA, serão canceladas antecipadamente, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, pelo Valor Nominal Unitário, para o caso das Debêntures da Primeira Série, e pelo Valor Nominal Unitário atualizado, para o caso das Debêntures da Segunda Série, das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série e da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, calculada *pro rata temporis*. Os adquirentes das Debêntures poderão não obter o retorno financeiro esperado na aquisição das Debêntures em decorrência de tais resgates, não havendo qualquer garantia de que existirão, no momento do resgate, outros ativos no mercado de risco e retorno semelhantes às Debêntures. Além disso, a atual legislação tributária referente ao imposto de renda determina alíquotas diferenciadas em decorrência do prazo de aplicação, o que poderá implicar em uma alíquota superior à que seria aplicada caso as Debêntures fossem liquidadas apenas na data de seu vencimento.

***A Oferta será realizada em duas séries, sendo que a alocação das Debêntures entre as séries foi efetuada com base no Sistema de Vasos Comunicantes, o que poderá afetar a liquidez da série com menor demanda.***

O número de Debêntures a ser alocado em cada série foi definido de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores, apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, observado que a alocação das Debêntures entre as séries se deu por meio do Sistema de Vasos Comunicantes, de acordo com o plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores da Oferta. Caso, após o Procedimento de *Bookbuilding*, tenha sido verificada uma demanda menor para uma das séries, referida série poderá ter sua liquidez no mercado secundário afetada adversamente.

## CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA

A Oferta seguirá o cronograma tentativo abaixo:

Nº Evento	Data de Realização/ Data Prevista*
1. Reunião do Conselho de Administração aprovando a emissão das Debêntures e a Oferta.....	11.06.12
2. Protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM .....	25.06.12
Publicação do Aviso ao Mercado da Oferta .....	
3. Início do <i>Roadshow</i> .....	25.06.12
4. Encerramento do <i>Roadshow</i> .....	28.06.12
5. Procedimento de <i>Bookbuilding</i> .....	13.07.12
6. Registro da Oferta na CVM .....	24.07.2012
7. Publicação do Anúncio de Início da Oferta com a divulgação do resultado do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> .....	25.07.12
Disponibilização do Prospecto Definitivo.....	
Início da Oferta .....	
8. Liquidação da Oferta.....	27 e 30.07.12
9. Publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta.....	01.08.12

(\*) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações suspensões, antecipações ou adiamentos a critério dos Coordenadores e da Emissora, sem aviso prévio. Caso ocorram alterações das circunstâncias, suspensão, cancelamento, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado. Para mais informações sobre manifestação de aceitação à Oferta, manifestação de revogação da Oferta, modificação da Oferta, suspensão da Oferta e cancelamento ou revogação da Oferta, ver seções "Informações sobre Oferta – Da Revogação, Suspensão e Modificação da Oferta" deste Prospecto Definitivo. Adicionalmente, as Debêntures objeto da Garantia Firme poderão vir a ser revendidas ao público pelos Coordenadores até a publicação do Anúncio de Encerramento.

## DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos obtidos com a Emissão serão destinados à otimização da estrutura de capital da Companhia.

Os recursos líquidos obtidos com a Emissão serão integralmente destinados ao financiamento da estratégia de expansão orgânica da Companhia para os próximos anos, dentro do curso normal de seus negócios, de modo a proporcionar a manutenção de um nível adequado de Caixa. A Companhia estima destinar aproximadamente:

- (i) 45% para a abertura de novas lojas;
- (ii) 18% para reformas de lojas existentes;
- (iii) 12% para implantação de novos centros de distribuição;
- (iv) 10% para outros investimentos dentro do curso normal dos negócios da Companhia; e
- (v) 15% para capital de giro.

A Companhia ressalta que os percentuais indicados acima são meras estimativas e poderão sofrer alterações no curso normal dos negócios.

Enquanto não forem aplicados pela Companhia na expansão de suas atividades, conforme descrito acima, os recursos decorrentes da Emissão serão investidos pela Companhia de acordo com suas políticas de investimentos de recursos.

A realização da Emissão causará impactos na situação patrimonial e financeira da Companhia, considerando a utilização dos recursos de acordo com o previsto acima. Para informações adicionais e avaliação sobre o impacto em situação patrimonial dos recursos líquidos auferidos pela Emissora em decorrência da Emissão, veja a seção “Capitalização” na página 71 deste Prospecto.

## CAPACIDADE DE PAGAMENTO DA EMISSORA

Os administradores da Emissora, com base em análise dos indicadores de desempenho e da geração operacional de caixa da Emissora, entendem que a Emissora possui plenas condições para honrar as obrigações de curto, médio e longo prazos existentes, incluindo as Debêntures, bem como para continuar expandindo suas operações, embora não possam garantir que tal situação permanecerá igual. De acordo com os administradores da Emissora, sua geração de caixa confere à Emissora margem de conforto para honrar todas as obrigações de longo prazo existentes.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais de investimento e de financiamento da Emissora nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011, bem como no trimestre findo em 31 de março de 2012 estão apresentados na tabela a seguir:

Demonstração do Fluxo de Caixa	(R\$ milhões)			
	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			Período de três meses encerrado em 31 de março de
	2009	2010	2011	2012
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	331,0	559,6	274,1	(21,5)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos	(69,2)	(152,1)	(448,1)	(69,7)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos	(29,1)	(135,2)	68,6	12,3
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>232,7</b>	<b>272,3</b>	<b>(105,4)</b>	<b>(78,9)</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	178,7	411,4	683,7	578,3
Caixa e equivalente de caixa no final do período	411,4	683,7	578,3	499,4
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>232,7</b>	<b>272,3</b>	<b>(105,4)</b>	<b>(78,9)</b>

Os dados acima deverão ser lidos em conjunto com a seção “10.1 Comentários dos Diretores – Capacidade de Pagamento em Relação aos Compromissos Financeiros Assumidos” do Formulário de Referência, cujo acesso está indicado na seção “Documentos e Informações Incorporados ao Prospecto”, na página 12 deste Prospecto. O investidor deve ler esta seção em conjunto com as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas da Emissora.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2011 e respectivas notas explicativas, auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, conforme indicado em seu relatório de auditoria; as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2010 e respectivas notas explicativas, auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, conforme indicado em seu relatório de auditoria, e que apresentam cifras comparativas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 auditadas por outros auditores (as quais foram ajustadas nessas demonstrações nos termos descritos na Nota 34); e as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, para o trimestre encerrado em 31 de março de 2012 contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR preparadas de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR e revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, conforme indicado em seu relatório de revisão, todos incorporadas por referência a esse prospecto, poderão ser obtidos na CVM ou no website da Emissora: [www.lojasrenner.com.br/ri](http://www.lojasrenner.com.br/ri) - neste website acessar “Arquivos CVM” e, em seguida, “ITR, DFP, FR e outros”, e “Arquivos CVM e, em seguida, “Balancos Anuais”.

## CAPITALIZAÇÃO

Os dados abaixo deverão ser lidos em conjunto com (i) o Formulário de Referência da Emissora, cujo caminho para acesso está indicado no item “Documentos e Informações Incorporados ao Prospecto”, na página 12 deste Prospecto, e (ii) as demonstrações financeiras da Emissora, disponíveis no seu site (<http://www.lojasrenner.com.br/ri>) e no site da CVM (<http://www.cvm.gov.br>).

A tabela abaixo apresenta o caixa e equivalentes de caixa e o endividamento de curto e longo prazo da Emissora, em bases efetivas, a partir das informações intermediárias consolidadas, da Lojas Renner S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, conforme indicado em seu relatório de revisão, preparadas de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e conforme ajustado para refletir: (i) os pagamentos efetuados em 27 de abril de 2012 dos dividendos e juros sobre capital próprio aprovados pela assembleia geral ordinária realizada em 20 de abril de 2012 e (ii) o recebimento do montante estimado de R\$ 297.929.054,00 provenientes da emissão de 30.000 Debêntures no âmbito da Emissão, após deduzidas as comissões e as despesas estimadas da Emissão a serem pagas pela Emissora.

	<b>Efetivo 31.03.2012</b>	<b>Pagamentos de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio</b>	<b>Oferta</b>	<b>(R\$ mil) Ajustado pelos eventos relevantes subsequentes após 31.03.2012 e pela Oferta</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>499.359</b>	<b>(242.287)</b>	<b>297.929</b>	<b>555.001</b>
Empréstimos e financiamentos – Circulante	54.460	-	-	54.460
Empréstimos e financiamentos - não circulante	21.242	-	-	21.242
Debêntures - não circulante	298.159	-	<b>297.929</b>	596.088
<b>Sub-total (i)</b>	<b>373.861</b>		<b>297.929</b>	<b>671.790</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa, líquidos do endividamento não atrelado às operações de serviços financeiros e ao financiamento de importações (1)</b>	<b>125.498</b>	<b>(242.287)</b>		<b>(116.789)</b>
Financiamentos - operações serviços financeiros	128.652	-	-	128.652
Financiamentos das importações	80.123	-	-	80.123
Financiamentos - operações serviços financeiros – FIDC	344.489	-	-	344.489
Dividendos e JCP a pagar e dividendo mínimo obrigatório a pagar	102.428	(84.011)	-	18.417
<b>Sub-total (ii)</b>	<b>655.692</b>	<b>(84.011)</b>	<b>-</b>	<b>571.681</b>
<b>Patrimônio líquido consolidado (iii)</b>	<b>1.170.182</b>	<b>(158.276)</b>	<b>-</b>	<b>1.011.906</b>
<b>(i) + (ii) + (iii) = Capitalização total (2)</b>	<b>2.199.735</b>	<b>(242.287)</b>	<b>297.929</b>	<b>2.255.377</b>

(1) As posições de financiamentos atreladas à operação de serviços financeiros (incluindo FIDC), bem como ao financiamento de importações são tratadas como financiamentos operacionais e, portanto, são desconsideradas para fins de cálculo do Caixa e equivalentes de caixa, líquidos do endividamento não atrelado às operações de serviços financeiros e ao financiamento de importações.

(2) O total da capitalização representa os empréstimos, financiamentos e debêntures no circulante e no não circulante mais o patrimônio líquido consolidado.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## **ANEXOS**

---

- Estatuto Social da Emissora
- Deliberações Societárias Sobre a Emissão e a Oferta
- Escritura de Emissão e Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão
- Relatório de Classificação de Risco das Debêntures
- Declaração da Emissora, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400
- Declaração do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **Estatuto Social da Emissora**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



# **ESTATUTO SOCIAL**

## **DE**

### **LOJAS RENNER S.A.**

**Aprovado em AGE de 20.04.2012**

## ÍNDICE

	<b>Artigos</b>	<b>Páginas</b>
<b>CAPÍTULO I</b>		
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO	1º ao 4º	3
<b>CAPÍTULO II</b>		
DO CAPITAL SOCIAL	5º ao 9º	3 a 4
<b>CAPÍTULO III</b>		
DA ASSEMBLÉIA GERAL	10 a 12	4 a 5
<b>CAPÍTULO IV</b>		
DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO		
Seção I – Das Disposições Comuns aos Órgãos da Administração	13 a 15	5 a 6
Seção II – Do Conselho de Administração	16 a 21	6 a 9
Seção III – Da Diretoria	22 a 26	9 a 12
<b>CAPÍTULO V</b>		
DO CONSELHO FISCAL	27 a 32	12 a 13
<b>CAPÍTULO VI</b>		
DA DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS	33 a 38	13 a 14
<b>CAPÍTULO VII</b>		
DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO, DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E DA SAÍDA DO NOVO MERCADO	39 a 50	14 a 19
<b>CAPÍTULO VIII</b>		
DO JUÍZO ARBITRAL	51	19 a 20
<b>CAPÍTULO IX</b>		
DA LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA	52	20
<b>CAPÍTULO X</b>		
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	53 a 54	20

## **CAPÍTULO I**

### **DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º** - LOJAS RENNER S.A. é uma sociedade anônima que se rege pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável.

**Parágrafo 1º** - Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA (“Regulamento do Novo Mercado”).

**Parágrafo 2º** - As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

**Artigo 2º** - A Companhia tem sua sede e foro na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Joaquim Porto Villanova, nº 401, Bairro Jardim Carvalho, Cep. 91410-400.

**Parágrafo Único** - A Companhia poderá abrir, encerrar e alterar endereço de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos no País ou no exterior por deliberação da Diretoria.

**Artigo 3º** - A Companhia tem por objeto:

- (a) o comércio e a confecção de artigos de vestuário, bem como o comércio de perfumaria, cosméticos, produtos de higiene, correlatos, relógios, utilidades domésticas, artigos de esportes, artigos elétricos e eletrônicos e outros próprios de lojas de departamentos;
- (b) a importação e a exportação das mercadorias referidas nas alíneas anteriores;
- (c) a prestação de serviços de agência de viagens, operadora de turismo e outros serviços similares;
- (d) a prestação de serviços de cartão de crédito;
- (e) a prestação de serviços de recebimento de contas e títulos por conta e ordem de terceiros;
- (f) a prestação de serviços de processamento de dados;
- (g) a prestação de serviços de controle e processamento de vendas financiadas;
- (h) participação no capital social de outras sociedades;
- (i) a propriedade e manutenção de marcas e patentes; e
- (j) as operações de intermediações de serviços financeiros, tais como empréstimos pessoais, títulos de capitalização e corretagem de seguros.

**Artigo 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

## **CAPÍTULO II**

### **DO CAPITAL SOCIAL**

**Artigo 5º** - O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 421.683.182,50 (quatrocentos e vinte e um milhões, seiscentos e oitenta e três mil, cento e oitenta e dois reais e cinquenta centavos), dividido em 122.821.065 (cento e vinte e dois milhões, oitocentas e vinte e uma mil e sessenta e cinco) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

**Artigo 6º** - A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 225.000.000 (duzentos e vinte e cinco milhões) de ações ordinárias.

**Parágrafo 1º** - Dentro dos limites autorizados neste Artigo, poderá a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

**Parágrafo 2º** - Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar a emissão de bônus de subscrição.

**Parágrafo 3º** - Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com os planos aprovados pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra ou subscrição de ações aos Administradores, Executivos, Empregados e Prestadores de Serviços da Companhia, assim como aos Administradores, Executivos, Empregados e Prestadores de Serviços de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas.

**Parágrafo 4º** - É vedado à Companhia emitir ações preferenciais e partes beneficiárias.

**Parágrafo 5º** - Todo acionista ou Grupo de Acionista é obrigado a divulgar, mediante comunicação à Companhia, a aquisição de ações de sua emissão, que somadas às ações já possuídas, superem 5% (cinco por cento) do capital da Companhia, assim como, após atingido tal percentual, a aquisição de ações que, somadas às ações já possuídas, correspondam à aquisição de mais 1% (um por cento) do capital da Companhia ou múltiplos de tal percentual. Igual dever terão os titulares das debêntures conversíveis em ações, bônus de subscrição e opção de compra de ações que assegurem a seus titulares a aquisição de ações nas quantidades previstas neste artigo. A infração ao disposto neste artigo ensejará ao(s) infrator(es), a aplicação do Artigo 120 da Lei nº 6.404/76.

**Artigo 7º** - O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, ressalvado o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 10 deste Estatuto Social.

**Artigo 8º** - Todas as ações da Companhia serão escriturais e serão mantidas em conta de depósito, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), em nome de seus titulares.

**Parágrafo Único** - O custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações.

**Artigo 9º** - A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo para o seu exercício nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações, em oferta pública de aquisição do Poder de Controle (conforme definido no Parágrafo 1º do Artigo 39 deste Estatuto Social), nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

### **CAPÍTULO III DA ASSEMBLEIA GERAL**

**Artigo 10** - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, quando convocada nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações") ou deste Estatuto Social.

**Parágrafo 1º** - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos presentes.

**Parágrafo 2º** - A Assembleia Geral que deliberar sobre o cancelamento de registro de companhia aberta ou a saída da Companhia do Novo Mercado, exceto no caso da Assembleia mencionada no Artigo 47, parágrafo 3º, deste Estatuto Social, deverá ser convocada com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência.

**Parágrafo 3º** - A deliberação acerca de alteração ou exclusão do Artigo 42 deste Estatuto Social será tomada pela maioria absoluta de votos presentes, computando-se um único voto por acionista, independentemente da sua participação no capital social, na forma do §1º do Artigo 110 da Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo 4º** - A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações.



**Parágrafo 5º** - A Companhia iniciará o cadastramento de acionistas para tomar parte na Assembleia Geral, com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência, cabendo ao acionista apresentar, além do documento de identidade, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora nos últimos 5 (cinco) dias; (ii) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e/ou (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente.

**Parágrafo 6º** - As atas de Assembleia deverão ser: (i) lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo a indicação resumida do sentido do voto dos acionistas presentes, dos votos em branco e das abstenções; e (ii) publicadas com omissão das assinaturas.

**Artigo 11** - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, instalada e presidida por outro Conselheiro, Diretor ou acionista indicado por escrito pelo Presidente do Conselho de Administração. O Presidente da Assembleia Geral indicará até 2 (dois) Secretários.

**Artigo 12** - Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei:

- I. eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- II. fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal;
- III. atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- IV. aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos Administradores, Executivos, Empregados e Prestadores de Serviços da Companhia, assim como aos Administradores, Executivos, Empregados e Prestadores de Serviços de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;
- V. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;
- VI. eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- VII. deliberar a saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA;
- VIII. deliberar o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM, observado o disposto nos Artigos 46 e 47 deste Estatuto Social; e
- IX. escolher empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Capítulo VII deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração.

## **CAPÍTULO IV DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO**

### **Seção I - Das Disposições Comuns aos Órgãos da Administração**

**Artigo 13** - A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

**Parágrafo 1º** - A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo Administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão e condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores a que alude o Regulamento do Novo Mercado, do Código de Ética e Conduta da Companhia e, no caso específico de membros do Conselho de Administração, do Regimento Interno do Conselho de Administração.

**Parágrafo 2º** - Os Administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

**Parágrafo 3º** - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

**Artigo 14** - A Assembleia Geral fixará a remuneração global anual para distribuição entre os Administradores e caberá ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba individualmente, após considerar o parecer do comitê que trata da remuneração dos Administradores.

**Artigo 15** - Qualquer dos órgãos de administração se reúne validamente com a presença da maioria de seus membros e delibera pelo voto da maioria absoluta dos presentes, ressalvado o disposto no Parágrafo 2º do Artigo 18 e no Artigo 21 deste Estatuto Social.

**Parágrafo Único** - Só é dispensada a convocação prévia da reunião como condição de sua validade se presentes todos os seus membros. São considerados presentes os membros do órgão da administração que manifestarem seu voto por meio da delegação feita em favor de outro membro do respectivo órgão, por voto escrito antecipado e por voto expresso por fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação.

## **Seção II - Do Conselho de Administração**

**Artigo 16** - O Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição, dos quais, no mínimo, 1/3 (um terço) da totalidade dos membros deverão ser Conselheiros Independentes.

**Parágrafo 1º** - Para os fins do presente Artigo, Conselheiro Independente é aquele definido como tal no Regulamento do Novo Mercado, da BM&FBOVESPA, e expressamente declarado como tal na ata da Assembleia Geral que o eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo Artigo 141, §§4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo 2º** - Quando, em decorrência da observância do critério referido no *caput* deste artigo, resultar em número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

**Parágrafo 3º** - Na Assembleia Geral Ordinária, os acionistas deverão deliberar o número efetivo de membros do Conselho de Administração.

**Parágrafo 4º** - O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia. Não poderá ser exercido o direito de voto pelo membro do Conselho de Administração caso se configurem, supervenientemente, os fatores de impedimento indicados neste Parágrafo.

**Parágrafo 5º** - O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração, relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com os da Companhia.

**Parágrafo 6º** - O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia.

**Parágrafo 7º** - Os membros do Conselho de Administração em exercício serão considerados automaticamente indicados para re-eleição por proposta conjunta dos membros do Conselho de Administração. Caso não tenha sido solicitado o processo de voto múltiplo, os membros do Conselho de Administração poderão deliberar por maioria absoluta dos presentes para propor o nome de candidatos substitutos para o lugar de qualquer Conselheiro em exercício que declinar da re-eleição, na medida em que tal indicação for necessária para compor uma chapa completa de candidatos para as vagas no Conselho, observado o disposto no Artigo 17 abaixo. Caso tenha sido solicitado o processo de voto múltiplo, cada membro do Conselho de Administração em exercício será considerado um candidato à re-eleição para o Conselho de Administração.

**Parágrafo 8º** - Caso a Companhia receba pedido por escrito de acionistas que desejem requerer a adoção do processo de voto múltiplo, na forma do Artigo 141, Parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia divulgará o recebimento e o teor de tal pedido, imediatamente: (i) por meio eletrônico, para a CVM e para a BM&FBOVESPA; e (ii) por inclusão no site da Companhia.

**Parágrafo 9º** - Caso qualquer acionista deseje indicar um ou mais representantes para compor o Conselho de Administração que não sejam membros em sua composição mais recente, tal acionista deverá notificar a Companhia por escrito até 5 (cinco) dias úteis após a Companhia divulgar a pretensão de solicitar pedido público de procuração para a Assembleia Geral que elegerá os Conselheiros ou com o mínimo de 5 (cinco) dias de antecedência em relação à referida Assembleia Geral, o que ocorrer primeiro, sendo que tal notificação deverá conter todas as informações exigidas pela CVM sobre os membros do Conselho de Administração indicados. Caso receba uma notificação relativa a um ou mais candidatos a Conselheiros, a Companhia divulgará o recebimento e o teor da notificação (i) por meio eletrônico, para a CVM e para a BM&FBOVESPA, e (ii) por inclusão no site da Companhia.

**Artigo 17** - Na eleição dos membros do Conselho de Administração, se não tiver sido solicitado o processo de voto múltiplo na forma da lei, a Assembleia Geral deverá votar através de chapas registradas previamente na mesa, as quais assegurarão aos acionistas que detenham, individualmente ou em bloco, 10% (dez por cento) ou mais das ações ordinárias da Companhia, em votação em separado, o direito de eleger um membro. A mesa não poderá aceitar o registro de qualquer chapa em violação ao disposto neste Artigo.

**Artigo 18** - O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, que serão eleitos pela maioria absoluta de votos dos presentes, na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de tais membros, ou sempre que ocorrer renúncia ou vacância naqueles cargos. O Vice-Presidente exercerá as funções do Presidente em suas ausências e impedimentos temporários, independentemente de qualquer formalidade. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Presidente e do Vice-Presidente, as funções do Presidente serão exercidas por outro membro do Conselho de Administração indicado pelo Presidente. Em caso de vacância de membro do Conselho de Administração, por renúncia ou qualquer outro motivo, os membros remanescentes poderão indicar um substituto que exercerá o cargo até a primeira Assembleia Geral que ocorrer, ocasião em que esta elegerá um novo Conselheiro para completar o mandato.

**Parágrafo 1º** - O Presidente do Conselho de Administração convocará e presidirá as reuniões do órgão e as Assembleias Gerais, ressalvado, no caso das Assembleias Gerais, as hipóteses em que indique por escrito outro Conselheiro, Diretor ou acionista para presidir os trabalhos.

**Parágrafo 2º** - Nas deliberações do Conselho de Administração, será atribuído ao Presidente do órgão o voto de qualidade, no caso de empate na votação.

**Artigo 19** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 6 (seis) vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros. As reuniões do Conselho poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do membro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião.

**Parágrafo 1º** - As convocações para as reuniões serão feitas mediante comunicado escrito entregue a cada membro do Conselho de Administração com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, das quais deverá constar a ordem do dia, a data, a hora e o local da reunião.

**Parágrafo 2º** - Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no respectivo livro do Conselho e assinadas pelos conselheiros presentes.

**Artigo 20** - Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam cometidas por lei ou pelo Estatuto Social:

- I. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- II. eleger e destituir os Diretores da Companhia;

- III. atribuir a cada Diretor suas respectivas funções, inclusive designando o Diretor de Relações com Investidores, observado o disposto neste Estatuto Social;
- IV. deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do Artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;
- V. fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- VI. escolher e destituir os auditores independentes;
- VII. convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria;
- VIII. apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;
- IX. aprovar os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento, bem como acompanhar sua execução;
- X. manifestar-se previamente sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral;
- XI. autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no Artigo 6º deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou permuta de ações em oferta pública de aquisição de Controle, nos termos estabelecidos em lei;
- XII. deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;
- XIII. deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, como previsto no Parágrafo 2º do Artigo 6º deste Estatuto Social;
- XIV. outorgar opção de compra ou subscrição de ações aos Administradores, Executivos, Empregados e Prestadores de Serviços da Companhia, assim como aos Administradores, Executivos, Empregados e Prestadores de Serviços de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas nos termos dos planos aprovados em Assembleia Geral, após considerar o parecer do comitê que trata da remuneração dos Administradores;
- XV. estabelecer o valor da participação nos lucros dos Diretores e Empregados da Companhia, após considerar o parecer do comitê que trata da remuneração dos Administradores;
- XVI. a distribuição entre os Administradores, individualmente, de parcela da remuneração anual global dos Administradores fixada pela Assembleia Geral, após considerar o parecer do comitê que trata da remuneração dos Administradores;
- XVII. a aprovação, após considerar o parecer do comitê que trata da remuneração dos Administradores, de qualquer contrato a ser celebrado entre a Companhia e qualquer Diretor que contemple o pagamento de valores, inclusive o pagamento de valores a título de indenização, em razão (i) do desligamento voluntário ou involuntário do Diretor; (ii) de mudança de Controle; ou (iii) de qualquer outro evento similar;
- XVIII. deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;
- XIX. autorizar a Companhia a prestar garantias a obrigações de terceiros;
- XX. estabelecer a competência da Diretoria para a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam “bonds”, “notes”, “commercial papers”, ou outros de uso comum no mercado, deliberando, ainda, sobre as suas condições de emissão e resgate, podendo, nos casos que definir, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato;
- XXI. definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de oferta pública de aquisição de ações para o cancelamento de registro de companhia aberta ou para a saída do Novo Mercado, na forma definida no Artigo 47 deste Estatuto Social;
- XXII. aprovar a contratação da instituição prestadora dos serviços de escrituração de ações;

- XXIII. dispor, observadas as normas deste Estatuto Social e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento;
- XXIV. decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, nos termos da legislação aplicável;
- XXV. aprovar que a Diretoria proceda à alienação ou oneração de bens do ativo permanente, a aquisição de bens para o ativo permanente e a assunção de outros compromissos financeiros associados a projetos nos quais a Companhia pretende investir, sempre que o valor dos bens alienados, onerados ou adquiridos ou dos compromissos financeiros assumidos exceda a 10% (dez por cento) da receita líquida anual apurada no exercício fiscal anterior;
- XXVI. aprovar que a Diretoria proceda à tomada de empréstimos e outros financiamentos, sempre que, em razão da tomada de tais empréstimos ou outros financiamentos, o valor do principal de todos os empréstimos e financiamentos em aberto da Companhia exceda a 20% (vinte por cento) da receita líquida anual apurada no exercício fiscal anterior;
- XXVII. autorizar o levantamento de demonstrações financeiras e distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio em períodos iguais ou menores a 6 (seis) meses, à conta do lucro apurado nessas demonstrações financeiras ou à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial anual ou semestral, na forma prevista neste Estatuto Social e na legislação aplicável; e
- XXVIII. manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

**Parágrafo 1º** - Os membros do Conselho de Administração que sejam Diretores deverão se abster de votar nas matérias previstas nos incisos V e XIV a XVII deste Artigo 20.

**Parágrafo 2º** - A Companhia não concederá financiamentos ou garantias para seus Conselheiros ou Diretores.

**Artigo 21** - É necessária a aprovação da maioria qualificada de dois terços dos membros do Conselho de Administração para deliberação sobre:

- I. proposta de recompra, resgate, reembolso ou amortização de ações;
- II. proposta de criação ou emissão de bônus de subscrição ou instrumentos conversíveis em ações de emissão da Companhia;
- III. proposta de mudança do objeto social da Companhia;
- IV. proposta de incorporação da Companhia em outra, incorporação de outra sociedade pela Companhia, incorporação de ações envolvendo a Companhia, sua fusão ou cisão;
- V. proposta de liquidação, dissolução ou extinção da Companhia ou cessação do estado de liquidação da Companhia; ou
- VI. proposta de participação da Companhia em grupo de sociedades.

### **Seção III- Da Diretoria**

**Artigo 22** - A Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, será composta de 4 (quatro) a 8 (oito) Diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo e Financeiro, um Diretor de Operações, um Diretor de Compras, um Diretor de Recursos Humanos, um Diretor de Tecnologia da Informação e Gestão e os demais sem designação específica, todos com prazo de mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. O Conselho de Administração designará um dos Diretores da Companhia para a função de Diretor de Relações com Investidores.

**Parágrafo 1º** - A eleição da Diretoria ocorrerá até 5 (cinco) dias úteis após a data da realização da Assembleia Geral Ordinária, podendo a posse dos eleitos coincidir com o término do mandato dos seus antecessores.

**Parágrafo 2º** - Nos seus impedimentos temporários ou ausências, o Diretor Presidente será substituído por outro Diretor escolhido pelo Diretor Presidente. Em caso de vacância do cargo de Diretor Presidente, o seu substituto provisório será escolhido entre os demais Diretores por deliberação dos próprios Diretores e assumirá a Presidência até a primeira reunião subsequente do Conselho de Administração, que será convocada imediatamente pelo Presidente do Conselho de Administração e designará o substituto do Diretor Presidente pelo restante do prazo de mandato.

**Parágrafo 3º** - Os demais Diretores serão substituídos, em casos de ausência ou impedimento temporário, por outro Diretor, escolhido pelo Diretor Presidente. Em caso de vacância no cargo de Diretor, o substituto provisório será escolhido pelo Diretor Presidente e assumirá a Diretoria até a primeira reunião subsequente do Conselho de Administração, que lhe designará substituto pelo restante do prazo de mandato.

**Parágrafo 4º** - O Diretor de Relações com Investidores monitorará o cumprimento das obrigações dispostas no Artigo 42 deste Estatuto Social pelos acionistas da Companhia e reportará à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências.

**Artigo 23** - A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, inclusive para alienar e onerar bens do ativo permanente, renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes. Compete-lhe administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:

- I. cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- II. deliberar sobre a abertura, o encerramento e a alteração de endereços de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no País ou no exterior;
- III. submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;
- IV. elaborar e propor, ao Conselho de Administração, os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento;
- V. aprovar a criação e supressão de subsidiária e a participação da Companhia no capital de outras sociedades, no País ou no exterior;
- VI. aprovar a alienação ou oneração de bens do ativo permanente, a aquisição de bens para o ativo permanente e a assunção de outros compromissos financeiros associados a projetos nos quais a Companhia pretende investir, sob a condição de que o Conselho de Administração tenha aprovado tal contratação sempre que o valor dos bens alienados, onerados ou adquiridos ou dos compromissos financeiros assumidos exceda a 10% (dez por cento) da receita líquida anual apurada no exercício fiscal anterior;
- VII. contrair empréstimos e outros financiamentos, sob condição de que o Conselho de Administração tenha aprovado tal contratação sempre que, em razão da tomada de tais empréstimos ou outros financiamentos, o valor do principal de todos os empréstimos e financiamentos em aberto da Companhia exceda a 20% (vinte por cento) da receita líquida anual apurada no exercício fiscal anterior;
- VIII. alienar bens imóveis, ceder direitos reais ou conceder direito real em garantia de empréstimos; e
- IX. decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

**Artigo 24** - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- I. convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

- II. manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações;
- III. propor, sem exclusividade de iniciativa, ao Conselho de Administração a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição, observado o disposto no Artigo 25 deste Estatuto Social;
- IV. exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração;
- V. indicar o substituto dos demais Diretores nos casos de ausência ou impedimento temporário; e
- VI. indicar o substituto provisório dos demais Diretores nos casos de vacância, observado o disposto no Parágrafo 3º, do Artigo 22, *in fine*, deste Estatuto Social.

**Artigo 25** - Adicionalmente ao disposto nos parágrafos abaixo, compete aos Diretores assistir e auxiliar o Diretor Presidente na administração dos negócios da Companhia e exercer as atividades referentes às funções que lhes tenham sido atribuídas pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo 1º** - Compete ao Diretor Administrativo e Financeiro, gerir e administrar a área administrativa, estabelecendo políticas específicas, em especial a gestão das atividades financeiras da Companhia e de suas controladas, bem como a consolidação e acompanhamento do orçamento da Companhia;

**Parágrafo 2º** - Compete ao Diretor de Recursos Humanos, gerir e administrar a área de recursos humanos, estabelecendo políticas específicas para a área;

**Parágrafo 3º** - Compete ao Diretor de Compras, gerir e administrar a área de compras, estabelecendo políticas específicas, em especial firmar contratos de compras de mercadorias, estipulando preços, prazos e condições, bem como sua distribuição e remanejamento entre as diversas lojas da Companhia;

**Parágrafo 4º** - Compete ao Diretor de Operações, gerir e administrar a área de operações, estabelecendo políticas específicas, em especial a administração da área de logística e centros de distribuição, coordenar e administrar as atividades operacionais das lojas e manutenção dos processos operacionais da Companhia;

**Parágrafo 5º** - Compete ao Diretor de Tecnologia da Informação e Gestão, gerir e administrar a área de tecnologia da informação e gestão, estabelecendo políticas específicas, responsabilizando-se pela definição de estratégia, desenvolvimento e implementação de sistemas e soluções em consonância com as necessidades do negócio da Companhia, gestão das redes de comunicação de dados, voz e imagem, além da automação dos processos da Companhia;

**Parágrafo 6º** - Compete ao Diretor de Relações com Investidores, gerir e administrar a área de relações com investidores, estabelecendo políticas específicas, prestando informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários e às Bolsas de Valores e mercados de balcão organizado em que a Companhia estiver registrada e mantendo atualizado o registro de companhia aberta da Companhia, cumprindo toda a legislação e regulamentação aplicável às companhias abertas.

**Artigo 26** - Como regra geral e ressalvados os casos objeto dos Parágrafos subsequentes, a Companhia será representada por 2 (dois) membros da Diretoria, ou ainda por 1 (um) membro da Diretoria e 1 (um) procurador, ou por 2 (dois) procuradores, no limite dos respectivos mandatos.

**Parágrafo 1º** - Os atos para os quais o presente Estatuto Social exija autorização prévia do Conselho de Administração só poderão ser praticados uma vez preenchida tal condição.

**Parágrafo 2º** - A Companhia poderá ser representada por apenas 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador nos seguintes casos:

- (a) quando o ato a ser praticado impuser representação singular ela será representada por qualquer Diretor ou procurador com poderes especiais;
- (b) quando se tratar de contratar prestadores de serviço ou Empregados;
- (c) quando se tratar de receber e dar quitação de valores que sejam devidos à Companhia, emitir e negociar, inclusive endossar e descontar, duplicatas relativas às suas vendas, bem como nos casos de correspondência que não crie obrigações para a Companhia e da prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante repartições públicas, sociedades de economia mista, Secretaria da Receita Federal, Secretarias das Fazendas

Estaduais, Secretarias das Fazendas Municipais, Juntas Comerciais, todas as repartições judiciais, em qualquer instância, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores e outros de idêntica natureza.

**Parágrafo 3º** - O Conselho de Administração poderá autorizar a prática de outros atos que vinculem a Companhia por apenas um dos membros da Diretoria ou um procurador, ou ainda, pela adoção de critérios de limitação de competência, restringir, em determinados casos, a representação da Companhia a apenas um Diretor ou um procurador.

**Parágrafo 4º** - Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

- (a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, ou seu substituto, em conjunto com qualquer outro Diretor;
- (b) quando o mandato tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização do Conselho de Administração, a sua outorga ficará expressamente condicionada à obtenção dessa autorização, que será mencionada em seu texto;
- (c) os instrumentos de mandato deverão especificar a extensão dos poderes outorgados, bem como o prazo do mandato, salvo quando se tratar de mandato *ad judícia*, que poderá ter prazo indeterminado.

**Parágrafo 5º** - A Companhia não poderá ser representada por procuradores na alienação de bens imóveis, na cessão de direitos reais, nem na concessão de direito real em garantia de empréstimos.

**Parágrafo 6º** - Não terão validade, nem obrigarão a Companhia, os atos praticados em desconformidade ao disposto neste Artigo.

## **CAPÍTULO V DO CONSELHO FISCAL**

**Artigo 27** - O Conselho Fiscal funcionará de modo permanente, com os poderes e atribuições a ele conferidos por lei.

**Artigo 28** - O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, quantidade esta a ser definida em Assembleia Geral, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. Na hipótese de haver Acionista Controlador, aplica-se o disposto no §4º do Artigo 161 da Lei das Sociedades por Ações e, caso não haja Acionista Controlador, devem ser observadas as regras dos Parágrafos 1º, 2º e 3º do presente Artigo deste Estatuto Social.

**Parágrafo 1º** - A maioria absoluta dos acionistas presentes na Assembleia Geral Ordinária elegerá a maioria dos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes. Os demais acionistas elegerão os membros remanescentes, bem como seus suplentes.

**Parágrafo 2º** - Igual direito terá o acionista ou o grupo de acionistas diverso daquele que elegeu um membro na forma do Parágrafo 1º deste Artigo, observadas as mesmas regras e condições de eleição.

**Parágrafo 3º** - Os demais acionistas, excluídos os que votaram na eleição de membros para o Conselho Fiscal na forma dos Parágrafos 1º ou 2º deste Artigo, poderão eleger os membros efetivos e suplentes que, em qualquer caso, serão em número igual ao dos eleitos nos termos dos Parágrafos 1º e 2º deste Artigo, mais 1 (um).

**Parágrafo 4º** - Os membros do Conselho Fiscal terão o mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

**Parágrafo 5º** - Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente.

**Parágrafo 6º** - Os membros do Conselho Fiscal serão investidos nos respectivos cargos mediante a assinatura de termo de posse, lavrado no livro de atas das reuniões do Conselho Fiscal, condicionado à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal a que alude o Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA do Código de Ética e Conduta da Companhia e do Regimento Interno do Conselho Fiscal.

**Parágrafo 7º** - Caso qualquer acionista deseje indicar um ou mais representantes para compor o Conselho Fiscal, tal acionista deverá notificar a Companhia por escrito até 5 (cinco) dias úteis após a Companhia divulgar a pretensão de solicitar pedido público de procuração para a Assembleia Geral que elegerá os membros do Conselho Fiscal ou com o



mínimo de 5 (cinco) dias de antecedência em relação à referida Assembleia Geral, o que ocorrer primeiro, sendo que tal notificação deverá conter todas as informações exigidas pela CVM sobre os membros do Conselho Fiscal indicados. Caso receba uma notificação relativa a um ou mais candidatos a membros do Conselho Fiscal, a Companhia divulgará o recebimento e o teor da notificação (i) por meio eletrônico, para a CVM e para a BM&FBOVESPA, e (ii) por inclusão no site da Companhia.

**Artigo 29** - O Conselho Fiscal reunir-se-á, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

**Parágrafo 1º** - Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

**Parágrafo 2º** - O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros.

**Artigo 30** - Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente.

**Artigo 31** - Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar; não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

**Artigo 32** - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral Ordinária que os eleger, observado o Parágrafo 3º do Artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações.

## **CAPÍTULO VI DA DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS**

**Artigo 33** - O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.

**Parágrafo Único** - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras da Companhia, com observância dos preceitos legais pertinentes.

**Artigo 34** - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no Artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações e no Parágrafo Único do presente Artigo deste Estatuto Social, ajustado para fins do cálculo de dividendos, nos termos do Artigo 202 da mesma lei, observada a seguinte ordem de dedução:

- (a) 5% (cinco por cento), no mínimo, para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;
- (b) a parcela necessária ao pagamento de um dividendo obrigatório não poderá ser inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações;
- (c) a parcela remanescente do lucro líquido ajustado será destinada à Reserva para Investimento e Expansão, que tem por finalidade reforçar o capital social e de giro da Companhia, objetivando assegurar adequadas condições operacionais. O saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e as reservas para contingências, não poderá ultrapassar o valor do capital social. Uma vez atingido esse limite máximo, a Assembleia Geral poderá deliberar sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

**Parágrafo Único** - A Assembleia Geral poderá atribuir aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria uma participação nos lucros, não superior a 10% (dez por cento) do remanescente do resultado do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social, nos casos, forma e limites legais.

**Artigo 35** - Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, poderá a Companhia pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social.

**Parágrafo 1º** - Em caso de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social, os acionistas serão compensados com os dividendos a que têm direito, sendo-lhes assegurado o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese do valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente.

**Parágrafo 2º** - O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o creditamento no decorrer do exercício social, se dará por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte, mas nunca após as datas de pagamento dos dividendos.

**Artigo 36** - A Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração:

- (a) o pagamento de dividendo ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver;
- (b) a distribuição de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e
- (c) o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.

**Artigo 37** - A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.

**Artigo 38** - Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

## **CAPÍTULO VII**

### **DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO, DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E DA SAÍDA DO NOVO MERCADO**

**Artigo 39** - A Alienação de Controle (conforme definido no Parágrafo 1º deste Artigo) da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do alienante do Controle.

**Parágrafo 1º** - Para fins deste Estatuto Social, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

“Acionista Comprador” tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 42 do presente Estatuto Social. “Acionista Controlador” significa o(s) acionista(s) ou Grupo de Acionistas que exerça(m) o Poder de Controle da Companhia.

“Acionista Controlador Alienante” significa o Acionista Controlador quando este promove a Alienação de Controle da Companhia.

“Ações de Controle” significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia.

“Adquirente” significa aquele para quem o Acionista Controlador Alienante transfere as Ações de Controle em uma Alienação de Controle da Companhia.

“Alienação de Controle da Companhia” significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle.

“Poder de Controle” (bem como seus termos correlatos, “Controlador”, “Controlado”, “sob Controle comum” ou “Controle”) significa o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas assembleias gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

“Grupo de Acionistas” significa o grupo de duas ou mais pessoas que sejam (a) vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordos de acionistas, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades Controladas, Controladoras ou sob Controle comum; ou (b) entre os quais haja relação de Controle, seja direta ou indiretamente; ou (c) que estejam sob Controle comum; ou (d) que atuem representando um interesse comum. Incluem-se dentre os exemplos de pessoas representando um interesse comum (i) uma pessoa que detenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social da outra pessoa; e (ii) duas pessoas que tenham um terceiro investidor em comum que detenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social das duas pessoas. Quaisquer *joint-ventures*, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, *trusts*, condomínios, cooperativas, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados parte de um mesmo Grupo de Acionistas sempre que duas ou mais entre tais entidades: (x) forem administradas ou geridas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (y) tenham em comum a maioria de seus administradores.

“OPA” significa oferta pública de aquisição de ações.

**Parágrafo 2º** - Caso a Alienação de Controle da Companhia também sujeite o Adquirente à obrigação de realizar a OPA exigida pelo Artigo 42 deste Estatuto Social, o preço de aquisição na OPA será o maior entre os preços determinados em conformidade com este Artigo 39 e com o Artigo 42, Parágrafo 2º, deste Estatuto Social.

**Parágrafo 3º** - O Acionista Controlador Alienante não poderá transferir a propriedade de suas ações, nem a Companhia poderá registrar qualquer transferência de Ações de Controle, enquanto o Adquirente não subscrever o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento do Novo Mercado.

**Parágrafo 4º** - A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o(s) acionista(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto esse(s) acionista(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento do Novo Mercado.

**Parágrafo 5º** - Nenhum Acordo de Acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Companhia sem que os seus signatários tenham subscrito o Termo de Anuência referido no Parágrafo 3º deste Artigo.

**Artigo 40** - A oferta pública referida no Artigo anterior também deverá ser realizada:

- I. nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do Controle da Companhia; e
- II. em caso de alienação do Controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

**Artigo 41** - Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

- III. efetivar a oferta pública referida no Artigo 39 deste Estatuto Social;
- IV. pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o preço pago por ação eventualmente adquirida em bolsa de valores nos 6 (seis) meses anteriores à data de aquisição do Poder de Controle da Companhia, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos;
- V. tomar medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações da Companhia em circulação, dentro dos 6 (seis) meses subsequentes à aquisição do Controle.

**Artigo 42** - Qualquer pessoa ou Grupo de Acionistas que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia (“Acionista Comprador”) deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro de, conforme o caso, uma OPA da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da BM&FBOVESPA e os termos deste Artigo.

**Parágrafo 1º** - A OPA deverá ser (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia, (ii) efetivada em leilão a ser realizado na BM&FBOVESPA, (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no Parágrafo 2º deste Artigo, e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Companhia.

**Parágrafo 2º** - O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior ao maior valor entre (i) o valor econômico apurado em laudo de avaliação; (ii) 120% (cento e vinte por cento) do preço de emissão das ações em qualquer aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrido no período de 24 (vinte e quatro) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA nos termos deste Artigo 42, devidamente atualizado pelo IPCA até o momento do pagamento; e (iii) 120% (cento e vinte por cento) da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia durante o período de 90 (noventa) dias anterior à realização da OPA na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia.

**Parágrafo 3º** - A realização da OPA mencionada no *caput* deste Artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

**Parágrafo 4º** - O Acionista Comprador estará obrigado a atender as eventuais solicitações ou as exigências da CVM, formuladas com base na legislação aplicável, relativas à OPA, dentro dos prazos máximos prescritos na regulamentação aplicável.

**Parágrafo 5º** - Na hipótese do Acionista Comprador não cumprir com as obrigações impostas por este Artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA; ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Comprador não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Comprador que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este Artigo, conforme disposto no Artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade do Acionista Comprador por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este Artigo.

**Parágrafo 6º** - Qualquer Acionista Comprador que adquira ou se torne titular de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre as ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia, estará igualmente obrigado a, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de tal aquisição ou do evento que resultou na titularidade de tais direitos sobre ações em

quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro, conforme o caso, de uma OPA, nos termos descritos neste Artigo.

**Parágrafo 7º** - As obrigações constantes do Artigo 254-A da Lei de Sociedade por Ações e dos Artigos 39, 40 e 41 deste Estatuto Social não excluem o cumprimento, pelo Acionista Comprador, das obrigações constantes deste Artigo, ressalvado o disposto nos Artigos 49 e 50 deste Estatuto Social.

**Parágrafo 8º** - O disposto neste Artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 20% (vinte por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) de sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 60 (sessenta) dias contados do evento relevante; (ii) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia, (iii) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia, ou (iv) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em valor econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeira da Companhia realizada por empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas.

**Parágrafo 9º** - Para fins do cálculo do percentual de 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito no *caput* deste Artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

**Parágrafo 10** - Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA prevista neste Artigo determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia na OPA que resulte em preço de aquisição superior àquele determinado nos termos do Parágrafo 2º deste Artigo, deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista neste Artigo aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

**Parágrafo 11** - A alteração que limite o direito dos acionistas à realização da OPA prevista neste Artigo ou a exclusão deste Artigo obrigará o(s) acionista(s) que tiver(em) votado a favor de tal alteração ou exclusão na deliberação em Assembleia Geral a realizar a OPA prevista neste Artigo.

**Parágrafo 12** - O ofertante da OPA prevista neste Artigo fica obrigado a divulgar suas intenções com relação à gestão da Companhia e as razões pelas quais os acionistas deveriam aceitar a OPA ou consentir com a aquisição do controle, ficando responsável também pela veracidade, qualidade e suficiência de tais informações. Essas informações devem ser no mínimo, as mesmas que são exigidas ao Conselho de Administração quando da emissão do parecer referente à oferta.

**Artigo 43** - Na oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pelo Acionista Controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação, referido no Artigo 48 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

**Artigo 44** - Caso os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária deliberem a saída da Companhia do Novo Mercado, para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro de negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de reorganização societária na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia. O preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação, referido no Artigo 48 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

**Artigo 45** - Na hipótese de não haver Acionista Controlador:

I. sempre que for aprovado, em Assembleia Geral, o cancelamento de registro de companhia aberta, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pela própria Companhia, sendo que, neste caso, a Companhia somente poderá adquirir as ações de titularidade dos acionistas que tenham votado a favor do cancelamento de registro na deliberação em Assembleia Geral após ter adquirido as ações dos demais acionistas que não tenham votado a favor da referida deliberação e que tenham aceitado a referida oferta pública;

II. sempre que for aprovada, em Assembleia Geral, a saída da Companhia do Novo Mercado, seja para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, seja em virtude de reorganização societária na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no Artigo 44 deste Estatuto Social.

**Parágrafo 1º** - A referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia, deverá(ao) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

**Parágrafo 2º** - Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa organização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

**Artigo 46** - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a BM&FBOVESPA determinar que as cotações dos valores mobiliários de emissão da Companhia sejam divulgadas em separado ou que os valores mobiliários emitidos pela Companhia tenham a sua negociação suspensa no Novo Mercado em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar, em até 2 (dois) dias da determinação da BM&FBOVESPA mencionada neste Artigo, computados apenas os dias em que houver circulação dos jornais habitualmente utilizados pela Companhia, uma Assembleia Geral Extraordinária para substituição de todo o Conselho de Administração.

**Parágrafo 1º** - Caso a Assembleia Geral Extraordinária referida no *caput* deste Artigo não seja convocada pelo Presidente do Conselho de Administração no prazo estabelecido, a mesma poderá ser convocada por qualquer acionista da Companhia.

**Parágrafo 2º** - O novo Conselho de Administração eleito na Assembleia Geral Extraordinária referida no *caput* e no Parágrafo 1º deste Artigo deverá sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado no menor prazo possível ou em novo prazo concedido pela BM&FBOVESPA para esse fim, o que for menor.

**Artigo 47** - A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo valor econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 48 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

**Parágrafo 1º** - O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput* deste artigo.

**Parágrafo 2º** - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída da Companhia do Novo Mercado, referida no *caput*, decorrer de deliberação da Assembleia Geral, a oferta pública de aquisição de ações referida no *caput* deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado.

**Parágrafo 3º** - Caso o descumprimento mencionado no *caput* deste Artigo decorra de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o

descumprimento das obrigações constantes do regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.

**Parágrafo 4º** - Caso a Assembleia Geral mencionada no Parágrafo 3º acima delibere pela a saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia Geral, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

**Artigo 48** - O laudo de avaliação de que tratam os Artigos 43, 44 e 47 deste Estatuto Social deverá ser elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independente do poder de decisão da Companhia, seus Administradores e Controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do Parágrafo 1º do Artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações e conter a responsabilidade prevista no Parágrafo 6º do mesmo Artigo 8º.

**Parágrafo 1º** - A escolha da empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada por maioria absoluta dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação presentes na Assembleia Geral que (i) se instalada em primeira convocação deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total das ações em circulação; ou (ii) se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes de ações em circulação.

**Parágrafo 2º** - Os custos de elaboração do laudo de avaliação exigido deverão ser suportados integralmente pelos responsáveis pela efetivação da oferta pública de aquisição das ações, conforme o caso.

**Artigo 49** - É facultada a formulação de uma única OPA, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo VII, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de OPA e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

**Artigo 50** - Os acionistas responsáveis pela realização da OPA prevista neste Capítulo VII, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista ou terceiro e, no caso de cancelamento do registro de companhia aberta, pela Companhia. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se exime da obrigação de realizar a OPA até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.

## **CAPÍTULO VIII DO JUÍZO ARBITRAL**

**Artigo 51** - A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação no

Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem estabelecido pela Câmara de Arbitragem do Mercado e do Regulamento de Sanções.

**Parágrafo 1º** - O tribunal arbitral será composto por 3 (três) árbitros, nomeados nos termos do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

**Parágrafo 2º** - A sede da arbitragem será o Município de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. A língua da arbitragem será o português. A arbitragem será processada e julgada de acordo com o Direito brasileiro.

**Parágrafo 3º** - Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas cautelares e de urgência pelas partes, antes de constituído o tribunal arbitral, poderá ser remetido ao Poder Judiciário. A partir da constituição do tribunal arbitral, todas as medidas cautelares ou de urgência deverão ser pleiteadas diretamente a este, ficando este desde já autorizado a manter, revogar ou modificar as medidas cautelares e de urgência anteriormente requeridas ao Poder Judiciário.

## **CAPÍTULO IX DA LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA**

**Artigo 52** - A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.

## **CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Artigo 53** - Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações, observado o disposto no Regulamento do Novo Mercado.

**Artigo 54** - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais.



## **Deliberações Societárias Sobre a Emissão e a Oferta**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**LOJAS RENNER S.A.**  
**CNPJ/MF N.º 92.754.738/0001-62**  
**NIRE 43300004848**  
**Companhia Aberta de Capital Autorizado**

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2012**

**DATA, HORA E LOCAL:** Aos 11 (onze) dias do mês junho de 2012, às 11h00min, por teleconferência, nos termos do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia.

**PRESENCAS:** Presentes todos os membros do Conselho de Administração da Lojas Renner S.A. ("Companhia" ou "Emissora") com sede a Avenida Joaquim Porto Villanova, n.º 401, Bairro Jardim Carvalho, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP: 91410-400.

**COMPOSIÇÃO DA MESA:** Sr. Claudio Thomaz Lobo Sonder - Presidente; Sra. Cristiane Almeida de Souza Cé - Secretária.

**ORDEM DO DIA:** Exame, discussão e votação de proposta de emissão de 30.000 (trinta mil) debêntures simples da 5ª (quinta) emissão da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), que serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação, nos termos da Instrução n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e de acordo com a Instrução n.º 480 da CVM, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), especificamente o seu artigo 34, que trata dos EGEM, o Código de Auto-Regulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código ANBIMA") e os demais normativos aplicáveis.

**DELIBERAÇÕES:** Examinadas e debatidas as matérias constantes da Ordem do Dia, foi deliberada, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, nos termos do artigo 59, parágrafo 1º, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e do artigo 20, inciso XVIII do Estatuto Social da Companhia, a aprovação da 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries, para distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação, nos termos da Instrução CVM 400 ("Emissão" e "Oferta", respectivamente), a qual terá as seguintes características e condições:

- (a) **Número da Emissão:** a presente Emissão representa a 5ª (quinta) emissão de debêntures da Emissora.
- (b) **Quantidade e Valor Total:** Serão emitidas 30.000 (trinta mil) Debêntures, perfazendo o montante total da Emissão de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida a seguir), observado que tal montante pode ser aumentado em função do exercício da Opção de Debêntures Adicionais e/ou da Opção do Lote Suplementar (conforme definidas a seguir);
- (c) **Quantidade de Debêntures e Número de Séries:** a Emissão será realizada em até duas séries. Serão emitidas 30.000 (trinta mil) Debêntures, sendo que a quantidade de

Debêntures a ser alocada em cada série ("Debêntures da 1ª Série" e "Debêntures da 2ª Série", respectivamente) será definida de comum acordo entre a Emissora, o Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA" ou "Coordenador Líder") e a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., ("HSBC" e em conjunto com o Coordenador Líder os "Coordenadores"), que atuarão na qualidade de coordenadores da Oferta, conforme a demanda pelas Debêntures apurada por meio de procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding"). A alocação das Debêntures entre as séries será definida após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorrerá no sistema de vasos comunicantes ("Sistema de Vasos Comunicantes"), sendo certo que a quantidade de Debêntures de uma das séries deverá ser abatida da quantidade de Debêntures total da Emissão, definindo, portanto, a quantidade de Debêntures a ser alocada na outra série.

- (d) **Debêntures Adicionais e Lote Suplementar:** Para atender a um eventual excesso de demanda, a quantidade de Debêntures poderá ser aumentada, a critério da Emissora, em comum acordo com os Coordenadores, em até 6.000 (seis mil) Debêntures, correspondentes a até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade de Debêntures originalmente oferecida, excluída eventual Opção de Lote Suplementar (conforme definida a seguir), nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400 ("Debêntures Adicionais" e "Opção de Debêntures Adicionais", respectivamente). Sem prejuízo das Debêntures Adicionais, a Emissora poderá conceder aos Coordenadores opção para distribuição de lote suplementar de até 4.500 (quatro mil e quinhentas) Debêntures, correspondentes a até 15% (quinze por cento) da quantidade de Debêntures originalmente oferecida ("Debêntures do Lote Suplementar") nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400 ("Opção de Lote Suplementar"). A Opção de Debêntures Adicionais e/ou da Opção de Lote Suplementar observará as mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas e poderão ser exercidas até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* na 1ª Série e/ou na 2ª Série, em sistema de vasos comunicantes, de acordo com a demanda apurada no Procedimento de *Bookbuilding*. Caso venham a ser emitidas, as Debêntures do Lote Suplementar e/ou Debêntures Adicionais, as mesmas serão colocadas em regime de melhores esforços, com a intermediação dos Coordenadores;
- (e) **Data de Emissão:** para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de junho de 2012 ("Data de Emissão");
- (f) **Valor Nominal Unitário:** o valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário");
- (g) **Atualização Monetária:** o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série não será atualizado. O saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures da 2ª Série será atualizado a partir da Data de Emissão, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ("IPCA" e "Atualização Monetária das Debêntures da 2ª Série"). O produto da Atualização Monetária da 2ª Série automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série ("Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série"), nos termos da Escritura Particular da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, em Regime de Garantia Firme de Distribuição, das Lojas Renner S.A. ("Escritura de Emissão");

- (h) **Classe, forma e comprovação de titularidade:** as Debêntures terão a forma escritural, nominativa, sem a emissão de cautela ou certificados representativos de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pela instituição depositária. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato em nome do Debenturista, emitido pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), quando as Debêntures estiverem depositadas no SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”) e o extrato em nome do Debenturista emitido pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), quando as Debêntures estiverem depositadas na BM&FBOVESPA, conforme aplicável;
- (i) **Espécie:** as Debêntures são da espécie quirografária e não conferirão qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, bem como não será segregado nenhum dos bens da Emissora em particular para garantir os Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures;
- (j) **Destinação dos Recursos:** os recursos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão destinados à otimização da estrutura de capital da Emissora;
- (k) **Prazo e Data de Vencimento:** o prazo de vencimento das Debêntures da 1ª Série será de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2018 (“Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série”), data em que será pago o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ainda não amortizado, bem como o valor remanescente da Remuneração das Debêntures da 1ª Série (conforme definido a seguir) em moeda corrente nacional, nos termos do item (r) desta Ata. O prazo de vencimento das Debêntures da 2ª Série será de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2019 (“Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série”), data em que será pago o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série ainda não amortizado, bem como o valor remanescente da Remuneração das Debêntures da 2ª Série (conforme definido a seguir) em moeda corrente nacional, nos termos do item (s) desta Ata;
- (l) **Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal:** sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série, nos termos previstos abaixo, o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será amortizado conforme a tabela a seguir:

Data da Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário na Data de Emissão das Debêntures da 1ª Série a ser Amortizado	Valor por Debênture da 1ª Série a ser amortizado (em R\$)
15 de junho de 2016	33,3333%	R\$ 3.333,33
15 de junho de 2017	33,3333%	R\$ 3.333,33
15 de junho de 2018	33,3334%	R\$ 3.333,34

O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série será amortizado conforme a tabela a seguir (“Amortização da 2ª Série”):



Data da Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário na Data de Emissão das Debêntures da 2ª Série a ser Amortizado	Valor por Debênture da 2ª Série a ser amortizado (em R\$)
15 de junho de 2017	33,3333%	R\$ 3.333,33
15 de junho de 2018	33,3333%	R\$ 3.333,33
15 de junho de 2019	33,3334%	R\$ 3.333,34

- (m) **Registro para Distribuição e Negociação nos Mercados Primário e Secundário:** as Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e para negociação no mercado secundário, respectivamente: (i) por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”) e do SND, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a distribuição e negociação liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) por meio do DDA - Sistema de Distribuição de Ativos (“DDA”) e do sistema de negociação da BM&FBOVESPA (“Sistema de Negociação da BM&FBOVESPA”), ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA, sendo as Debêntures liquidadas financeiramente e custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA.
- (n) **Integralização:** a integralização das Debêntures será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição, abaixo definido;
- (o) **Preço de Subscrição:** as Debêntures serão subscritas no mercado primário por seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, ou da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização;
- (p) **Oferta de Resgate Antecipado:** A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures endereçada a todos os titulares de Debêntures, sem distinção, sendo assegurado a todos os titulares de Debêntures igualdade de condições para aceitar ou não a oferta de resgate antecipado das Debêntures de sua titularidade (“Oferta de Resgate Antecipado”), nos termos da Escritura de Emissão;
- (q) **Aquisição Facultativa:** a Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, nos termos da Lei das S.A. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas a qualquer momento, permanecer em tesouraria da Emissora, ou ser colocadas novamente no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em circulação, observadas as características de sua respectiva série;
- (r) **Remuneração das Debêntures da 1ª Série:** sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a um determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de

*Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 1,05% (um inteiro e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Sobretaxa das Debêntures da 1ª Série", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração das Debêntures da 1ª Série"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, nos termos da Escritura de Emissão;

- (s) **Remuneração das Debêntures da 2ª Série:** Sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série incidirão juros prefixados, correspondentes a um percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, limitado a taxa máxima de 6,20% (seis inteiros e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento ("Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com a Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série, "Remuneração das Debêntures da Segunda Série", e a Remuneração das Debêntures da Segunda Série, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série, "Remuneração das Debêntures").
- (t) **Datas de Pagamento da Remuneração:** o pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série será feito semestralmente, a partir da Data de Emissão, nos dias 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano, em parcelas sucessivas, iniciando-se em 15 de dezembro de 2012 e finalizando na Data de Vencimento da 1ª Série. O pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série será feito anualmente a partir da Data de Emissão, nos dias 15 de junho de cada ano, em parcela sucessivas, iniciando-se em 15 de junho de 2013 e finalizando na Data de Vencimento da 2ª Série.
- (u) **Repactuação:** as Debêntures não estarão sujeitas a repactuação;
- (v) **Vencimento Antecipado:** as obrigações da Emissora constantes dos instrumentos relacionados à Emissão poderão ser declaradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, na ocorrência dos eventos estabelecidos abaixo ("Eventos de Vencimento Antecipado");
- i. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 1 (um) dia útil de seu vencimento;
  - ii. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada à Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 7 (sete) dias úteis contados da data de recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Emissora, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
  - iii. ocorrência de (i) extinção, liquidação, dissolução ou insolvência da Emissora; (ii) pedido de recuperação judicial feito pela Emissora; (iii) propositura, pela Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores; (iv) pedido de autofalência da Emissora; (v)

pedido de falência da Emissora não elidido no prazo legal; ou (vi) decretação de falência da Emissora;

- iv. ocorrência de (i) extinção, liquidação ou dissolução de qualquer das controladas da Emissora, exceto se (i.1) houver publicação pela agência classificadora de risco de relatório de classificação de risco das Debêntures atualizado e contemplando o fato em até 30 (trinta) dias corridos da ocorrência do evento, sem prejuízo do disposto no item (xx) abaixo ou (i.2) tal extinção, liquidação ou dissolução for realizada por meio de incorporação da referida controlada pela Emissora; (ii) insolvência de qualquer das controladas da Emissora; (iii) pedido de recuperação judicial feito por qualquer das controladas da Emissora; (iv) propositura, por qualquer das controladas da Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores; (v) pedido de autofalência de qualquer das controladas da Emissora, (vi) pedido de falência de qualquer das controladas da Emissora não elidido no prazo legal; ou (vii) decretação de falência de qualquer das controladas da Emissora;
- v. protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou qualquer de suas controladas cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), e por cujo pagamento a Emissora seja responsável, salvo se no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data de sua ocorrência for comprovado, pela Emissora, que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) o protesto foi sustado ou cancelado, ou ainda; (iii) o protesto foi objeto de medida judicial que o tenha suspenso;
- vi. vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora ou de qualquer controlada da Emissora em relação a terceiros, em valor, individual ou agregado, superior a R\$ R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), ou equivalente em outras moedas;
- vii. não pagamento, na respectiva data de vencimento, de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora ou de qualquer controlada da Emissora em relação a terceiros, em valor, individual ou agregado, superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou equivalente em outras moedas, salvo se no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data de sua ocorrência (i) for comprovado, pela Emissora, que o inadimplemento ocorreu indevidamente; (ii) for sanado pela Emissora ou por qualquer controlada da Emissora; ou (iii) sejam suspensos os efeitos do inadimplemento por meio de qualquer medida judicial ou arbitral;
- viii. não atendimento, pela Emissora, de qualquer dos índices e limites financeiros relacionados a seguir ("Índices Financeiros"), a serem verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) dias úteis contados da disponibilização das Informações Trimestrais - ITR e/ou das Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP apresentadas pela Emissora à CVM, sendo que a primeira verificação para fins deste subitem ocorrerá com relação ao terceiro trimestre de 2012:

(i) Dívida Líquida Consolidada / EBITDA a ser estabelecido na Escritura de Emissão;

6 *GH*



(ii) EBITDA / Resultado Financeiro Líquido Consolidado a ser Estabelecido na Escritura de Emissão;

- ix. comprovação de inveracidade, insuficiência, incorreção ou inconsistência de qualquer declaração feita pela Emissora na Escritura de Emissão, no contrato de distribuição, ou de qualquer informação constante do prospecto preliminar da Emissão e/ou do prospecto definitivo da Emissão, na data em que foram prestadas, que afete de forma relevante e adversa as Debêntures;
- x. pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra forma de pagamento aos seus acionistas, tal como participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas na Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das S.A.;
- xi. não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora ou qualquer controlada da Emissora, em valor unitário ou agregado, na data da referida decisão, igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou o seu valor correspondente em outras moedas, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data estipulada para pagamento;
- xii. não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, necessárias para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas que impactem, comprovadamente de maneira significativa as condições econômicas, financeiras e/ou operacionais da Emissora, exceto se, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
- xiii. recompra de ações, no caso da Emissora estar inadimplente com suas obrigações pecuniárias descritas na Escritura de Emissão, sem prejuízo do disposto no item "i" acima;
- xiv. transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das S.A.;
- xv. realização de redução de capital social da Emissora por seus acionistas com outra finalidade que não a absorção de prejuízos, após a data de registro da Emissão junto à CVM, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas;
- xvi. se as obrigações de pagar da Emissora previstas na Escritura de Emissão deixarem de concorrer, no mínimo, em condições *pari passu* com as demais dívidas quirografárias da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal;
- xvii. cisão, fusão ou incorporação da Emissora, sem a prévia e expressa anuência de Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por

cento) das Debêntures em circulação, reunidos em assembleia especialmente convocada para esse fim, exceto se referida cisão, fusão ou incorporação não implicar em redução da classificação de risco da Emissão ou da Emissora, quando comparada à classificação de risco existente na data imediatamente anterior à data de publicação do fato relevante referente à respectiva aprovação;

- xviii. alteração ou modificação relevante do objeto social da Emissora, de maneira que altere substancialmente as atividades atualmente praticadas e o ramo de negócios atualmente explorados pela Emissora;
- xix. descumprimento de qualquer decisão administrativa ou governamental contra a qual não seja obtido efeito suspensivo dentro do prazo regulamentar para tal obtenção, e que possa, comprovadamente, impactar de maneira significativa as condições econômicas, financeiras e/ou operacionais da Emissora; ou
- xx. redução da classificação de risco da Emissão ou da Emissora em duas notas quando comparadas à classificação de risco da época da Emissão.

A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (i), (iii), (v), (vi), (vii), (x), (xi), (xiii), (xiv), (xvi) e (xvii), deste item, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures sendo que o agente fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, nos termos da Escritura da Emissão. Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas demais alíneas do item (v) acima, o agente fiduciário deverá convocar uma assembleia geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos dispostos na Escritura de Emissão.

**(w) Local de Pagamento:** os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento, utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; (ii) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures registradas no Sistema de Negociação BM&FBOVESPA; e/ou (iii) por meio da Instituição Depositária, conforme definido adiante, para as Debêntures que não estiverem custodiadas no SND e no Sistema de Negociação BM&FBOVESPA.

**(x) Colocação:** As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Instrução CVM 400, sob regime de garantia firme de colocação, nos termos do contrato de distribuição a ser firmado com os Coordenadores.

**(y) Delegação de Poderes à Diretoria da Companhia:** fica a Diretoria da Companhia autorizada a:

- (i) contratar os Coordenadores para realizar a colocação pública das Debêntures junto aos investidores;
- (ii) contratar os prestadores de serviços da Emissão, tais como, banco mandatário, agente escriturador, agente fiduciário, auditores, assessores legais e agência classificadora de risco;

(iii) aprovar a remuneração das Debêntures bem como a quantidade de Debêntures de cada série, de acordo com a demanda pelas Debêntures apurada por meio do Procedimento de *Bookbuilding*, observados os limites de remuneração estabelecidos nos itens (r) e (s) acima; e

(iv) celebrar todos os documentos e praticar todos os atos necessários à efetivação da Emissão.

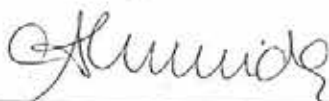
**ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião e lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada pelos presentes.

**Presidente:** Sr. Claudio Thomaz Lobo Sonder; **Secretária:** Sra. Cristiane Almeida de Souza Cé.

**Membros do Conselho de Administração:** Claudio Thomaz Lobo Sonder, Egon Handel, José Galló, Pedro Pezzi Eberle, Deborah Patricia Wright, Flavia Buarque de Almeida, José Carlos Hruby e Osvaldo Burgos Schirmer.

Confere com a ata original lavrada em livro próprio.

Porto Alegre, 11 de junho de 2012.



**Cristiane Almeida de Souza Cé**  
Secretária  
OAB/RS: 56.638

JUCERGS

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 12/06/2012 SOB Nº: 3640798  
Protocolo: 12/174366-7, DE 11/06/2012  
Empresa: 43 3 0000484 8  
DUVAS RENNER S/A



JOSÉ TADEU JACOBY  
SECRETÁRIO-GERAL

JUCERGS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

### **Escritura de Emissão e Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

**ESCRITURA PARTICULAR DA QUINTA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ DUAS SÉRIES, EM  
REGIME DE GARANTIA FIRME DE DISTRIBUIÇÃO, DA LOJAS RENNER S.A.**

*celebrada entre*

**LOJAS RENNER S.A.**

*como Emissora;*

**E**

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

*como Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas*

DATA  
20 DE JUNHO DE 2012

---



**ESCRITURA PARTICULAR DA QUINTA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ DUAS SÉRIES, EM REGIME DE GARANTIA FIRME DE DISTRIBUIÇÃO, DA LOJAS RENNER S.A.**

Pelo presente instrumento particular:

- (i) **LOJAS RENNER S.A.**, sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Joaquim Porto Villanova, nº 401, Bairro Jardim Carvalho, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 92.754.738/0001-62, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Companhia" ou "Emissora"); e
- (ii) **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, na qualidade de representante da comunhão dos titulares das debêntures, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos debenturistas da 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries, em regime de garantia firme da Emissora ("Debenturistas da Primeira Série" e "Debenturistas da Segunda Série" e, em conjunto, "Debenturistas");

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte".

vêm por esta e na melhor forma de direito, firmar a presente "Escritura Particular da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, em regime de garantia firme de distribuição, da Lojas Renner S.A." ("Escritura"), contendo as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I**  
**AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura é firmada com base na deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 11 de junho de 2012 ("RCA"), na qual foi deliberada a aprovação da Emissão das Debêntures, bem como seus termos e condições, em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.").





## CLÁUSULA II REQUISITOS

A quinta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries, da Emissora ("Debêntures"), para distribuição pública sob o regime de garantia firme de distribuição ("Emissão" ou "Oferta"), será feita com a observância dos seguintes requisitos:

### 2.1. Arquivamento e Publicação da Deliberação Societária

2.1.1. A ata de RCA da Emissora que deliberou sobre a presente Emissão foi registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul ("JUCERGS") em 12 de junho de 2012, sob o nº 3640798 e foi publicada no "Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul" ("DOERGS") e no "Jornal do Comércio de Porto Alegre" em 19 de junho de 2012, em conformidade com o artigo 62, inciso I, da Lei das S.A.

2.1.2. Os atos societários relacionados à Emissão que eventualmente venham a ser praticados após o registro da presente Escritura também serão arquivados na JUCERGS e publicados pela Emissora no DOERGS e no "Jornal do Comércio de Porto Alegre", conforme legislação em vigor.

### 2.2. Arquivamento da Escritura

2.2.1. A Escritura e seus aditamentos deverão ser arquivados na JUCERGS, de acordo com o disposto no inciso II do artigo 62 e seu parágrafo 3º da Lei das S.A., sendo que o protocolo na JUCERGS deverá ser feito em até 5 (cinco) dias contados de sua respectiva assinatura.

2.2.2. Esta Escritura será objeto de aditamento para refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo), de modo a especificar (i) o número de séries; (ii) a quantidade de Debêntures a ser emitida em cada série; (iii) as taxas finais aplicáveis às Debêntures ("Aditamento").

### 2.3. Registro na CVM

2.3.1. A Emissão deverá ser registrada na CVM, na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei das S.A. e nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), observado especialmente o procedimento de concessão automática de registro de oferta pública de distribuição de valores mobiliários emitidos por emissoras com grande exposição ao mercado, conforme o disposto nos artigos 6º-A e 6º-B, bem como das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.



## **2.4. Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais**

2.4.1. A Emissão será registrada na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”), no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do artigo 25 do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” (“Código ANBIMA”).

## **2.5. Registro para Distribuição e Negociação nos Mercados Primário e Secundário**

2.5.1. As Debêntures da presente Emissão serão registradas para distribuição no mercado primário e para negociação no mercado secundário, respectivamente: (i) por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”) e do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição e negociação liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) por meio do DDA - Sistema de Distribuição de Ativos (“DDA”) e do sistema de negociação da BM&FBOVESPA (“Sistema de Negociação da BM&FBOVESPA”) (“Sistema de Negociação da BM&FBOVESPA”), ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), sendo as Debêntures liquidadas financeiramente e custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA.

### **CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO COMUNS ÀS DUAS SÉRIES**

As Debêntures desta Emissão terão as seguintes características e condições:

#### **3.1. Número da Emissão e Valor Total**

3.1.1. A presente Escritura representa a 5ª (quinta) emissão pública de debêntures da Emissora. O valor total da Emissão é de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida na Cláusula 3.7 abaixo, observado que tal montante pode ser aumentado em função do exercício da Opção de Debêntures Adicionais e/ou da Opção do Lote Suplementar, conforme definidas na Cláusula 3.3.2 desta Escritura.

#### **3.2. Valor Nominal Unitário**

3.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

#### **3.3. Quantidade de Debêntures e Número de Séries**

3.3.1. A Emissão será realizada em até duas séries. Serão emitidas 30.000 (trinta mil) Debêntures, sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série



("Debêntures da Primeira Série" e "Debêntures da Segunda Série", respectivamente, e em conjunto "Debêntures") será definida conforme a demanda pelas Debêntures apurada por meio de procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de *Bookbuilding*"). A alocação das Debêntures entre as séries será definida após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorrerá no sistema de vasos comunicantes ("Sistema de Vasos Comunicantes"), sendo certo que a quantidade de Debêntures de uma das séries deverá ser abatida da quantidade de Debêntures total da Emissão, definindo, portanto, a quantidade de Debêntures a ser alocada na outra série. Qualquer uma das séries poderá não ser emitida, hipótese em que a totalidade das Debêntures será emitida em série única, a depender do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*.

3.3.2. Para atender a um eventual excesso de demanda, a Emissora poderá conceder aos Coordenadores opção para distribuição de lote suplementar de até 4.500 (quatro mil e quinhentas) Debêntures, correspondentes a até 15% (quinze por cento) da quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, excluída eventual Opção de Debêntures Adicionais, conforme definido abaixo ("Debêntures do Lote Suplementar"), nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400 ("Opção de Lote Suplementar"). Sem prejuízo das Debêntures do Lote Suplementar, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada poderá, ainda, ser aumentada, a critério da Emissora, em comum acordo com os Coordenadores, em até 6.000 (seis mil) Debêntures, correspondentes a até 20% (vinte por cento) da quantidade de Debêntures inicialmente ofertada ("Debêntures Adicionais"), nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400 ("Opção de Debêntures Adicionais"). A Opção de Debêntures Adicionais e/ou da Opção de Lote Suplementar observará as mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas.

### 3.4. Forma e Comprovação de Titularidade

3.4.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados representativos das Debêntures.

3.4.2. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador (conforme abaixo definida). Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato em nome do Debenturista, emitido pela CETIP, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no SND e o extrato em nome do Debenturista emitido pela BM&FBOVESPA, quando as Debêntures estiverem depositadas na BM&FBOVESPA, conforme aplicável.

### 3.5. Conversibilidade

3.5.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

### 3.6. Espécie

3.6.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, não conferindo qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, e sem qualquer segregação de bens da Emissora em



particular para garantir os Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e desta Escritura.

### 3.7. Data de Emissão

3.7.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de junho de 2012 ("Data de Emissão").

### 3.8. Colocação das Debêntures

3.8.1. As Debêntures inicialmente ofertadas serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme de distribuição, com a intermediação do Banco Itaú BBA S.A., na qualidade de instituição intermediária líder ("Coordenador Líder" ou "Itaú BBA") e do HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("HSBC" e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores"), no valor de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, da Quinta Emissão da Lojas Renner S.A. ("Contrato de Distribuição"). Caso venham a ser emitidas, as Debêntures do Lote Suplementar e/ou Debêntures Adicionais serão colocadas em regime de melhores esforços de colocação.

3.8.2. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso a Oferta não atinja excesso de demanda superior em um terço à quantidade de valores mobiliários ofertada, será permitida a participação de investidores que sejam (a) controladores, pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo econômico da Emissora, ou administradores da Emissora; (b) controladores ou administradores dos coordenadores; (c) outras pessoas vinculadas à Oferta; e (d) os cônjuges ou companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nos itens (a), (b) ou (c) ("Pessoas Vinculadas"). Em caso de excesso de demanda superior em um terço à quantidade de valores mobiliários ofertada, não será permitida a participação de Pessoas Vinculadas. A vedação de colocação de Pessoas Vinculadas não se aplica às instituições financeiras contratadas como formador de mercado, desde que o direito de subscrever e a quantidade máxima de valores mobiliários a ser subscrita, se houver tal limitação, estejam divulgados nos Prospectos da Oferta.

### 3.9. Preço de Subscrição

3.9.1. As Debêntures serão subscritas no mercado primário por seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, ou da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização ("Preço de Subscrição").

### 3.10. Integralização

3.10.1. A integralização das Debêntures será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição.



### **3.11. Local de Pagamento**

3.11.1. Observado o previsto na Cláusula 3.13 desta Escritura, os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento, utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; (ii) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures registradas no Sistema de Negociação BM&FBOVESPA; e/ou (iii) por meio do Agente Escriurador, conforme definido adiante, para as Debêntures que não estiverem custodiadas no SND e no Sistema de Negociação BM&FBOVESPA.

### **3.12. Imunidade dos Debenturistas**

3.12.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, conforme definido adiante, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária julgada apropriada pelo Banco Mandatário, conforme definido adiante, sob pena de ter descontados da Remuneração das Debêntures, conforme definida abaixo, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

3.12.2. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 3.12.1 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal, ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Mandatário ou pela Emissora.

### **3.13. Prorrogação dos Prazos**

3.13.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP ou da BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

### **3.14. Encargos Moratórios**

3.14.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures (conforme abaixo definida), ocorrendo atraso no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro*



*rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

### **3.15. Decadência do Direito aos Acréscimos**

3.15.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento da obrigação pecuniária.

### **3.16. Publicidade**

3.16.1. Todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver os interesses dos Debenturistas serão obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no “Jornal do Comércio de Porto Alegre”, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – internet ([www.lojasrenner.com.br/ri](http://www.lojasrenner.com.br/ri)).

### **3.17. Destinação dos Recursos**

3.17.1. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Oferta serão destinados à otimização da estrutura do capital da Emissora.

### **3.18. Repactuação**

3.18.1. As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação.

### **3.19. Banco Mandatário e Agente Escriturador**

3.19.1. O Itaú Corretora de Valores S.A., é o responsável pela escrituração das Debêntures, sendo o banco mandatário das Debêntures o Itaú Unibanco S.A. (“Agente Escriturador” e “Banco Mandatário”, respectivamente, cujas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder a Instituição Depositária e o Banco Mandatário na prestação dos serviços previstos nesta Escritura).

### **3.20. Período de Capitalização.**

3.20.1. Define-se “Período de Capitalização” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data da Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures, ou na data do efetivo pagamento Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme aplicável para cada série, no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures, e termina na data do efetivo pagamento de Remuneração das Debêntures correspondente ao período em questão, conforme aplicável para cada série. Cada Período de Capitalização das Debêntures sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento das Debêntures.



**CLÁUSULA IV**  
**CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**  
**APLICÁVEIS ÀS DEBÊNTURES DA PRIMEIRA SÉRIE**

**4.1 Remuneração das Debêntures da Primeira Série**

4.1.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado monetariamente. Sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a um determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 1,05% (um inteiro e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Sobretaxa das Debêntures da Primeira Série", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração das Debêntures da Primeira Série"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNb \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

onde:

J = Valor unitário da Remuneração das Debêntures da Primeira Série devida ao final do Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNb = Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido do *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator Juros} = \text{Fator DI} \times \text{Fator Spread}$$

Fator DI = Produtório dos fatores das Taxas DI da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data do término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n/d} [1 + (TDI_k)]$$



onde:

$n$  = Número total de Taxas DI, sendo “ $n$ ” um número inteiro;

$k$  = número de ordem dos fatores das Taxas DI, variando de 1 a “ $n$ ”;

$TDI_k$  = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

arredondamento, apurada da seguinte forma:

onde:

$DI_k$  = Taxa DI, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

onde:

spread = a ser apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, observado a taxa máxima de 1,05 (um inteiro e cinco centésimos);

$n$  = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, e a data atual, exclusive, sendo “ $n$ ” um número inteiro.

Observações:

- (a) O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (b) Efetua-se o produtório dos fatores  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (c) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator





DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

- (d) O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais com arredondamento.

4.1.2. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.1.3. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Primeira Série, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.1.4. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ("AGD da Primeira Série") (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das S.A. e nesta Escritura, conforme definida na Cláusula X), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva das Debêntures da Primeira Série"). A AGD da Primeira Série será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação deste novo parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada.

4.1.5. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD da Primeira Série, a referida AGD da Primeira Série não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures da Primeira Série, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Primeira Série.

4.1.6. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva das Debêntures da Primeira Série entre a Emissora e Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 2 (dois) dias, contados a partir da data da realização da respectiva AGD da Primeira Série, qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures da Primeira Série, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da



realização da respectiva AGD da Primeira Série, pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado nos termos desta Escritura, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série devida até a data do efetivo resgate e consequente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série aplicável às Debêntures da Primeira Série a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência da Taxa DI será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada; ou

- (b) a Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures da Primeira Série em Circulação, não excedendo o prazo de vencimento final e o prazo médio de amortização das Debêntures da Primeira Série. Durante o prazo de amortização das Debêntures da Primeira Série pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série continuará sendo a estabelecida nesta Cláusula 4.1, observado que, até a amortização integral das Debêntures da Primeira Série será utilizada a Taxa Substitutiva das Debêntures da Primeira Série. Caso a Taxa Substitutiva das Debêntures da Primeira Série seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

#### **4.2 Prazo e Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série**

4.2.1. O prazo de vencimento das Debêntures da Primeira Série será de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 15 de junho de 2018 ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série"), data em que será devida a totalidade do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ainda não amortizado, juntamente com a última parcela da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, em moeda corrente nacional.

#### **4.3 Amortização das Debêntures da Primeira Série**

4.3.1 Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série, nos termos previstos abaixo, o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado conforme a tabela a seguir:

Data da Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado
15 de junho de 2016	33,3333%
15 de junho de 2017	33,3333%
15 de junho de 2018	33,3334%

#### **4.4 Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série**

4.4.1. O pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série será realizado semestralmente, sempre no dia 15 (quinze) do mês de junho e do mês de dezembro de cada

ano, em parcelas sucessivas, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de dezembro de 2012 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série.

**CLÁUSULA V**  
**CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**  
**APLICÁVEIS ÀS DEBÊNTURES DA SEGUNDA SÉRIE**

**5.1. Atualização Monetária e Remuneração das Debêntures da Segunda Série**

5.1.1. A partir da Data de Emissão, as Debêntures da Segunda Série farão jus à seguinte remuneração, composta pela Atualização Monetária da Segunda Série (conforme definida na Cláusula 5.1.2. abaixo) e pelos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série (conforme definida na Cláusula 5.1.3 abaixo):

**5.1.2. Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série**

5.1.2.1 O saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série será atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ("IPCA" e "Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série", respectivamente). O produto da Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série será automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ("Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série"), segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

*VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;*

*VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (valor nominal unitário remanescente após amortização de principal, incorporação, atualização monetária a cada período, ou pagamento da atualização monetária, se houver), informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;*



$C$  = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

Onde:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

$n$  = número total de índices considerados na Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série, sendo "n" um número inteiro;

$NI_k$  = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Segunda Série após a data de aniversário, o " $NI_k$ " corresponderá ao valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

$NI_{k-1}$  = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

$dup$  = número de dias úteis entre Data de Emissão ou a última data de aniversário das Debêntures da Segunda Série e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do IPCA, sendo "dup" um número inteiro;

$dut$  = número de dias úteis contidos entre a última data de aniversário e a próxima data de aniversário das Debêntures da Segunda Série, sendo "dut" um número inteiro.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

Caso no mês de atualização o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizado o último número-índice disponível do índice de preços em questão.

i. O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo;

ii. Considera-se "data de aniversário" todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja dia útil, o primeiro dia útil subsequente;

iii. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas das Debêntures da Segunda Série;

iv. O fator resultante da expressão:  $\left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$  é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

v. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesseis)

*casas decimais, sem arredondamento;*

vi. *Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do dia útil subsequente, apropriando o pro rata do último dia útil anterior.*

5.1.2.2 No caso de indisponibilidade temporária do IPCA quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura para as Debêntures da Segunda Série, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Segunda Série, quando da divulgação posterior do IPCA.

5.1.2.3 Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência do IPCA") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial, o IPCA deverá ser substituído pelo seu substituto legal ou, no caso de inexistir substituto legal para o IPCA, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série ("AGD da Segunda Série"), (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das S.A. e nesta Escritura, conforme definida na Cláusula X), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva das Debêntures da Segunda Série"). A AGD da Segunda Série será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência do IPCA ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal do IPCA, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, a mesma taxa produzida pelo último IPCA divulgado.

5.1.2.4 Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da AGD da Segunda Série, a referida AGD da Segunda Série não será mais realizada, e o IPCA a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo dos juros remuneratórios integrantes do cálculo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Segunda Série.

5.1.2.5. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva das Debêntures da Segunda Série entre a Emissora e Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 2 (dois) dias, contados a partir da data da realização da respectiva AGD da Segunda Série, qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, consequentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures da Segunda Série, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da





realização da respectiva AGD da Segunda Série, pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado não amortizado nos termos desta Escritura, acrescido da Remuneração das Debêntures da Segunda Série devida até a data do efetivo resgate e consequente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures da Segunda Série aplicável às Debêntures da Segunda Série a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência do IPCA será utilizada a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado; ou

- (b) a Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures da Segunda Série em Circulação, não excedendo o prazo de vencimento final e o prazo médio de amortização das Debêntures da Segunda Série. Durante o prazo de amortização das Debêntures da Segunda Série pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série continuará sendo a estabelecida nesta Cláusula 5.1, observado que, até a amortização integral das Debêntures da Segunda Série, será utilizada a Taxa Substitutiva das Debêntures da Segunda Série. Caso a Taxa Substitutiva das Debêntures da Segunda Série seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

### 5.1.3 Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série

5.1.3.1 Sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série incidirão juros prefixados, correspondentes a um percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, limitado a taxa máxima de 6,20% (seis inteiros e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento ("Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com a Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série, "Remuneração das Debêntures da Segunda Série", e a Remuneração das Debêntures da Segunda Série, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série, "Remuneração das Debêntures").

5.1.3.2 O cálculo da Remuneração das Debêntures da Segunda Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (\text{FatorJuros} - 1)$$

onde:

$J$  = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização das Debêntures da Segunda Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

*VNa* = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;  
*FatorJuros* = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left\{ \left( \frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{360}} \right\}$$

onde:

*taxa* = taxa a ser apurada em Procedimento de Bookbuilding, observado a taxa máxima de 6,20% (seis inteiros e vinte centésimos por cento)

*DP* = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou data do último pagamento de juros, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro

## 5.2. Prazo e Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série

5.2.1. O prazo de vencimento das Debêntures da Segunda Série será de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 15 de junho de 2019 ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série"), data em que será devida a totalidade do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série ainda não amortizado, juntamente com o valor da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, em moeda corrente nacional.

## 5.3. Amortização das Debêntures da Segunda Série

5.3.1 Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Segunda Série, nos termos previstos abaixo, o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série será amortizado conforme a tabela a seguir:

Data da Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado
15 de junho de 2017	33,3333%
15 de junho de 2018	33,3333%
15 de junho de 2019	33,3334%



#### **5.4. Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série**

5.4.1 O pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série será realizado anualmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15 (quinze) de junho de cada ano, em parcelas sucessivas, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de junho de 2013 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série.

### **CLÁUSULA VI NEGOCIAÇÃO DE DEBÊNTURES PELA EMISSORA**

#### **6.1. Aquisição Facultativa**

6.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2 abaixo, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das S.A., sendo que tal(is) aquisição(ões) poderá(ão) ser: (a) por valor superior ao Valor Nominal Unitário ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário, atualizado, no caso das Debêntures da Segunda Série, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data de vencimento do último Período de Capitalização, conforme aplicável, até a data da aquisição facultativa, desde que observe as regras expedidas pela CVM; ou (b) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário, atualizado, no caso das Debêntures da Segunda Série, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data de vencimento do último Período de Capitalização, conforme aplicável, até a data da aquisição facultativa, devendo tal(is) aquisição(ões) constar(em) do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora e essa Escritura aditada, (ii) permanecer em tesouraria, ou (iii) ser novamente colocadas no mercado.

6.1.2. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação, observadas as características de sua respectiva série.

#### **6.2. Resgate Antecipado Facultativo**

6.2.1. Não será permitido o resgate antecipado facultativo total ou parcial das Debêntures pela Emissora, com exceção ao disposto nas Cláusulas 4.1.6 e 5.1.2.5 acima.

#### **6.3. Oferta de Resgate Antecipado**

6.3.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures de qualquer uma das Séries, com o consequente cancelamento de tais Debêntures da Primeira e/ou da Segunda Série, endereçada a todos os titulares de Debêntures da(s) respectiva(s) Série(s), sem distinção, assegurado a todos os





Debenturistas da(s) respectiva(s) Série(s) igualdade de condições para aceitar ou não o resgate das Debêntures da Primeira e/ou da Segunda Série de que forem titulares, da seguinte forma ("Oferta de Resgate Antecipado"):

- I. a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 3.16 acima ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo (a) a(s) Série(s) objeto da Oferta de Resgate Antecipado; (b) se o resgate será total ou parcial, observadas, nesta hipótese, as regras previstas no item IV abaixo; (c) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (d) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas; (e) a forma de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado; (f) se a Oferta de Resgate Antecipada estará condicionada a aceitação de um percentual mínimo dos Debenturistas, e (g) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures;
- II. após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar nesse sentido ao Agente Fiduciário até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, findo o qual, a Emissora terá o prazo de 3 (três) dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data;
- III. a Emissora poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado à aceitação deste por um percentual mínimo de Debêntures, a ser definido e divulgado por meio do Edital de Oferta de Resgate Antecipado;
- IV. caso se verifique a adesão à Oferta de Resgate Antecipado parcial de Debenturistas representando um volume maior de Debêntures das que poderão ser resgatadas, com base no Edital de Oferta de Resgate Antecipado parcial, deverá ser realizado procedimento de sorteio, conforme previsto no artigo 55, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações; e
- V. o valor a ser pago aos Debenturistas a título da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo do Valor Nominal das Debêntures objeto do resgate, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, e no caso das Debêntures da Segunda Série, acrescido ainda da Atualização Monetária da Segunda Série, até a data do seu efetivo pagamento; e (b) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, prêmio de resgate esse que não poderá ser negativo.

6.3.2. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate antecipado parcial deverá ocorrer através de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP, observado que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalização do resgate

antecipado parcial, não haverá a necessidade de aditamento a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

6.3.3. Para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA o resgate antecipado parcial deverá ocorrer através de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da BM&FBOVESPA, observado que, caso a BM&FBOVESPA venha a implementar outra funcionalidade para operacionalização do resgate antecipado parcial, não haverá a necessidade de aditamento a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

6.3.4. A CETIP, a BM&FBOVESPA, o Banco Mandatário e o Agente Escriurador deverão ser comunicados através de correspondência da Emissora com o de acordo do Agente Fiduciário, da realização do resgate antecipado total, com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência.

## CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Observado o disposto nos itens 7.2 a 7.5 abaixo, as obrigações da Emissora constantes dos instrumentos relacionados à Emissão poderão ser declaradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, na ocorrência dos eventos estabelecidos abaixo ("Eventos de Vencimento Antecipado"):

- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 1 (um) dia útil de seu vencimento;
- (b) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada a esta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 7 (sete) dias úteis contados da data de recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Emissora, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- (c) ocorrência de (i) extinção, liquidação, dissolução ou insolvência da Emissora; (ii) pedido de recuperação judicial feito pela Emissora; (iii) propositura, pela Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores; (iv) pedido de aut falência da Emissora, (v) pedido de falência da Emissora não elidido no prazo legal; ou (vi) decretação de falência da Emissora;
- (d) ocorrência de (i) extinção, liquidação ou dissolução de qualquer das controladas da Emissora, exceto se (i.1) houver publicação pela agência classificadora de risco de relatório de classificação de risco das Debêntures atualizado e contemplando o fato em até 30 (trinta) dias da ocorrência do evento, sem prejuízo do disposto na alínea (t) abaixo ou (i.2) tal extinção, liquidação ou dissolução for realizada por meio de incorporação da referida controlada pela Emissora; (ii) insolvência de qualquer das



controladas da Emissora; (iii) pedido de recuperação judicial feito por qualquer das controladas da Emissora; (iv) propositura, por qualquer das controladas da Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores; (v) pedido de autofalência de qualquer das controladas da Emissora, (vi) pedido de falência de qualquer das controladas da Emissora não elidido no prazo legal; ou (vii) decretação de falência de qualquer das controladas da Emissora;

- (e) protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou qualquer de suas controladas cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), e por cujo pagamento a Emissora seja responsável, salvo se no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data de sua ocorrência for comprovado, pela Emissora, que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) o protesto foi sustado ou cancelado, ou ainda; (iii) o protesto foi objeto de medida judicial que o tenha suspenso;
- (f) vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora ou de qualquer controlada da Emissora em relação a terceiros, em valor, individual ou agregado, superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), ou equivalente em outras moedas;
- (g) não pagamento, na respectiva data de vencimento, de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora ou de qualquer controlada da Emissora em relação a terceiros, em valor, individual ou agregado, superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou equivalente em outras moedas, salvo se no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data de sua ocorrência (i) for comprovado, pela Emissora, que o inadimplemento ocorreu indevidamente; (ii) for sanado pela Emissora ou por qualquer controlada da Emissora, ou (iii) sejam suspensos os efeitos do inadimplemento por meio de qualquer medida judicial ou arbitral;
- (h) não atendimento, pela Emissora, de qualquer dos índices e limites financeiros relacionados a seguir ("Índices Financeiros"), a serem verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) dias úteis contados da disponibilização dos documentos descritos na cláusula 8.2 (a) (ii) abaixo, com base nas informações trimestrais constantes das Informações Trimestrais - ITR e/ou das Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP apresentadas pela Emissora à CVM, sendo que a primeira verificação para fins deste subitem ocorrerá com relação ao terceiro trimestre de 2012:
  - (a) Dívida Líquida Consolidada / EBITDA menor ou igual a 3,0 (três);
  - (b) EBITDA / Resultado Financeiro Líquido Consolidado maior ou igual a 2,0 (dois), ou menor que 0 (zero), sendo que neste último caso o EBITDA deverá ser maior que 0 (zero);

Para os efeitos do disposto na alínea "g" desta Cláusula 7.1, aplicar-se-ão as seguintes definições:



"Dívida Líquida Consolidada" significa o somatório de todas as dívidas consolidadas da Emissora perante pessoas físicas e/ou jurídicas, limitando-se a (i) empréstimos e financiamentos com terceiros, (ii) dívidas oriundas de quaisquer emissões de títulos de renda fixa, em circulação no mercado de capitais local e/ou internacional, (iii) saldo líquido de operações de derivativos (i.e., passivos menos ativos de operações com derivativos), e (iv) o saldo das quotas subordinadas emitidas pelo Fundo de investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner; menos (a) o saldo das quotas seniores de titularidade de terceiros emitidas pelo Fundo de investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner; (b) o numerário disponível em caixa da Emissora; (c) os saldos líquidos de contas correntes bancárias da Emissora; e (d) os saldos de aplicações financeiras da Emissora.

"EBITDA" significa o lucro líquido da Emissora, relativo aos últimos 12 (doze) meses, antes das despesas financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, depreciação, amortização, despesas com plano de opções de compra de ações, resultado das baixas de ativos fixos, participação estatutária e despesas extraordinárias.

"Resultado Financeiro Líquido Consolidado" significa os encargos de dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida Financeira Líquida acima e calculados pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses, em bases consolidadas.

- (i) comprovação de inveracidade, insuficiência, incorreção ou inconsistência de qualquer declaração feita pela Emissora na Escritura, no Contrato de Distribuição, ou de qualquer informação constante do prospecto preliminar da Emissão ("Prospecto Preliminar") e/ou do prospecto definitivo da Emissão ("Prospecto Definitivo", e em conjunto com o Prospecto Preliminar "Prospectos"), na data em que foram prestadas, que afete de forma relevante e adversa as Debêntures;
- (j) pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra forma de pagamento aos seus acionistas, tal como participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das S.A.;
- (k) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora ou qualquer controlada da Emissora, em valor unitário ou agregado, na data da referida decisão, igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou o seu valor correspondente em outras moedas, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data estipulada para pagamento;
- (l) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, necessárias para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas que impactem, comprovadamente de maneira significativa as condições econômicas, financeiras e/ou operacionais da Emissora,





exceto se, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;

- (m) recompra de ações, no caso da Emissora estar inadimplente com suas obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura, sem prejuízo do disposto na cláusula 7.1. (a) acima;
- (n) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das S.A;
- (o) realização de redução de capital social da Emissora por seus acionistas com outra finalidade que não a absorção de prejuízos, após a data de registro da Emissão junto à CVM, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas;
- (p) se as obrigações de pagar da Emissora previstas nesta Escritura deixarem de concorrer, no mínimo, em condições *pari passu* com as demais dívidas quirografárias da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal;
- (q) cisão, fusão ou incorporação da Emissora, sem a prévia e expressa anuência de Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em assembleia especialmente convocada para esse fim, exceto se referida cisão, fusão ou incorporação não implicar em redução da classificação de risco da Emissão ou da Emissora, quando comparada à classificação de risco existente na data imediatamente anterior à data de publicação do fato relevante referente à respectiva aprovação;
- (r) alteração ou modificação relevante do objeto social da Emissora, de maneira que altere substancialmente as atividades atualmente praticadas e o ramo de negócios atualmente explorados pela Emissora.
- (s) descumprimento de qualquer decisão administrativa ou governamental contra a qual não seja obtido efeito suspensivo dentro do prazo regulamentar para tal obtenção, e que possa, comprovadamente, impactar de maneira significativa as condições econômicas, financeiras e/ou operacionais da Emissora; ou
- (t) redução da classificação de risco da Emissão ou da Emissora em duas notas quando comparadas à classificação de risco da época da Emissão.

7.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (c), (e), (f), (g), (j), (k), (m), (n), (p) e (q), do item 7.1. acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures sendo que o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, através de notificação a ser enviada para a Companhia no mesmo dia útil da sua ciência acerca da ocorrência do vencimento antecipado. Na



ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas demais alíneas do item 7.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 3 (três) dias úteis contado da data em que tomar conhecimento do evento, uma AGD para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das debêntures. A AGD a que se refere este item deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se necessária.

7.3. Na AGD mencionada no item 7.2 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quorum previsto na Cláusula 10 desta Escritura, os titulares das Debêntures poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

7.4. Na hipótese: (i) de não instalação da AGD mencionada no item 7.2 acima por falta de quorum; ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 7.3 acima por titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

7.5. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures em Circulação, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série e da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolizada no endereço constante do item 12.2 (a) desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 3.14. acima.

7.6. Observado o item 9.3 (v), para fins do disposto na alínea (h) do item 7.1. acima, fica desde já acordado que os índices Financeiros serão apurados pela Emissora e revisados pelo Agente Fiduciário em até 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento pelo Agente Fiduciário dos documentos previstos no item 8.2 (a) (iii) abaixo.

7.7. Para fins da verificação da exceção prevista no item 7.1. (q) acima, a Emissora deverá apresentar ao Agente Fiduciário, em até 60 (sessenta) dias após a realização da cisão, fusão ou incorporação da Emissora, cópia do novo relatório de classificação de rating considerando o fato relevante publicado.

7.8. Para fins de verificação, pelo Agente Fiduciário, do disposto nos itens da Cláusula 7.1. acima, em relação à Emissora e suas controladas, conforme o caso, a Emissora deverá encaminhar anualmente declaração firmada por 2 (dois) diretores da Emissora, atestando a não ocorrência das referidas hipóteses de vencimento antecipado, em relação à Emissora



ou suas controladas, acompanhada do organograma societário atualizado da Emissora, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva solicitação.

**CLÁUSULA VIII**  
**COMPROMISSOS DA EMISSORA E**  
**OBRIGAÇÕES ADICIONAIS**

8.1. Até a amortização total do saldo devedor das Debêntures, a Emissora obriga-se a:

- (a) utilizar os recursos oriundos da Emissão conforme descrito nesta Escritura e nos Prospectos;
- (b) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer mudança relevante na natureza ou escopo dos negócios e operações da Emissora, ou sobre qualquer evento ou fato, que afete ou que possa afetar adversamente, de forma significativa, a condição financeira da Emissora ou sua capacidade de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura, no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados a partir da data que a Emissora tomar conhecimento da respectiva mudança ou evento;
- (c) notificar o Agente Fiduciário em até 03 (três) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento de qualquer decisão judicial, administrativa e arbitral relevante que implique em condenação da Emissora a obrigação cujo cumprimento implique em dispêndio igual ou superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais);
- (d) notificar o Agente Fiduciário em até 02 (dois) dias úteis após tomar conhecimento sobre a ocorrência de quaisquer descumprimentos de obrigações previstas nesta Escritura, bem como qualquer ato que implique no vencimento antecipado das obrigações desta Escritura, conforme previsto na Cláusula 7 acima.

8.2. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (a) encaminhar ao Agente Fiduciário:
  - (i) informações razoáveis sobre a Emissora e seus ativos que o Agente Fiduciário eventualmente requerer, desde que tais informações sejam necessárias à defesa dos direitos dos Debenturistas e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora;
  - (ii) dentro do prazo máximo, conforme previsto na Lei das S.A. e legislação aplicável à época, contado após o término de seu exercício social de cada ano ou após o término de cada trimestre social, conforme o caso, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício ou cópia de suas informações trimestrais relativas ao respectivo trimestre, ambas acompanhadas do relatório da administração e do parecer de auditoria ou relatório de revisão especial dos auditores independentes;



(iii) relatório demonstrando a apuração dos índices financeiros previstos na Cláusula 7.1. (h) acima em até 3 (três) dias úteis após a solicitação feita pelo Agente Fiduciário;

(iv) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas da CVM, fatos relevantes, atas de RCA e Assembleias Gerais da Emissora, bem como as informações pertinentes à Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 480"), que devam ser publicadas ou enviadas à CVM, em até 05 (cinco) dias úteis após as respectivas publicações ou do envio das informações à CVM, sendo certo que esta obrigação considerar-se-á cumprida pela publicação das referidas informações e atas no site da Emissora e o envio de aviso por e-mail ao Agente Fiduciário indicando a sua disponibilidade;

(v) dentro de 5 (cinco) dias úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura;

(vi) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 3.16., acima;

(vii) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora, desde que contenham deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros e envolvam interesse dos titulares de Debêntures, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM 480, ou, na inexistência de prazo previsto na regulamentação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;

(viii) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário; e

(ix) confirmar, por escrito, ao Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva solicitação, de que está adimplente com suas obrigações, nos termos estabelecidos nesta Escritura.

(b) convocar as AGD da Primeira Série, AGD da Segunda Série ou AGD, conforme o caso, para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacionem direta ou indiretamente com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;

(c) cumprir as determinações emanadas da CVM, entregando os documentos solicitados e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia, ou pela CETIP ou pela BM&FBOvespa;

(d) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM;





- (e) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos regulamentos e instruções da CVM aplicáveis, em especial a Instrução CVM 480;
- (f) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor, bem como os termos desta Escritura;
- (g) contratar agência classificadora de risco que seja a Standard & Poors, Moody's ou Fitch ou qualquer agência internacional de risco que as substitua somente se estas venham a deixar de existir, para obtenção de "rating", para manter atualizado o relatório de classificação de risco das Debêntures, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, até o vencimento das Debêntures, além de fazer com que tal agência classificadora de risco dê ampla divulgação de tal classificação de risco ao mercado;
- (h) tomar todas as medidas para que a agência classificadora de risco (i) atualize o relatório de classificação de risco das Debêntures na ocorrência de extinção, liquidação ou dissolução de qualquer das controladas da Emissora que não tenha sido realizada por meio de incorporação da referida controlada pela Emissora e (ii) dê ampla divulgação de tal classificação de risco ao mercado em até 30 (trinta) dias da ocorrência do evento;
- (i) encaminhar à CVM e ao Agente Fiduciário e divulgar na página da rede mundial de computadores pertinente, o relatório referido na alínea anterior em até 1 (um) dia útil;
- (j) manter em vigor as autorizações para celebrar esta Escritura e cumprir com todas as obrigações aqui previstas, satisfazendo todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (k) cumprir, em todos seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, vigentes e aplicáveis à condução de seus negócios, exceto aquelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que estejam sendo contestados judicialmente ou administrativamente, pela Companhia;
- (l) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado) tenham acesso irrestrito, em data previamente acordada com a Emissora, a qual não poderá exceder a 3 (três) dias úteis contados de solicitação do Agente Fiduciário: (i) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora referente às suas demonstrações financeiras; e (ii) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora, quando deliberado pela AGD;
- (m) manter em adequado funcionamento um departamento para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (n) notificar o Agente Fiduciário, a CETIP e a BM&FBovespa ou entidade do mercado

de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, sobre qualquer ato ou fato relevante que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a ocorrência do evento;

(o) informar em até 2 (dois) dias úteis de seu conhecimento, à CETIP e à BM&FBOVESPA ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures sobre qualquer mudança ou imprecisão que afete de forma relevante, as informações prestadas no Formulário de Referência, nos Prospectos e/ou nas Debêntures;

(p) fornecer à BM&FBOVESPA e/ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures e à CETIP as informações necessárias para a realização do pagamento das Debêntures;

(q) obter, observar os termos de, e praticar todos os atos necessários para manter em pleno vigor todas as autorizações, aprovações, licenças e consentimentos exigidos nos termos da legislação e regulamentação brasileiras para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e necessárias para permitir o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas na presente Escritura, ou para assegurar a legalidade, validade e exequibilidade dessas obrigações;

(r) manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa;

(s) contratar e manter contratado, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures: (i) banco mandatário e escriturador; (ii) agente fiduciário; (iii) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e Sistema de Negociação BM&FBOVESPA); e (iv) agência classificadora de risco;

(t) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas, nos termos desta Escritura. Caso tais despesas envolvam valores iguais ou superiores a R\$5.000,00 (cinco mil reais), estas deverão ser previamente informadas para a Emissora e posteriormente devidamente comprovadas;

(u) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos, conforme previsto na cláusula 3.17. acima;

(v) enviar à CVM, a BM&FBOVESPA e à CETIP, na data da primeira publicação de convocação de AGD, cópia do respectivo edital de convocação e da proposta a ser submetida à AGD;

(w) enviar à CVM, a BM&FBOVESPA e à CETIP, no mesmo dia das AGD da Primeira Série, AGD da Segunda Série ou da AGD, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata das assembleias; e



- (x) Tomar todas as medidas necessárias para:
- i. Preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, licenças e ativos necessários para a condução dos seus negócios dentro do respectivo objeto social e das práticas comerciais usuais;
  - ii. Manter em boas condições os bens utilizados na condução de seus negócios excetuando-se pelo desgaste normal;
  - iii. Pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, observados os períodos de carência aplicáveis, todas as suas obrigações inclusive, mas sem limitação, as de natureza fiscal, trabalhista e comercial; e
  - iv. Manter os bens necessários para condução de suas atividades principais adequadamente segurados por seguradoras de primeira linha, conforme práticas correntes em seu setor de atuação.

8.2.1 A Emissora se obriga, em nome de todas suas controladas, existentes na presente data ou que venham a ser criadas, e até que o saldo devedor das Debêntures não seja integralmente pago, observar as obrigações estabelecidas nos itens (f), (q) e (r) acima.

## **CLÁUSULA IX**

### **AGENTE FIDUCIÁRIO**

#### **9.1. Nomeação**

9.1.1. A Emissora constitui e nomeia a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., acima qualificada, como o agente fiduciário dos Debenturistas da Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da Escritura, representar perante a Emissora os Debenturistas.

9.1.2. O exercício permanente da função de agente fiduciário é privativo das pessoas indicadas no artigo 7º da Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“Instrução CVM 28”).

#### **9.2. Substituição**

9.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

9.2.2. Se a convocação da AGD a que se refere a Cláusula 9.2.1 acima não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetua-la.



- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o arquivamento desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões, inconsistências ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, às expensas da Emissora, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos;
- i) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- j) convocar, quando necessário e às expensas da Emissora, as AGD, respeitando-se as regras relacionadas à convocação da AGD, bem como à publicação constantes da Lei das S.A. e desta Escritura, devendo ser a Emissora notificada desta convocação concomitantemente;
- k) verificar o cumprimento pela Emissora, até 01 (um) dia útil seguinte da data de publicação da primeira convocação de AGD, o disposto na Cláusula 8.2. (v) acima;
- l) comparecer à AGD da Primeira Série, AGD da Segunda Série ou AGD, conforme o caso, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- m) verificar o cumprimento pela Emissora, no dia útil seguinte à realização de qualquer AGD, o disposto na Cláusula 8.2. (w);
- n) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b", da Lei das S.A., o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:



- (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento conida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora;
  - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (v) resgate, amortização e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à manutenção dos índices financeiros previstos na Cláusula 7.1 “r” acima;
  - (viii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
  - (x) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, Controlada, Controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea k, itens 1 a 7, da Instrução CVM 28
- o) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea anterior aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
  - (ii) na sede do Agente Fiduciário e em sua página da rede mundial de computadores;
  - (iii) na sede da CVM; e
  - (iv) na BM&FBOVESPA;
- p) publicar, às expensas da Emissora, no órgão da imprensa estabelecido na Cláusula





3.16 desta Escritura, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea "m" acima;

- q) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário e a Instituição Depositária, à CETIP e à BM&FBOVESPA;
- r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- s) coordenar o sorteio das debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado parcial;
- t) verificar o cumprimento dos índices financeiros previstos na Cláusula 7.1 "h" acima, apurados pela Emissora e convocar AGD dentro do prazo estabelecido na Cláusula 7.1 na ocorrência de qualquer descumprimento;
- u) notificar os Debenturistas, por edital e, se possível, individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar de sua ciência, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
  - (i) à CVM;
  - (ii) à BM&FBOVESPA; e
  - (iii) à CETIP.
- v) verificar que a Emissora cumpre com a obrigação prevista no item 8.2(g) acima, bem como encaminhar à ANBIMA o relatório de avaliação (*rating*) objeto de atualização ali previsto, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data do seu conhecimento; e
- w) solicitar à Companhia o envio do relatório demonstrando a apuração dos índices financeiros previstos na Cláusula 7.1. (h) acima.

#### 9.4. Atribuições Específicas

9.4.1. O Agente Fiduciário utilizará de quaisquer processos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições da Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;



- (c) requerer a falência da Emissora; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.4.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas da Cláusula anterior se, convocada a AGD, esta assim o autorizar pelo *quorum* de aprovação de Debenturistas que representem a unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea “d” da mesma Cláusula.

9.4.3. O Agente Fiduciário responde perante os Debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício de suas funções, desde que arbitrado em juízo, conforme decisão judicial transitada em julgado, a qual não caiba mais recursos.

## 9.5. Remuneração

9.5.1. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura, o montante de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) por ano (“Remuneração do Agente Fiduciário”), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura da presente Escritura e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes.

9.5.1.1. No caso de inadimplemento no pagamento das debêntures ou de reestruturação das condições das debêntures após a emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, bem como atendimento às solicitações extraordinárias, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 por hora-homem de trabalho dedicado tais fatos bem como à (i) execução das garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das conseqüentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de “relatório de horas” à Emissora. Entende-se por reestruturação das debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das debêntures não são considerados reestruturação das debêntures. No caso de celebração de aditamentos a escritura de emissão bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, serão cobradas, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços;

9.5.1.2. A remuneração não inclui as despesas razoáveis e devidamente comprovadas com publicações, notificações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, sempre que possível, após prévia aprovação da mesma, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso se assim possível. Não estão incluídas igualmente despesas razoáveis e devidamente comprovadas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria



e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento da Emissora. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

9.5.1.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos;

9.5.1.4. A remuneração será acrescida dos seguintes impostos: impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS ou outros), IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social), e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se a CSLL (Contribuição Social Sobre Lucro Líquido), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

9.5.1.5. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.5.1.6. A parcela disposta na Cláusula 9.5.1. acima será atualizada pelo IGP-M, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou, na falta deste ou na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.

9.5.1.7. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplência não sanadas pela Emissora. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenham sido saldados na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

9.5.1.8. Nenhuma atribuição ou obrigação tácita será interpretada nesta Escritura contra o Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário não será obrigado e/ou vinculado pelas





disposições de qualquer outro contrato no qual o Agente Fiduciário não figure como parte e/ou interveniente.

9.5.1.9. O pagamento da Remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

9.5.1.10. No caso de inadimplência do pagamento dos honorários do Agente Fiduciário pela Emissora incidirão os encargos moratórios da Cláusula 3.14 desta Escritura, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M até a data do efetivo pagamento.

## **CLÁUSULA X**

### **ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

#### **10.1. Convocação**

10.1.1. Os Debenturistas de cada uma das séries poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, nos termos do artigo 71 da Lei das S.A., a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da respectiva série, sendo que poderá ser realizada uma AGD comum a ambas às Séries caso possuam a mesma ordem do dia, observado sempre o disposto nas Cláusulas 9.3.1(j) e 10.2.3 desta Escritura.

10.1.2. A AGD de cada uma das séries pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação da respectiva Série, conforme definido abaixo, ou pela CVM.

10.1.3. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no Jornal do Comércio de Porto Alegre, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das S.A., da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.4. Aplica-se às AGDs, no que couber, o disposto na Lei das S.A. para a assembleia geral de acionistas.

10.1.5. As AGDs serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

10.1.6. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, ou dos titulares de todas as Debêntures de cada Série, conforme o caso.

10.1.7. Nas deliberações da AGD, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não. As deliberações serão tomadas pela



maioria dos presentes, com exceção das matérias para as quais estiver previsto *quorum* qualificado em lei ou na presente Escritura.

10.1.8. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas em Circulação, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

10.1.9. Não será admitida na AGD a presença de quaisquer pessoas que não comprovem sua condição de Debenturistas ou seu mandatário, mediante a prévia apresentação de documentos regulares de identificação, societários e procurações, com exceção da presença de assessores legais da Emissora e/ou dos Debenturistas, conforme aprovado pelos Debenturistas presentes. Documentos estrangeiros serão aceitos desde que devidamente consularizados.

## **10.2. Quorum de Instalação**

10.2.1. A AGD de cada uma das séries se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação da Primeira Série e a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação da Segunda Série, conforme o caso, e em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas, sendo que em caso de AGD comum a ambas às Séries, nos termos da Cláusula 10.1.1 acima, para fins de cálculo de quorum de instalação, será considerada a totalidade das Debêntures em Circulação, independentemente da série a que pertença.

10.2.1.1. Exclusivamente para fins da instalação da AGD a que se refere a Cláusula 7.2, o quorum de instalação em primeira convocação será de, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; e em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas, sendo que para fins de cálculo de quorum de instalação, será considerada a totalidade das Debêntures em Circulação, independentemente da Série a que pertença.

10.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação da Primeira Série" todas as Debêntures da Primeira Série subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas coligadas à Emissora, controladoras (ou grupo de controle) ou administradores da Emissora ou de controladas da Emissora (ou grupo de controle), incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, tais como, cônjuge, companheiro, ascendentes, descendentes ou colateral até o segundo grau. Adicionalmente, entende-se como "Debêntures em Circulação da Segunda Série" todas as Debêntures da Segunda Série subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas coligadas à Emissora, controladoras (ou grupo de controle) ou administradores da Emissora ou de controladas da Emissora (ou grupo de controle), incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas,



tais como, cônjuge, companheiro, ascendentes, descendentes ou colateral até o segundo grau. As Debêntures em Circulação da Primeira Série, em conjunto com as Debêntures em Circulação da Segunda Série, são denominadas "Debêntures em Circulação".

10.2.3. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGDs, que poderá participar e discutir os assuntos levados à deliberação, desde que sem prejudicar a dinâmica dos trabalhos.

### 10.3. Mesa Diretora

10.3.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito no mínimo pela maioria dos Debenturistas da respectiva série presentes à Assembleia ou àquele que for designado pela CVM.

10.3.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

### 10.4. Quorum de Deliberação

10.4.1. Nas deliberações das AGDs, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto no subitem 10.4.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em AGD da Primeira Série ou em AGD da Segunda Série dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série da Emissão.

10.4.2. Não estão incluídos nos *quorums* mencionados no subitem 10.4.1 acima:

- (i) os *quora* expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura, inclusive com relação a assuntos de interesse comum aos Debenturistas das séries da presente Emissão;
- (ii) as alterações relativas: (a) a qualquer das condições de Remuneração das Debêntures; (b) às datas de pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, conforme previsto nesta Escritura; e/ou; (c) à espécie das Debêntures, devendo qualquer alteração com relação às matérias mencionadas neste subitem (ii) ser aprovada, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas da Primeira Série ou Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série da Emissão; e
- (iii) quaisquer alterações relativas à Cláusula VII desta Escritura, que deverá ser aprovada, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.



10.4.2. As alterações das disposições estabelecidas nesta Cláusula 10.4 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD, seja em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

#### **10.5. Matérias de Interesse Específico**

Na hipótese de instalação de AGD para deliberar sobre matérias de interesse específico de Debenturistas de uma respectiva série, as disposições desta Cláusula X aplicar-se-ão somente aos titulares das Debêntures de tal série, sendo que as matérias de interesse específico dos Debenturistas de cada uma das séries da Emissão somente poderão ser deliberadas por Debenturistas da respectiva série.

### **CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS**

#### **11.1. Declarações e Garantias do Agente Fiduciário**

11.1.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) não tem qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das S.A., e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- (c) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (d) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) esta Escritura contém obrigações válidas e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (f) é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (g) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;



- (h) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer, plenamente, suas funções;
- (i) aceita integralmente todas as suas cláusulas e condições da Escritura;
- (j) está ciente da regulamentação aplicável às Debêntures e à Emissão, emanada da CVM, do Banco Central do Brasil e demais autoridades e órgãos competentes; e
- (k) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução da CVM n.º 28, exceto pelo disposto no item 11.1.2 abaixo.

11.1.2. O Agente Fiduciário declara, nos termos do §2 do artigo 10 da Instrução CVM nº28, que também atua como agente fiduciário da 4ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, da Emissora. Foram emitidas 30.000 (trinta mil) debêntures na 4ª emissão, sendo 21.510 (vinte e uma mil quinhentas e dez) debêntures alocadas na primeira série e 8.490 (oito mil quatrocentas e noventa) debêntures alocadas na segunda série, no valor total de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). O prazo de vencimento das debêntures da 1ª Série da 4ª emissão é de 5 (cinco) anos contados da data de emissão, qual seja 15 de julho de 2011, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2016. O prazo de vencimento das debêntures da 2ª Série da 4ª Emissão é de 6 (seis) anos contados da data de emissão, qual seja 15 de julho de 2011, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2017. Até a data de assinatura do presente instrumento, não ocorreu qualquer evento de resgate, amortização, repactuação ou inadimplemento. O Agente Fiduciário também declara que assegurará tratamento equitativo a todos os debenturistas da 4ª emissão e da 5ª emissão de debêntures da Emissora e que observará fielmente o disposto na Instrução CVM nº 28 e na legislação aplicável com relação a sua atuação como agente fiduciário em mais de uma emissão de debêntures da Emissora.

## 11.2. Declarações e Garantias da Emissora

11.2.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura da Escritura, que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) a celebração desta Escritura e do Contrato de Distribuição não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou qualquer controlada da Emissora seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da





Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- (d) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora e/ou qualquer controlada da Emissora;
- (e) esta Escritura constitui título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (f) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, no mínimo, e observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes em relação à Emissora e/ou qualquer controlada da Emissora, nas respectivas datas de cada evento, no contexto da presente Emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora e/ou qualquer controlada da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (g) as declarações, informações e fatos contidos nos Prospectos em relação à Emissora e/ou qualquer controlada da Emissora são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas;
- (h) as opiniões, análises e expectativas expressas nos Prospectos da Emissão em relação à Emissora e/ou qualquer controlada da Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- (i) não há fatos relativos à Emissora e/ou qualquer controlada da Emissora, cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração relevante dos Prospectos da Emissão seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- (j) a Emissora e suas controladas estão cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (k) exceto pelas contingências informadas no Formulário de Referência, não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, relevante que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira;
- (l) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário, que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação a essa Emissão;



- (m) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das S.A., e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (n) cada uma de suas controladas foi devidamente constituída e é uma sociedade limitada ou sociedade por ações, conforme o caso, existente de acordo com as respectivas leis de suas respectivas jurisdições, com plenos poderes e autoridade para ser titular, arrendar e operar suas propriedades e para conduzir seus negócios, conforme descrito no Formulário de Referência;
- (o) esta Escritura constitui, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura constituirá, obrigação legal, válida, vinculante e exigível da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral, e tal obrigação não esteja subordinada a qualquer outra dívida da Emissora, que não aquelas que gozem de preferência exclusivamente por força de qualquer exigência prevista em lei;
- (p) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura ou das Debêntures, ou para a realização da Emissão exceto pelo registro da Emissão na ANBIMA e CVM e o registro das Debêntures junto ao SDT, ao SND e ao Sistema de Negociação BVM&FBOVESPA, as quais estarão em pleno vigor e efeito em na data de liquidação;
- (q) os balanços patrimoniais da Emissora auditados e datados de 31 de dezembro de 2009, 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011 e revisado de 31 de março de 2012 e as correspondentes demonstrações de resultado da Emissora referentes aos exercícios e trimestres à época encerrados, apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora referentes aos períodos encerrados em tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora, fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora que não esteja descrito nos Prospectos;
- (r) a Emissora tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo que até a presente data a Emissora não foi notificada acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas;



- (s) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (t) não omitiu, ou omitirá, nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico- financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;
- (u) a Emissora e suas controladas possuem justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por elas detidos, conforme descrito no Formulário de Referência ou nos Prospectos, os quais estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus, exceto: (i) conforme descrito no Formulário de Referência ou nos Prospectos, (ii) quando, individualmente ou em conjunto, não possam resultar em impacto adverso relevante;
- (v) os seus bens encontram-se adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- (w) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que forem fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora; e
- (x) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura.

## CLÁUSULA XII COMUNICAÇÕES

12.1. Exceto se de outra forma prevista nesta Escritura, as comunicações a serem enviadas por qualquer uma das Partes deverão ser encaminhadas para endereços constantes na Cláusula 12.2 abaixo.

12.2. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura, se feitas por fac-símile ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais serem encaminhados até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelos Correios ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir:





(a) Para a Emissora:

**LOJAS RENNER S.A.**

Avenida Joaquim Porto Villanova, 401, 7º andar  
CEP. 91410-400, Porto Alegre - RS  
At.: Paula Melo – Gerente Financeiro  
Tel: (51) 2121-7153  
Fax: (51) 2121-7160  
E-mail: paula.melo@lojasrenner.com.br

(b) Para o Agente Fiduciário:

**OLIVEIRA TRUST DTVM S/A**

Av. das Américas nº 500, Bloco 13, Grupo 205 – Condomínio Downtown  
Barra da Tijuca – Rio de Janeiro  
At.: Sr. Gustavo Dezouart Teixeira Pinto  
Tel: (21) 3514-0000  
Fax: (21) 3514-0099  
E-mail: gustavo@oliveiratrust.com.br e ger3.agente@oliveiratrust.com.br

(c) Para o Banco Mandatário:

**ITAÚ UNIBANCO S.A.**

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 10º Andar -Lado Azul  
CEP 04309-010, São Paulo, SP  
At.: Sra. Claudia A. Germano Vasconcellos  
Telefone: (11) 5029-1910  
Fac-símile: (11) 5029-1920  
Correio Eletrônico: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

(d) Para o Agente Escriturador

**ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 10º Andar -Lado Azul  
CEP 04309-010, São Paulo, SP  
At.: Sra. Claudia A. Germano Vasconcellos  
Telefone: (11) 5029-1910  
Fac-símile: (11) 5029-1920  
Correio Eletrônico: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

(e) Para a CETIP:

**CETIP S.A. – Mercados Organizados**

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar  
São Paulo, SP  
At.: Gerência de Valores Mobiliários – GEVAM  
Telefone: (11) 3111-1596  
Fac-símile: (11) 3111-1564



e-mail: gr.debentures@cetip.com.br

(f) Para a BM&FBOVESPA:

**BM&FBOVESPA S.A. - BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS**

Praça Antonio Prado, nº 48, São Paulo, SP

Rua XV de Novembro, 275, São Paulo, SP

12.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias úteis contados da sua ocorrência.

12.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 12.2, acima serão arcados pela parte inadimplente.

**CLÁUSULA XIII  
CUSTOS DE REGISTRO**

13.1. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados à esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

**CLÁUSULA XIV  
DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

14.2. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

14.3. A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.



14.4. A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

14.5. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

14.6. Fica eleito o Foro Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura e para a execução das obrigações de pagamento previstas nesta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

20 de Junho de 2012.  
(assinaturas na próxima página)



*Página 1/3 de assinaturas da Escritura Particular da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, em até Duas Séries, em regime de garantia firme de distribuição, da Lojas Renner S.A., celebrada em 20 de junho de 2012.*

**LOJAS RENNER S.A.**



Nome: ADALBERTO P. DOS SANTOS  
Cargo: CFO E DRI





Nome: HAROLDOL. RODRIGUES FILHO  
Cargo: DIRETOR DE COMPRAS







*Página 2/3 de assinaturas da Escritura Particular da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Especie Quirografária, em até Duas Séries, em regime de garantia firme de distribuição, da Lojas Renner S.A., celebrada em 20 de junho de 2012.*

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**


Nome:   
Cargo:   
Patricia Russo  
Procuradora

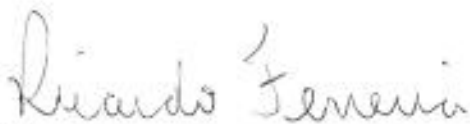
Nome:   
Cargo:   
Marcelo Takeshi Yano de Andrade  
Procurador

Página 3/3 de assinaturas da Escritura Particular da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Especie Quirografária, em até Duas Séries, em regime de garantia firme de distribuição, da Lojas Renner S.A., celebrada em 20 de junho de 2012.

### Testemunhas

  
Nome: DIVA FREIRE  
CPF: 566.225.000-44

  
Nome: Ricardo Ferreira  
CPF: 45.463.768-8  
RG: 45.463.768-8  
CPF. 345.272.418-28



---

**1º ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA QUINTA EMISSÃO PÚBLICA DE  
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA,  
EM DUAS SÉRIES, EM REGIME DE GARANTIA FIRME DE DISTRIBUIÇÃO, DA LOJAS  
RENNER S.A.**

*celebrado entre*

**LOJAS RENNER S.A.**  
*como Emissora;*

**E**

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**  
*como Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas*

DATA  
16 DE JULHO DE 2012



**1º ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA QUINTA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, EM REGIME DE GARANTIA FIRME DE DISTRIBUIÇÃO, DA LOJAS RENNER S.A.**

Pelo presente instrumento particular,

**LOJAS RENNER S.A.**, sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Joaquim Porto Villanova, nº 401, Bairro Jardim Carvalho, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 92.754.738/0001-62, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Companhia” ou “Emissora”); e

e, de outro lado,

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, na qualidade de representante da comunhão dos titulares das debêntures, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Agente Fiduciário”), representando a comunhão dos debenturistas da 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, em regime de garantia firme da Emissora (“Debenturistas da Primeira Série” e “Debenturistas da Segunda Série” e, em conjunto, “Debenturistas”);

CONSIDERANDO QUE, conforme previsto na Escritura (abaixo definida) e, após realização de Procedimento de *Bookbuilding*, foi definida a remuneração das Debêntures, a quantidade de séries e a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série;

as Partes vêm, por este aditamento (“Aditamento”) aditar a Escritura Particular da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, em regime de garantia firme de distribuição, da Lojas Renner S.A.” (“Escritura”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. Todos os termos iniciados em maiúscula, não expressamente definidos neste Aditamento, terão os significados atribuídos a esses termos na Escritura.
2. As Partes acordam em alterar o título da Escritura que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Escritura Particular da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, em Regime de Garantia Firme de Distribuição, da Lojas Renner S.A.”*





3. As partes resolvem alterar o item 3.1 para incluir o valor total da Emissão, passando o subitem 3.1.1, da Escritura a vigorar com a seguinte redação:

*"3.1.1. A presente Escritura representa a 5ª (quinta) emissão pública de debêntures da Emissora. O valor total da Emissão é de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida na Cláusula 3.7 abaixo."*

4. As partes resolvem alterar o item 3.3, para incluir a quantidade de Debêntures alocadas em cada série, passando os subitens 3.3.1 e 3.3.2 da Escritura a vigorar com as seguintes redações:

*"3.3.1. A Emissão será realizada em 2 (duas) séries. Serão emitidas 30.000 (trinta mil) Debêntures, sendo alocadas 22.000 (vinte e duas mil) Debêntures para a 1ª Série e 8.000 (oito mil) Debêntures para a 2ª Série ("Debêntures da 1ª Série" e "Debêntures da 2ª Série", respectivamente, e em conjunto "Debêntures"). considerando a demanda pelas Debêntures apurada por meio de procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding"). A alocação das Debêntures entre as séries foi definida após a conclusão do Procedimento de Bookbuilding, observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorreu no sistema de vasos comunicantes ("Sistema de Vaso Comunicantes"), sendo certo que a quantidade de Debêntures de uma das séries foi abatida da quantidade de Debêntures total da Emissão, definindo, portanto, a quantidade de Debêntures a ser alocada na outra série."*

*"3.3.2. Para atender ao excesso de demanda, a Emissora concedeu aos Coordenadores opção para distribuição de lote suplementar de até 4.500 (quatro mil e quinhentas) Debêntures, correspondentes a até 15% (quinze por cento) da quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, excluída a Opção de Debêntures Adicionais, conforme definido abaixo ("Debêntures do Lote Suplementar"), nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400 ("Opção de Lote Suplementar"). A Opção de Lote Suplementar não foi exercida. Sem prejuízo das Debêntures do Lote Suplementar, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada poderia, ainda, ser aumentada em até 6.000 (seis mil) Debêntures, correspondentes a até 20% (vinte por cento) da quantidade de Debêntures inicialmente ofertada ("Debêntures Adicionais"), nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400 ("Opção de Debêntures Adicionais"). A Opção de Debêntures adicionais não foi exercida."*

5. As partes resolvem alterar o item 3.8.2, para incluir que não haverá a participação de Pessoas Vinculadas, passando a vigorar com a seguinte redação:

*"3.8.2. No Procedimento de Bookbuilding, não houve participação de investidores que fossem (a) controladores, pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo econômico da Emissora, ou administradores da Emissora; (b) controladores ou administradores dos Coordenadores; (c) outras pessoas vinculadas à Oferta; e (d) os cônjuges ou companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo*



grau de cada uma das pessoas referidas nos itens (a), (b) ou (c) ("Pessoas Vinculadas")."

6. As partes resolvem alterar o subitem 4.1.1 do item 4.1 da Escritura, para incluir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* na Remuneração das Debêntures da 1ª Série, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"4.1.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado monetariamente. Sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 0,97% (noventa e sete centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, definida de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding* ("Sobretaxa das Debêntures da Primeira Série", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração das Debêntures da Primeira Série"), calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNb \times (Fator Juros - 1)$$

onde:

$J$  = Valor unitário da Remuneração das Debêntures da Primeira Série devida ao final do Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

$VNb$  = Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido do spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Fator Juros = Fator DI \times Fator Spread$$

Fator DI = Produtório dos fatores das Taxas DI da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data do término do Período de Capitalização,



exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^{n_{10}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

$n$  = Número total de Taxas DI-Over, sendo "n" um número inteiro;

$k$  = número de ordem dos fatores das Taxas DI-Over, variando de 1 a "n";

$TDI_k$  = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

arredondamento, apurada da seguinte forma:

onde:

$DI_k$  = Taxa DI, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

$\text{FatorSpread}$  = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

Onde:

$\text{spread} = 0,97$  (noventa e sete centésimos), conforme apurado em Procedimento de Bookbuilding;

$n$  = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, e a data atual, exclusive, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

(a) O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;



(b) Efetua-se o produtório dos fatores  $(1 + TDI_t)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

(c) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

(d) O fator resultante da expressão  $(\text{Fator DI} \times \text{Fator Spread})$  é considerado com 9 (nove) casas decimais com arredondamento."

7. As partes resolvem alterar os subitens 5.1.3.1 e 5.1.3.2 do item 5.1 da Escritura, para incluir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* na Remuneração das Debêntures da 2ª Série que passam a vigorar com a seguinte redação:

*"5.1.3.1 Sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série incidirão juros prefixados, correspondentes a 5,70% (cinco inteiros e setenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, definidos de acordo com o Procedimento de Bookbuilding, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento ("Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com a Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série, "Remuneração das Debêntures da Segunda Série", e a Remuneração das Debêntures da Segunda Série, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série, "Remuneração das Debêntures").*

*5.1.3.2 O cálculo da Remuneração das Debêntures da Segunda Série obedecerá à seguinte fórmula:*

$$J = VNa \times (\text{Fatorjuros} - 1)$$

*onde:*

*J* valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização das Debêntures da Segunda Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

*VNa* Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;



*FatorJuros*

*fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:*

$$FatorJuros = \left\{ \left( \frac{taxa}{100} - 1 \right)^{\frac{DP}{360}} \right\}$$

*onde:*

*Taxa*

*5,70 (cinco inteiros e setenta centésimos), conforme apurada em Procedimento de Bookbuilding;*

*DP*

*número de dias úteis entre a Data de Emissão ou data do último pagamento de juros, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro."*

8. Todos os demais termos e condições da Escritura não alterados expressamente por este Aditamento são neste ato ratificados e permanecem em pleno vigor e efeito.

9. O presente Aditamento será registrado na JUCERGS, onde foi registrada a Escritura, de acordo com o exigido pelo inciso II do artigo 62 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

10. Quaisquer dúvidas ou controvérsias que porventura vierem a surgir em relação aos termos e condições do presente instrumento serão resolvidas por arbitragem de direito, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, e alterações posteriores ("Lei da Arbitragem").

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas a seguir assinadas, a tudo presentes.

São Paulo, 16 de julho de 2012.

*[Handwritten signatures and initials]*



PÁGINA DE ASSINATURA 01 DE 03 DO 1º ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA QUINTA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, EM REGIME DE GARANTIA FIRME DE DISTRIBUIÇÃO, DA LOJAS RENNER S.A.

**LOJAS RENNER S.A.**



Nome: JOSÉ CARLOS  
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE



Nome: ADALBERTO P. DOS SANTOS  
Cargo: CFO C.D.R.T


[O RESTANTE DESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]



PÁGINA DE ASSINATURA 02 DE 03 DO 1º ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA QUINTA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, EM REGIME DE GARANTIA FIRME DE DISTRIBUIÇÃO, DA LOJAS RENNER S.A.

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
S.A.**

  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: Nina Bucno Lahóz Moya Blasquez da Fonte  
Procuradora

  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: Marcelo Takeshi Yano de Andrade  
Procurador

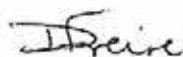
[O RESTANTE DESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]





PÁGINA DE ASSINATURA 03 DE 03 DO 1º ADITAMENTO À 1ª ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA QUINTA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, EM REGIME DE GARANTIA FIRME DE DISTRIBUIÇÃO, DA LOJAS RENNER S.A.

Testemunhas:



Nome: DINA FREIRE

Cargo: RA 2048571055



Nome:

Cargo:

Ricardo Ferreira  
RG: 45.463.768-8  
CPF: 345.272.418-26

[O RESTANTE DESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]







Estado do Rio Grande do Sul  
Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais  
Junta Comercial

Junta Comercial  
Estado do Rio Grande do Sul

**CARTÃO PROTOCOLO**

NOME  
LOJAS RENNER S/A

PROTÓCOLO

Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul

12/212959-8

ATO

☒ Arquivamento  
☐ Certidão  
☐ Fotocópia  
☐ Lances  
☐ Vistas

O prazo para cumprimento é de 30 dias, contados a partir da data da exigência, sob pena de indeferimento por decurso de prazo.

Este documento deve ser apresentado com a apresentação deste cartão.

Assinatura e preenchimento do NOME da empresa, por parte do usuário.

Primeiro  
Aditivo  
Escritura  
5ª Emissão  
De bônus

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **Relatório de Classificação de Risco das Debêntures**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Data de Publicação: 21 de junho de 2012

**Comunicado à Imprensa**

## Standard & Poor's atribui rating 'brAA+' à 5ª emissão de debêntures da Lojas Renner S.A.

Analistas: Luísa Vilhena, São Paulo (55) 11-3039-9727, [luisa\\_vilhena@standardandpoors.com](mailto:luisa_vilhena@standardandpoors.com); Sandra Tinoco, Cidade do México (52) 55-5081-4473, [sandra\\_tinoco@standardandpoors.com](mailto:sandra_tinoco@standardandpoors.com); Flávia Bedran, São Paulo, (55) 11-3039-9758; [flavia\\_bedran@standardandpoors.com](mailto:flavia_bedran@standardandpoors.com)

SÃO PAULO (Standard & Poor's) 21 de junho de 2012 — A Standard & Poor's Ratings Services atribuiu hoje em sua Escala Nacional Brasil o rating 'brAA+' à 5ª emissão de debêntures da **Lojas Renner S.A.** ("Renner"), no valor de R\$ 300 milhões com vencimento final em 2019. Os recursos da emissão serão utilizados para otimizar a estrutura de capital da empresa.

Os ratings de crédito corporativo 'brAA+' na Escala Nacional Brasil da Renner refletem o seu perfil de negócios regular e seu perfil financeiro intermediário, com liquidez adequada. A empresa vem registrando crescimento significativo nos últimos anos, com elevados investimentos para a abertura de novas lojas. Apesar do crescimento da Renner ter sido financiado em parte com aumento do nível de dívida, este foi compensado por maior geração de caixa, resultando em métricas de crédito relativamente estáveis. Por outro lado, a Renner está exposta à forte competição no setor varejista de vestuário e a potenciais perdas ligadas à concessão de crédito ao consumidor, o que pode pressionar sua geração de caixa.

### Artigo Relacionados

- *Standard & Poor's reafirma ratings 'brAA+' da Lojas Renner S.A.; Perspectiva Estável*, de 21 de junho de 2012.

LISTA DE RATING	
	Novo Rating
<b>Lojas Renner S.A.</b>	
<i>Rating de Emissão</i>	
5ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 300 milhões com vencimento final em 2019.	brAA+
<i>Rating de Crédito Corporativo</i>	
Escala Nacional Brasil	brAA+/Estável/--

Copyright© 2012 pela Standard & Poor's Financial Services LLC (S&P) Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta informação pode ser reproduzida ou distribuída de nenhuma forma ou nem meio, nem armazenado em um banco de dados ou sistema de recuperação sem a prévia autorização por escrito da S&P. A S&P, suas afiliadas e/ou seus provedores externos detêm direitos de propriedade exclusivos sobre a informação, incluindo-se ratings, análises e dados relativos a crédito. Esta informação não deverá ser utilizada para nenhum propósito ilícito ou não autorizado. Nem a S&P, nem suas afiliadas, nem seus provedores externos garantem a exatidão, completitude, tempestividade ou disponibilidade de qualquer informação. A S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes não são responsáveis por quaisquer erros ou omissões, independentemente da causa, ou pelos resultados obtidos mediante o uso de tal informação. A S&P, SUAS AFILIADAS E SEUS PROVEDORES EXTERNOS ISENTAM-SE DE QUALQUER E TODA GARANTIA EXPRESSA OU IMPLÍCITA, INCLUSIVE, ENTRE OUTRAS, QUAISQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZABILIDADE, OU ADEQUAÇÃO A UM PROPÓSITO ESPECÍFICO. Em nenhuma circunstância, deverão a S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos e seus diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes ser responsabilizados por nenhuma parte, por quaisquer danos, custos,

despesas, honorários advocatícios, ou perdas diretas, indiretas, incidentais, exemplares, compensatórias, punitivas, especiais, ou consequentes (incluindo-se, entre outras, perda de renda ou lucros cessantes e custos de oportunidade) com relação a qualquer uso da informação aqui contida, mesmo se alertadas sobre sua possibilidade.

Os ratings e as análises creditícias da S&P e de suas afiliadas e as observações aqui contidas são declarações de opiniões na data em que foram expressas e não declarações de fatos ou recomendações para comprar, reter ou vender quaisquer títulos ou tomar qualquer decisão de investimento. Após sua publicação, a S&P não assume nenhuma obrigação de atualizar a informação. Os usuários da informação aqui contida não deverão nela se basear ao tomar qualquer decisão de investimento. As opiniões da S&P e suas análises não abordam a adequação de quaisquer títulos. A S&P não atua como agente fiduciário nem como consultora de investimentos. Embora obtenha informações de fontes que considera confiáveis, a S&P não conduz uma auditoria nem assume qualquer responsabilidade de diligência devida (due diligence) ou de verificação independente de qualquer informação que receba. A fim de preservar a independência e objetividade de suas respectivas atividades, a S&P mantém determinadas atividades de suas unidades de negócios separadas de outras. Como resultado, certas unidades de negócios da S&P podem dispor de informações que não estão disponíveis às outras. A S&P estabeleceu políticas e procedimentos para manter o sigilo de determinadas informações que não são de conhecimento público recebidas no âmbito de cada processo analítico.

A S&P Ratings Services pode receber remuneração por seus ratings e análises creditícias, normalmente dos emissores ou subscritores dos títulos ou dos devedores. A S&P reserva-se o direito de divulgar seus pareceres e análises. A S&P disponibiliza suas análises e ratings públicos em seus sites na Web, [www.standardandpoors.com](http://www.standardandpoors.com) / [www.standardandpoors.com.mx](http://www.standardandpoors.com.mx) / [www.standardandpoors.com.ar](http://www.standardandpoors.com.ar) / [www.standardandpoors.com.br](http://www.standardandpoors.com.br), [www.ratingsdirect.com](http://www.ratingsdirect.com) e [www.globalcreditportal.com](http://www.globalcreditportal.com) (por assinatura), e pode distribuí-los por outros meios, inclusive em suas próprias publicações ou por intermédio de terceiros redistribuidores. Informações adicionais sobre nossos honorários de rating estão disponíveis em [www.standardandpoors.com/usratingsfees](http://www.standardandpoors.com/usratingsfees).

**McGRAW-HILL**

**Declaração da Emissora, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)




**DECLARAÇÃO**  
**PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400**

**LOJAS RENNER S.A.**, companhia aberta com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Joaquim Porto Villanova, n.º 401, Bairro Jardim Carvalho, inscrita perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF) sob o n.º 92.754.738/0001-62, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora"), vem, no âmbito do pedido de registro da distribuição pública de 30.000 (trinta mil) debêntures simples da 5ª (quinta) emissão, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 2 (duas) séries, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) ("Debêntures" e "Oferta", respectivamente), nos termos do Artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 400"), declarar que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição;
- (ii) as informações prestadas pela Emissora no formulário de referência, elaborado conforme o anexo 23 da Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Formulário de Referência") e nos prospectos preliminar e definitivo da Oferta ("Prospecto Preliminar" e "Prospecto Definitivo", respectivamente), nas datas de suas respectivas divulgações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) as informações fornecidas durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais e periódicas constantes da atualização do registro da Emissora, que integram o Formulário de Referência e o Prospecto Preliminar são e que integrarão o Prospecto Definitivo serão suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iv) o Formulário de Referência e o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, da Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (v) o Formulário de Referência, o Prospecto Preliminar foram e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Porto Alegre, 22 de junho de 2012

**LOJAS RENNER S.A.**



Nome: Adalberto Pereira dos Santos  
Cargo: CFO e DRI



Nome: Haroldo Luiz Rodrigues Filho  
Cargo: Diretor de Compras



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**Declaração do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER  
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

BANCO ITAÚ BBA S.A., instituição financeira com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 4º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 17.298.092/0001-30, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social ("Coordenador Líder"), na qualidade de instituição líder responsável pela coordenação e colocação da Oferta de Distribuição Pública da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, da Lojas Renner S.A. ("Companhia"), com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Debêntures"), perfazendo o montante total de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) ("Oferta"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), declarar o quanto segue:

Considerando que:

- (i) a Companhia e o Coordenador Líder constituíram assessor legal para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (ii) para a realização da Oferta está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, a qual prosseguirá até a divulgação do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo");
- (iii) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou os seus auditores independentes para a aplicação dos procedimentos previstos na Norma e Procedimento de Auditoria nº 12, de 7 de março de 2006, emitida pelo IBRACON, com relação ao prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo, e a emissão de carta de conforto ao Coordenador Líder;
- (iv) foram disponibilizados pela Companhia os documentos considerados, pela Companhia, relevantes para a Oferta;
- (v) além dos documentos a que se refere o item (iv) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia;
- (vi) a Companhia confirmou ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre seus negócios para análise do Coordenador Líder e de seu assessor legal, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e
- (vii) a Companhia, em conjunto com o Coordenador Líder, participou da elaboração do Prospecto Preliminar e participará da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio do seu assessor legal.

O Coordenador Líder declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações fornecidas pela Companhia são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações prestadas ao mercado durante todo prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia, que integra o



Prospecto Preliminar e que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

- (ii) o Prospecto Preliminar contém, e o Prospecto Definitivo conterá, nas suas respectivas datas de publicação, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Debêntures, da Companhia, das suas atividades, da sua situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- (iii) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

São Paulo, 22 de junho de 2012.

**BANCO ITAÚ BBA S.A.**

Nome:

Cargo:

João De Góes  
Diretor

Nome:

Cargo:

Marcelo Merengon  
Diretor Executivo

